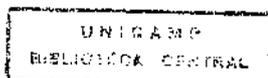


RAIMUNDO NONATO PEREIRA MOREIRA

***TODA VERDADEIRA HISTÓRIA É HISTÓRIA
CONTEMPORÂNEA: A HISTORIOGRAFIA COMO
PASSADO-PRESENTE NA OBRA DE BENEDETTO CROCE***

AGOSTO

1999



RAIMUNDO NONATO PEREIRA MOREIRA

***TODA VERDADEIRA HISTÓRIA É HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA: A
HISTORIOGRAFIA COMO PASSADO-PRESENTE NA OBRA DE
BENEDETTO CROCE***

Dissertação de Mestrado apresentada ao
Departamento de História do Instituto de
Filosofia e Ciências Humanas da Universidade
Estadual de Campinas, sob a orientação do Prof.
Dr. Héctor Hernán Bruit Cabrera.

Este exemplar corresponde à
redação final da dissertação
defendida e aprovada pela
Comissão Julgadora em
24 / 08 / 1999.

Prof. Dr. Héctor Hernán Bruit Cabrera

Prof. Dr. Edgar Salvadori De Decca

Prof. Dr. Edmundo Fernandes Dias

AGOSTO

1999

UNIDADE	BC
N.º CHAMADA :	1
V.º	Es.
TOMBO	39035
FOLIO	229/99
0	<input type="checkbox"/>
0	<input checked="" type="checkbox"/>
SECO	R B 11,00
DATA	14/01/99
V.º CPD	

CM-00136249-4

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA
BIBLIOTECA DO IFCH - UNICAMP

Moreira, Raimundo Nonato Pereira
M 813 t **Toda verdadeira história é história contemporânea: a historiografia como passado-presente na obra de Benedetto Croce / Raimundo Nonato Pereira Moreira. -- Campinas, SP : [s.n.], 1999.**

Orientador: Héctor Hernán Bruit Cabrera.
Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.

1. Croce, Benedetto, 1866-1952. 2. Historiografia. 3. Teoria do conhecimento - História. 4. Itália - História. I. Bruit, Héctor Hernán. II. Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. III. Título.

Noi siamo prodotto del passato e viviamo immersi nel passato, che tutt'intorno ci preme. Come muovere a nuova vita, come creare la nostra nuova azione senza uscire dal passato, senza metterci disopra di esso? E come metterci disopra del passato, se vi siamo dentro, ed esso è noi? Non v'há che una sola via d'uscire, quella del pensiero, che non rompe il rapporto col passato ma sovr'esso s'innalza idealmente e lo converte in conoscenza. (...) Scrivere storie – notò una volta il Goethe – è modo di togliersi di sulle spalle il passato. Il pensiero storico lo abbassa a sua materia, lo transfigura in suo oggetto, e la storiografia ci libera dalla storia.

(BENEDETTO CROCE, 1938)

*Não serei o poeta de um mundo caduco.
Também não cantarei o mundo futuro.
Estou preso à vida e olho meus companheiros.
Estão taciturnos mas nutrem grandes esperanças.
Entre eles, considero a enorme realidade.
O presente é tão grande, não nos afastemos.
Não nos afastemos muito, vamos de mãos dadas.
Não serei o cantor de uma mulher, de uma história,
não direi os suspiros ao anoitecer, a paisagem vista da janela,
não distribuirei entorpecentes ou cartas de suicida,
não fugirei para as ilhas nem serei raptado por serafins.
O tempo é a minha matéria, o tempo presente, os homens presentes,
a vida presente.*

(CARLOS DRUMMOND DE ANDRADE, 1940)

AGRADECIMENTOS

Esta dissertação se constituiu um grande empreendimento coletivo, para o qual inúmeras pessoas e instituições contribuíram das mais variadas formas. Portanto, cabe-nos agradecer a algumas delas, correndo o risco de omitir o papel desempenhado por outras, que foram tão importantes quanto as citadas a seguir.

Ao professor Héctor Bruit, todo o nosso reconhecimento por conduzir o processo de orientação de maneira responsável, segura e serena. Sob a sua supervisão, pudemos exercitar nossa autonomia intelectual, ao mesmo tempo em que sempre fomos chamados a atenção quando os rumos da pesquisa não correspondiam aos objetivos anteriormente traçados. Se, porventura, existe algum mérito neste trabalho, muito se deve à dedicação e ao empenho do nosso orientador. Entretanto, os equívocos, os lapsos e as omissões presentes no texto são da nossa inteira responsabilidade.

Os professores Edgar De Decca, Edmundo Dias e Michael Hall contribuíram para o aprofundamento de vários aspectos tratados nesta dissertação, através de preciosas sugestões, da identificação das insuficiências teóricas e da abertura de novas vias para o curso da pesquisa. Tais elementos, sempre que possível, foram incorporados ao texto. No tocante à nossa responsabilidade para com os problemas apresentados no presente trabalho, vale para os professores aqui citados o mesmo raciocínio aplicado ao orientador.

Ronnie e Gabriel foram nossos companheiros em todos os momentos e compartilharam tanto das alegrias quanto das angústias deste verdadeiro parto. O suporte moral e o amor de ambos foram fundamentais para a conclusão deste trabalho, além de sempre terem representado um estímulo a mais para que a pesquisa fosse prazerosa e intelectualmente relevante.

Nossos pais e irmãos proporcionaram-nos o indispensável apoio afetivo e – tantas vezes – material em todo esse período. Imersos nas questões referentes à pesquisa – em Entre Rios, Alagoinhas, Salvador, São Carlos ou Campinas – sempre pudemos contar com o referencial familiar para ultrapassar os persistentes obstáculos, que teimavam em surgir e surgir.

Agradecemos o apoio institucional recebido da Pró-Reitoria de Pesquisa e Ensino de Pós-Graduação da Universidade do Estado da Bahia e da CAPES/PICDT, responsável pelo financiamento da pesquisa.

Os colegas do antigo Departamento de Ciências Humanas da Faculdade de Formação de Professores de Alagoinhas (*Campus II* da UNEB), além de votarem a liberação para que pudéssemos realizar o Mestrado, nos estimularam continuamente no decorrer do processo de pesquisa. Nossos agradecimentos especiais a José Cláudio Oliveira, Paulo Santos Silva, Marilécia Oliveira, Marco Tromboni, Luís Carlos Barros e Elizário Andrade.

Aos alunos do Curso de Licenciatura em História da FFPA, através dos quais alcancei o mais elevado sentimento a que um professor pode aspirar – a realização profissional – minha profunda gratidão. Afinal, foi ao longo dos cursos das disciplinas História Contemporânea e Introdução ao Estudo da História, entre 1994 e 1996, que começamos a delinear esta dissertação.

Aos colegas e aos professores do Curso de Especialização em Teoria e Metodologia da História da UEFS, onde iniciamos o contato com as questões relativas ao pensamento de Benedetto Croce, nossos renovados agradecimentos. Gostaríamos de lembrar, com especial carinho, devido à importância de ambos nessa caminhada, da professora Marli Geralda Teixeira e do companheiro e irmão Antônio Raimundo Ferreira Costa.

A todos os colegas do Mestrado em História da UNICAMP, com os quais pudemos compartilhar tanto do conhecimento teórico quanto das alegrias, das angústias e das ansiedades relacionadas à pesquisa em história, nosso muito obrigado. Registramos com especial carinho o apoio intelectual e a amizade com os quais fomos brindados por Cássio da Silva e Mônica Quaresma.

Nossos amigos Priscila e Luís, do Sebo do IFCH, foram peças fundamentais no trabalho de atualização bibliográfica que esta dissertação exigiu. Ademais, sempre encontrarmos nos mesmos a afeição, o carinho, a confiança e o respeito de que nós, nordestinos, sentimos tanta falta quando estamos distantes da nossa terra.

A todo o corpo de funcionários das Bibliotecas do IFCH e Sérgio Buarque de Holanda e da Secretaria de Pós-Graduação (em especial a Marli e ao Júnior) nossos agradecimentos, sobretudo forma respeitosa e solícita com a qual sempre fomos tratados.

Da mesma forma, não poderíamos esquecer os trabalhadores do serviço de fotocópias do IFCH – principalmente Seu Luís e Benê – invariavelmente corretos e pontuais nas tarefas que lhes atribuímos nesse período.

Para a tradução dos textos nas línguas estrangeiras, contamos com um excelente grupo de colaboradores. A leitura de Croce – nos originais italianos – tornou-se mais precisa e veloz graças à troca de experiências com os professores e os colegas de curso na *Italia Amica*, em Salvador. A porção do material bibliográfico em língua inglesa foi traduzido com a orientação da professora Kimberly Kelly, do *Guiman Course*. A elaboração do resumo desta dissertação para o inglês foi realizado pelo professor César Dominique Moreno. Para compreender os textos em língua francesa, contamos com os serviços profissionais de Yvone Greis.

O difícil trabalho de revisão gramatical foi realizado pelas professoras Lúcia Cardoso Nascimento e Virgínia Maria Sampaio e Sampaio, que certamente tornaram mais atraente e precisa esta árida dissertação. Entretanto, cabe-nos, mais uma vez, registrar que as ambigüidades, as imprecisões e os demais problemas encontrados no texto são da nossa inteira responsabilidade.

Nossos agradecimentos a Eduardo Sarno, que nos forneceu indicações precisas sobre a localização das obras croceanas nas bibliotecas baianas. O professor Dante Galeffi, sua genitora, Dona Gina, e Marli Cardoso gentilmente colocaram à nossa disposição os tesouros guardados na biblioteca do filósofo ítalo-baiano Romano Galeffi (1915-1998), onde pudemos encontrar praticamente todos os exemplares das obras de Croce que utilizamos neste trabalho.

Finalmente, gostaríamos abrir o coração para agradecer a todos os trabalhadores anônimos, aos homens e às mulheres desprovidos de cidadania, que constroem essa amálgama de sonhos coloridos e de crueldade explícita chamada Brasil. Graças ao esforço físico, às lágrimas, ao sangue e ao suor dessa bravíssima gente – que praticamente não possui sequer o direito de figurar como *extras* no palco da história – pudemos estudar todos esses anos. Aos milhões de brasileiros – excluídos da história e do consumo dos produtos culturais da historiografia – que certamente não lerão esta dissertação, nossos eternos sentimentos de gratidão e de respeito.

RESUMO

Esta dissertação objetiva discutir os principais elementos teóricos e metodológicos presentes no cânone de interpretação historiográfica desenvolvido pelo historiador e filósofo italiano Benedetto Croce (1866-1952), segundo o qual *toda verdadeira história é história contemporânea*. Busca-se analisar as premissas centrais a partir das quais o autor postulou o caráter essencialmente contemporâneo subjacente ao conhecimento histórico, tese que foi desenvolvida nas obras *Teoria e storia della storiografia* (1917) e *La storia come pensiero e come azione* (1938). Este trabalho apresenta quatro momentos fundamentais. No primeiro, procede-se a contextualização do conjunto da obra croceana no ambiente intelectual e político vigente na Itália, entre a segunda metade do século passado e a primeira metade do atual. Em seguida, identificam-se as influências marcantes exercidas por Vico, Hegel e Marx sobre a teoria da história de Croce. No terceiro momento, através de um estudo sistemático dos volumes *Teoria e storia della storiografia* e *La storia come pensiero e come azione*, discutem-se os argumentos centrais utilizados pelo autor para sugerir a tese da contemporaneidade da história. Nas Considerações Finais, evidenciam-se alguns elementos relativos à atualidade das idéias de Croce no contexto da historiografia no final do século XX.

ABSTRACT

This dissertation aims at discussing the chief theoretical and methodological elements included in the canon of historiographic interpretation as developed by the Italian historian and philosopher Benedetto Croce (1866-1952), according to whom “every true history is contemporary history”. It seeks to analyse the central premises upon which the author postulated the essentially contemporary character underlying historical knowledge, a theory developed in his works *Teoria e storia della storiografia* (1917) and *La storia come pensiero e come azione* (1938). This dissertation contains four primary parts. In the first one, the whole of Croce’s work is contextualised within Italy’s political and intellectual atmosphere between last century’s second half and the first half of the current one. Next, Vico, Hegel and Marx’s remarkable influence on Croce’s theory of history is identified. In the third part, a systematic study of Croce’s *Teoria e storia della storiografia* and *La storia come pensiero e come azione* is carried out and the main arguments provided by the author to support the theory of history’s contemporaneity are discussed. In the last part, Final Considerations, some elements relative to Croce’s ideas’ topicality within the context of the last part of XXth century’s historiography are made evident.

SUMÁRIO

Introdução	11
Capítulo I - Benedetto Croce (1866-1952): Contexto Histórico, Vida e Obra	31
Capítulo II - Vico, Hegel e Marx: Os Fundamentos Teóricos da Historiografia Croceana	53
Capítulo III - <i>Ogni vera storia è storia contemporanea</i>	82
Considerações Finais	109
Referências Bibliográficas	115

INTRODUÇÃO

As linhas gerais que norteiam o presente trabalho esboçaram-se no decorrer do exercício docente das disciplinas História Contemporânea e Introdução ao Estudo da História, no Curso de Licenciatura em História, ministrada no Departamento II (*Campus* de Alagoinhas) da Universidade do Estado da Bahia (UNEB), entre os anos de 1994 e 1996, mediante um duplo impulso. Por um lado, no decorrer das aulas, nos defrontávamos com questões que diziam respeito às especificidades da *Natureza da História Contemporânea*¹, a saber: o conceito de contemporaneidade, as balizas cronológicas e as características que distinguem os períodos Moderno e Contemporâneo e, certamente, o problema mais candente, a possibilidade de um enfoque historiográfico que lidasse com os acontecimentos e os processos que diziam respeito ao tempo presente. Por outro, nossa curiosidade intelectual nos impulsionava em direção à leitura de autores que buscaram discutir questões epistemológicas e teóricas relacionadas à *Escrita da História* – a exemplo de Michel de Certeau, Paul Veyne e Hayden White.² Assim, a conjugação das angústias experimentadas no exercício do magistério com as afinidades relacionadas à Historiografia e, de maneira mais ampla, à Teoria da História, prepararam nosso encontro com a obra de Benedetto Croce – afinal, *der Altvater* (o Patriarca) desses domínios do conhecimento histórico no século XX.

Em dezembro de 1995, ingressamos no Curso de Pós-Graduação *Latu-Sensu* em Teoria e Metodologia da História, na Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS). Desde então, o problema se deslocou definitivamente do terreno das discussões sobre a experiência docente para as reflexões epistemológicas acerca da prática historiográfica, o que ensejou o encontro com alguns dos elementos da teoria da história de Croce – especificamente com a tese relacionada ao caráter eternamente presente do conhecimento

¹ Ver a esse respeito BARRACLOUGH, Geoffrey. *Introdução à História Contemporânea*. Rio de Janeiro: Zahar, 1983, p. 11-42.

² CERTEAU, Michel de. “A operação historiográfica”. In: CERTEAU, C. *A Escrita da História*. Rio de Janeiro: Forense, 1982, p. 65-119; VEYNE, Paul. *Como se escreve a História: Foucault revoluciona a história*. Brasília: Editora da UnB, 1995 e WHITE, Hayden. *Meta-História: A Imaginação Histórica do Século XIX*. São Paulo: Edusp, 1995.

histórico. Esse estudo resultou na Monografia de Curso intitulada *O Conceito de História Contemporânea na Teoria da História de Benedetto Croce*, apresentada em dezembro de 1997.

As perspectivas abertas pelo trabalho monográfico supracitado possibilitaram nosso ingresso no Mestrado em História Social do Trabalho da Universidade Estadual de Campinas, na linha de pesquisa *História, Memória e Historiografia*. Desde março de 1997, com a orientação do Prof. Dr. Héctor Bruit e ponderando acerca das valiosas contribuições acrescidas por professores do Programa de Pós-Graduação em História e por inúmeros colegas e amigos, buscamos nos apropriar do objeto deste trabalho, bem como proceder as necessárias correções nos rumos da pesquisa. Assim, as experiências, os equívocos e os lapsos, acumulados ao longo de quase cinco anos, desembocaram no estudo que agora apresentamos.

A presente dissertação objetiva discutir os principais elementos teóricos e metodológicos presentes no cânone de interpretação historiográfica desenvolvido por Benedetto Croce, segundo o qual *toda verdadeira história é história contemporânea*. Assim, buscamos analisar as premissas a partir das quais o autor aqui estudado postulou o caráter essencialmente contemporâneo subjacente ao conhecimento histórico, tese que foi desenvolvida, fundamentalmente, nas obras *Teoria e storia della storiografia* (1917) e *La storia come pensiero e come azione* (1938).

No corpo da obra *La storia come pensiero e come azione*, Croce destacou que o elemento essencial na historiografia consiste na *Frage*, ou seja, na formulação do problema historiográfico, que tem como finalidade *compreender indagando*.³ Em consonância com esse princípio, assinalamos que o problema central evidenciado no presente trabalho consiste em analisar os argumentos fundamentais e as principais referências teóricas a partir dos quais Croce postulou a tese relacionada à contemporaneidade do conhecimento histórico. Esse problema se desdobra em dois outros eixos: o primeiro diz respeito à identificação dos elementos atuais subjacentes à teoria croceana da história no contexto da historiografia, no final do século XX; e o segundo se refere à discussão de algumas

³ CROCE, B. *La storia come pensiero e come azione*. Bari: Laterza, 1943, p. 128. Na presente dissertação, essa obra foi cotejada com a tradução, em língua portuguesa, *A História: Pensamento e Ação*. Rio de Janeiro: Zahar, 1962.

implicações possíveis do princípio segundo o qual toda a verdadeira história é história contemporânea para a prática historiográfica do tempo presente.

A metodologia aplicada à pesquisa apresenta três momentos fundamentais. No primeiro, procedemos a inserção do conjunto da obra croceana – principalmente a porção de caráter histórico e historiográfico – no contexto do ambiente cultural e político italiano, no espaço temporal localizado entre o final do século passado e a primeira metade do atual, mediante a análise de obras do próprio autor e de comentaristas e críticos que julgamos relevantes para a compreensão do papel desempenhado por esse teórico nos domínios da história das idéias durante o período supracitado. No segundo, através da análise dos trabalhos *Materialismo storico ed economia marxistica* (1900), *Ciò che è vivo e ciò che è morto della Filosofia di Hegel* (1907) e *Contributo alla critica di me stesso* (1915), buscamos estabelecer as afinidades intelectuais existentes entre Croce e os três autores que se constituem os principais sustentáculos da sua teoria da história: Vico, Hegel e Marx. E, finalmente, através de uma análise sistemática das obras *Teoria e storia della storiografia* e *La storia come pensiero e come azione*, objetivamos evidenciar os principais argumentos que possibilitaram a Croce sustentar a tese segundo a qual toda verdadeira história é história contemporânea.

Uma parcela expressiva das razões que explicam a oportunidade e confirmam a relevância desta dissertação encontra-se justificada nos objetivos da linha de pesquisa *História, Memória e Historiografia* do Programa de Pós-Graduação em História da Unicamp, cujo escopo busca, em primeiro lugar, criar um espaço de reflexão teórica, tomando como referência a prática historiográfica. Assim, os estudos desenvolvidos no espaço em discussão procuram estimular o debate em torno da produção historiográfica para além dos limites delineados pelo conjunto das demais linhas temáticas que compõem o Programa. Dentre as preocupações específicas da linha de *História, Memória e Historiografia* estão as pesquisas sobre a historiografia brasileira e a internacional, colocando ênfase nos seus enfoques teóricos e metodológicos, mais do que nos seus aspectos temáticos. Finalmente – e aqui se encontra a principal razão que justifica a inclusão desta dissertação na linha de pesquisa supracitada – são privilegiados os debates em torno das questões mais consagradas da tradição historiográfica, bem como a análise e a

reflexão partindo de novas vertentes que expressam, sob múltiplos ângulos, o fazer da história pelos historiadores.⁴

Ao lado dos dados acima expostos, deve-se colocar em relevo que Benedetto Croce foi o mais expressivo pensador e o maior historiador italiano contemporâneo, exercendo uma espécie de “ditadura” sobre a vida filosófica e literária do seu país durante cerca de meio século. O *corpus* dos seus escritos estende-se por mais de sessenta volumes (nesse conjunto não se inclui a miscelânea de artigos publicados em seu jornal, *La Critica*, desde 1903), onde estão entrelaçados um feixe de gêneros tão diversos quanto a história propriamente dita, historiografia, crítica literária, polêmica política e filosofia formal – incluindo particularmente ética, estética e “filosofia da história”. Nas palavras de um historiador norte-americano, desde Goethe nenhum indivíduo, isoladamente, dominou tão completamente a cultura de um dos principais países europeus.⁵

No que diz respeito aos domínios da historiografia, não é difícil assinalar o enorme influxo exercido por obras como *Storia d'Italia dal 1871 al 1915* (1928) e *Storia d'Europa nel secolo decimono* (1932) sobre os seus compatriotas durante o período fascista. Esses trabalhos, além de atingir os jovens historiadores, estenderam a influência croceana para o universo dos profissionais maduros da história – como Gaetano De Sanctis (1870- 1957) e Luigi Salvatorelli (1886-1974) – o que deu a Croce (inclusive aos olhos dos fascistas) o título de maior historiador italiano contemporâneo. No curso do século XX, os problemas historiográficos de natureza eminentemente croceana (a exemplo do conceito da história como história contemporânea, das relações existentes entre a política e a ética e dos estudos sobre as elites intelectuais) foram típicos da escrita da história italiana. Ainda hoje, decorridos quase cinquenta anos desde a sua morte, qualquer debate sobre a história e a historiografia da Itália se inicia com um exame das teses de Croce.⁶

⁴ Cf. INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS. *Programas de Pós-Graduação* (Mestrado e Doutorado). Campinas: IFCH/Unicamp, 1998, p. 67-8.

⁵ Cf. HUGHES, H. Stuart. “Croce, Benedetto”. In: SILLS, David S. (editor). *International Encyclopedia of the Social Sciences*. New York: The Macmillan Company & The Free Press, 1972, (v. 3), p. 518. HUGHES, H.S. “Neo-Idealism in History”. In: *Consciousness and Society; the reorientation of european social thought (1890-1930)*. New York: Vintage Books, 1958, p. 201.

⁶ Ver a esse respeito MOMIGLIANO, Arnaldo. “Reconsideración de B. Croce (1866-1952)”. In: *Ensayos de Historiografía Antigua e Moderna*. México: Fondo de Cultura Económico, 1993, p. 298-9.

O raio de alcance do pensamento croceano, verdadeiramente enciclopédico, extrapolou os limites da cultura italiana e influenciou decisivamente, do final do século XIX à primeira metade do atual, o pensamento de autores tão diversos quanto o filósofo inglês Robin George Collingwood (1889-1943), o historiador norte-americano Carl Becker (1899-1945) e o pensador espanhol José Ortega y Gasset (1883-1955), entre muitos outros. No Brasil, entretanto, sua ascendência – principalmente nos domínios da historiografia – foi pouco significativa, suas obras escassamente traduzidas e suas idéias não interessaram profundamente aos grandes historiadores, exceto a José Honório Rodrigues.⁷

Essa especificidade brasileira talvez encontre explicação na própria recepção concedida aos primeiros trabalhos de Croce traduzidos para nosso idioma, durante a década de 1930, *Aspetti morali della vita politica e Piccoli saggi di filosofia politica*. Os traços do pensamento croceano ressaltados nessas obras diziam respeito ao posicionamento do autor como mestre da vida moral, teórico do liberalismo, opositor das concepções políticas do marxismo e, mais sutilmente, crítico dos regimes totalitários italiano e alemão.⁸ No que se refere aos trabalhos que interessam diretamente aos historiadores, tardiamente foram publicadas versões de *Materialismo storico ed economia marxistica*, em 1948, de *La storia come pensiero e come azione*, em 1962.

Uma rápida pesquisa bibliográfica nos índices de um dos mais importantes periódicos brasileiros na área do conhecimento histórico, a *Revista de História* da USP, fornece nítidos indicadores do distanciamento entre a produção universitária nacional e os trabalhos históricos e historiográficos croceanos. Os números da mencionada revista, publicados entre 1950 a 1977, não apresentam nenhuma resenha sobre as obras de Croce, nem mesmo aquelas traduzidas para a língua portuguesa. Da mesma forma, nenhum artigo ou ensaio alusivo às suas principais idéias foi publicado no período anteriormente citado.⁹

⁷ José Honório Rodrigues explicitou a influência de Croce sobre sua perspectiva historiográfica numa conferência pronunciada na FFCH da PUC-SP, em 18 de outubro de 1965. O trabalho foi incluído na coletânea *Vida e História* (1965, p. 3-21). Ver também os juízos de feição croceana emitidos pelo autor em *Teoria da História do Brasil* (1949) e, especialmente, *Filosofia e História* (1981, p. 29-48).

⁸ Consultar as traduções *Aspectos Moraes da Vida Política e Orientações*, pequenos ensaios de philosophia politica, Rio de Janeiro: Athena, s/d. Ler com especial atenção as opiniões dos prefaciadores acerca do significado filosófico da obra croceana.

⁹ *Revista de História* (Índice dos números 1 ao 40) 1950-1960. São Paulo, janeiro de 1966. Idem (Índice dos números 41 a 60) 1960-1969. São Paulo, 1970. Idem (Índice dos números 81 a 112). São Paulo, 1990.

No tocante à produção historiográfica brasileira entre 1980 e 1989, de acordo com a série de dados bibliográficos disponíveis, não encontramos registros que evidenciem ter sido a obra croceana objeto central de reflexão em teses, dissertações, livros, artigos ou mesmo resenhas.¹⁰ Quanto à década que ora se encerra – não obstante se registrar uma maior atenção no interior da comunidade dos historiadores com para os aspectos teórico-metodológicos da sua disciplina – no que diz respeito à discussão das idéias de Benedetto Croce, o panorama pouco se alterou. A pesquisa que realizamos nos catálogos de dissertações e teses defendidos na primeira metade dos anos noventa apontou somente um trabalho em que seu autor se debruçou sobre determinado aspecto do pensamento de croceano.¹¹

Portanto, no curso das últimas décadas, o histórico desinteresse pelo conjunto da obra de Croce, no contexto da historiografia brasileira, se manteve praticamente inalterado. Aquele que é o mais importante historiador e pensador italiano do século XX é muito mais conhecido nas searas do conhecimento histórico, no Brasil, através das interpretações autorizadas de determinados críticos da sua obra do que, propriamente, pelo contato direto com o seu pensamento.¹² O quadro aqui esboçado prefigura a recepção de Benedetto Croce na historiografia brasileira não como historiador ou teórico do conhecimento histórico, mas na condição de filósofo, ou melhor, como “filósofo da história”.

Um outro aspecto a ser assinalado diz respeito à diminuta influência exercida pela historiografia italiana sobre a sua congênere brasileira, mesmo sob o contexto da globalização cultural vigente nos últimos anos. Os historiadores peninsulares, excetuando-se Carlo Ginzburg e, numa escala menor, Renzo de Felice, continuam relegados ao umbral historiográfico nas academias brasileiras. Mesmo para o seletor público universitário, três dos maiores e mais influentes historiadores italianos deste século, a

¹⁰ Ver a esse respeito FICO, Carlos e POLITO, Ronald. *A História no Brasil (1980-1989)*. Ouro Preto: UFOP, 1994.

¹¹ Trata-se de uma dissertação de mestrado defendida na PUC-RJ. Ver DERIZANS, Marcos Benito Paiva. *Os Fundamentos Lógicos da Teoria da História de Benedetto Croce: gênese e significado da tese da identidade entre história e filosofia*. Rio de Janeiro: Pontifícia Universidade Católica, 1992.

¹² Em suma, no Brasil, o conhecimento acerca da obra de Croce é mediado pelas leituras marxistas de Gramsci e Schaff. Ver GRAMSCI, Antonio. *Concepção Dialética da História*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1995. SCHAFF, Adam. *História e Verdade*. São Paulo: Martins Fontes, 1983.

exemplo de Arnaldo Momigliano (1908-1987), Delio Cantimori (1904-1966) e Frederico Chabod (1901-1960), são ilustres desconhecidos.

A dissertação aqui apresentada pretende contribuir para o resgate e a valorização da obra historiográfica de Benedetto Croce no contexto da produção universitária brasileira, buscando, também, estabelecer contato com algumas questões suscitadas pela historiografia italiana do século XX – tais como a distinção metodológica entre história (*res gestae*) e historiografia (*historia rerum gestarum*), as relações tecidas entre os conhecimentos histórico e filosófico e, fundamentalmente, a discussão do princípio historiográfico segundo o qual toda a história é história contemporânea e que, portanto, os livros sobre o passado servem para esclarecer os problemas do presente. Consideramos que esses aspectos, ao lado de outros anteriormente discutidos, justificam este trabalho, proporcionando-lhe relevância.

Esta dissertação foi dividida em quatro momentos fundamentais. No primeiro capítulo, objetivamos proceder a contextualização da obra croceana no ambiente intelectual e político vigente na Itália, entre a segunda metade do século XIX e a primeira deste século. No segundo, buscamos identificar as influências marcantes exercidas por três pensadores, a saber, Vico, Hegel e Marx, sobre a teoria da história de Croce, assim como destacar a recepção crítica de tais concepções no conjunto da sua obra. No terceiro momento, partindo de uma análise dos volumes *Teoria e storia della storiografia* e *La storia come pensiero e come azione*, discutimos os principais argumentos mobilizados por Croce para sugerir o princípio segundo o qual toda verdadeira história é história contemporânea. Finalmente, nas Considerações Finais, buscamos evidenciar alguns elementos referentes à atualidade da obra de Benedetto Croce no contexto da prática historiográfica do final do século XX.

Na seqüência da apresentação aqui esboçada, buscaremos discutir, minimamente, quatro conceitos que julgamos apresentarem importância fundamental no contexto do presente estudo, a saber: *Filosofia da História*, *Historicismo*, *Historiografia* e *Teoria da História*. Entretanto, cabe-nos esclarecer que, não obstante procedermos a discussão dos juízos supracitados também a partir de noções elaboradas por outros autores (que se apresentam fundamentais nesse exercício de problematização), o entendimento de tais conceitos, no conjunto da dissertação, será processado de acordo com as interpretações

elaboradas por Benedetto Croce ao longo da sua obra – conforme buscaremos expor nas páginas seguintes.

A expressão *Filosofia da História* foi pioneiramente utilizada por Voltaire (1694-1778), na obra *Essai sur les mœurs et l'esprit des nations* (1756), para designar o novo gênero histórico de inspiração iluminista, que se debruçava sobre a *interpretação dos acontecimentos históricos, das mudanças, da sucessão dos fatos e, sobretudo, da origem e da evolução das sociedades das nações*.¹³ Todavia, no contexto da historiografia dos séculos XIX e XX, o termo foi aplicado, indiscriminadamente, a uma série de planos especulativos acerca do gênero histórico, construídos por uma miríade de autores tão diversos quanto Tucídides, Santo Agostinho, Ibn Khaldun, Bossuet, Vico, Hegel, Marx, Gramsci, Spengler, Toynbee e, inclusive, Croce. Assim, sob o ponto de vista de diversos estudiosos contemporâneos, as chamadas “filosofias da história” possuem em comum – na maioria das vezes – o propósito de oferecer uma exposição completa do processo histórico, sob uma perspectiva finalista, de forma a se poder ver que aquele “faz sentido”.¹⁴

Entretanto, a noção de “sentido”, aplicada ao passado, apresenta nuances obscuras e suscetíveis das mais variadas interpretações. Uma coisa é supor que a história tem um *significado*, no sentido de que tudo o que aconteceu ou irá acontecer foi (ou é) anteriormente ordenado por intermédio de alguma “mão invisível” – a exemplo da noção de *Providência* de Vico ou da *astúcia da razão* hegeliana; outra, bem diferente, é apenas sugerir que o curso da história, até a atualidade, manifestou uma tendência em determinada direção e (talvez) prever, com base na inclinação observada, como será o seu desenvolvimento futuro; e, finalmente, algo mais distinto ainda, é pretender que os acontecimentos históricos se ajustem a leis causais particulares, em função das quais se podem explicar os acontecimentos do passado e predizer as modificações do futuro.¹⁵

Em conseqüência dessas ambigüidades, mesmo nos tempos atuais, existe uma extrema dificuldade em delimitar uma fronteira nítida entre o gênero histórico em questão e

¹³ Apud RAMA, Carlos M. *Teoria da História*. Coimbra: Almedina, 1980, p. 49.

¹⁴ Cf. GARDINER, Patrick. *Teorias da História*. Lisboa: Calouste Gulbekian, 1995, p. 7-8. Ver também LE GOFF, Jacques. *História e Memória*. Campinas: Unicamp, 1994, p. 77.

¹⁵ Cf. GARDINER. *Op. cit.*, p. 8.

outros domínios ligados à especulação ou à investigação científica, a exemplo da sociologia, da metodologia ou da história propriamente dita. Em segundo lugar, seria enganoso se falar da existência de um campo de estudo único denominado “A Filosofia da História”, para a construção do qual diversos pensadores, localizados em contextos espaciais e temporais distintos, deram suas respectivas contribuições. Portanto, existiriam filosofias da (ou, ainda, sobre a) história.¹⁶

A grande maioria dos historiadores de ofício do século XX alimentam uma profunda desconfiança para com o gênero aqui em discussão, que tende (nas suas diversas formas) a levar a explicação histórica à descoberta ou à aplicação de uma causa única e original, substituindo a pesquisa em história pelas técnicas científicas de evolução das sociedades – concebendo essa marcha evolutiva como abstração baseada no apriorismo ou ainda num conhecimento sumário dos trabalhos científicos. Entretanto, conforme lembrou um importante historiador francês, a suspeita face às filosofias da história não deve servir como pretexto para que os profissionais da história recusem o exercício da reflexão teórica nas suas produções.¹⁷

A própria ambigüidade do termo em discussão revela que as fronteiras entre filosofia e história ainda não estão estritamente traçadas ou, em última hipótese, não são passíveis de delimitação. Por outro lado, tanto o desconhecimento dos trabalhos históricos por parte dos filósofos da história quanto o correspondente desprezo nutrido por diversos historiadores ao conhecimento filosófico não facilitaram o diálogo entre os dois campos em discussão. Sobre esse último aspecto, deve-se frisar que a filosofia da história correspondeu, muitas vezes, à vontade de preencher, a partir de termos inadequados, o desinteresse dos chamados historiadores positivistas pelos problemas teóricos e à recusa em tomar consciência dos próprios preconceitos filosóficos subjacentes ao seu trabalho – o qual pretendiam que fosse puramente científico. No entanto, o estudo sobre as filosofias da história não somente faz parte de uma reflexão sobre a história como impõe a todos debruçar-se sobre a historiografia.¹⁸

¹⁶ *Idem, ibidem.*

¹⁷ Cf. LE GOFF. *Op. cit.*, p. 19-20.

¹⁸ *Idem*, p. 20 e 76-7.

Para Croce, a expressão *filosofia da história* – tomada no sentido primitivo, aplicado ao termo durante o século XVIII – significava *considerações sobre a história*, ou ainda, uma historiografia pensada em relação aos conceitos de humanidade e de civilização. Esse gênero apresentava uma natureza mais filosófica do que a prática habitual dos historiadores da época – enredados sob o império das velhas crenças religiosas - ou dos meros eruditos, cronistas, diplomáticos e narradores dos eventos militares.¹⁹

Entretanto, a utilização inocente e despreziosa desse conceito se modificou em seguida, quando as filosofias da história, seguindo o exemplo das religiões, adquiriram um caráter mitológico e transcendente: todas objetivavam descobrir e revelar o *Weltplan* (desenho do mundo), desde o seu nascimento até a morte, ou ainda do seu aparecimento no tempo à entrada na eternidade, assumindo o aspecto de teofanias ou cacodemonofanias.²⁰

A crítica croceana ao gênero histórico em discussão emergiu logo nos seus primeiros escritos teóricos, a exemplo do ensaio “Sulla forma scientifica del materialismo storico” (1896), no qual a expressão “fazer filosofia da história” foi utilizada pelo autor como sinônimo para a elaboração de história fantástica, artificial e, por vezes, tendenciosa. Em substituição às filosofias da história – identificadas com a redução conceitual dos diversos elementos da realidade histórica às noções de *Providência* e *desenvolvimento* – Croce propunha uma atitude crítica frente ao conhecimento histórico, ou seja, um *filosofar sobre a história*. O juízo em questão anunciava, precocemente, uma distinção que se transformaria em um elemento central da obra croceana, ou seja, a diferença entre a *filosofia da história* e a *teoria da historiografia*. No que diz respeito à primeira, identificava-se com a descrição de uma *história universal*, ao feitio hegeliano, e com o *apriorismo*, isto é, a dedução do desenvolvimento histórico a partir das noções de necessidade natural ou mecânica. Já a segunda, relacionava-se às reflexões de cunho teórico-metodológicas e aos demais problemas relacionados à prática historiográfica.²¹

¹⁹ *La storia come pensiero e come azione*, p. 136.

²⁰ *Idem*, p. 138.

²¹ Ver a respeito *Materialismo Histórico e Economia Marxista*. São Paulo: IPÊ, 1948, p. 18-9. Consultar também CRISTOFOLINI, Paolo. “Las ciencias humanas y la filosofía de la historia entre Vico y Marx (Croce, Labriola, Sorel e la ‘filosofía de la historia’)”. In: TAGLIACOZZO, Giorgio (compilador). *Vico y Marx: Afinidades e Contrastes*. México: Fondo de Cultura Económico, 1990, p. 311-2.

Finalmente, a crítica croceana às filosofias da história atingiu seu ponto culminante em *Teoria e storia della storiografia*. Nessa obra, Croce associou firmemente a filosofia da história ao determinismo histórico naturalista e proclamou, entre outros juízos, a sua “morte” e a sua dissolução no interior do conhecimento histórico. Assim, a própria concepção de uma filosofia da história trazia em si um contra-senso: não existia a filosofia da história, mas história que é filosofia e vice-versa. Para Croce, mesmo após a “morte” da filosofia da história, nada impedia que se continuasse falando de um *filosofar sobre a história*, para expressar a exigência de determinada elaboração teórica a respeito de dado problema histórico. Entretanto, doravante, as investigações sobre gnoseologia histórica se resolveriam não mais em uma filosofia da história, mas da *historiografia*.²²

Poucos conceitos aplicados ao conhecimento histórico contêm em si a carga de ambigüidade e a conotação polissêmica presentes na palavra *Historicismo*. Esse termo possivelmente foi utilizado, pela primeira vez, no estudo *Giambattista Vico als Philosoph und Gelehrter Forscher* (1881), escrito pelo austríaco Karl Werner, para nomear o conjunto das posições que, no século XVIII, valorizavam o conhecimento histórico em contraposição ao racionalismo ahistórico de matiz cartesiana. Sob esse enfoque, o historicismo afirmava a concepção da realidade enquanto história e somente passível de conhecimento mediante a sua historicidade, diferenciando-se, portanto, das abordagens *jusnaturalistas*. Posteriormente, o historicismo foi interpretado a partir de diversos pontos de vistas nas obras de estudiosos como Karl Menger, Adolf Wagner, Ernest Troeltsch e Karl Heussi, entre muitos outros. A plêiade de significados aplicados ao conceito, no conjunto desses trabalhos, somente agravou a confusão terminológica e a infernal polissemia que o acompanham desde o nascedouro.²³

²² *Teoria e storia della storiografia*. Bari: Laterza, 1941, p. 53-69. Na presente dissertação, essa obra foi cotejada com a versão, em castelhano, *Teoría e Historia de la Historiografía*. Buenos Aires: Escuela, 1955.

²³ Ver a respeito ABBAGNANO, Nicola. *Dicionário de Filosofia*. São Paulo: Mestre Jou, 1970, p. 483-4; IGGERS, Georg G. “Historicism”. In: WIENER, P. *Dictionary of the History of Ideas*. (v. II). New York: Charles Scribner’s Sons, 1973, p. 456-64; MEINECKE, Friedrich. *El historicismo y su Génesis*. México: Fondo de Cultura Económico, 1982; RODRIGUES, José Honório. *Teoria da História do Brasil*. São Paulo: Nacional, 1978, p. 78-82 e WEHLING, Arno. “A temática do historicismo”. In: *A Invenção da História; estudos sobre o historicismo*. Rio de Janeiro; Universidade Gama Filho: Niterói; Universidade Federal Fluminense: 1994, p. 13-39.

Segundo Friedrich Meinecke (1862-1954), autor do clássico *Die Entstehung des Historismus* (1936), a emergência do historicismo foi uma das maiores revoluções espirituais processadas no pensamento ocidental. Para o historiador alemão, o historicismo não foi mais do que a aplicação à vida histórica dos novos princípios vitais descobertos pelo grande movimento alemão existente desde Leibniz até a morte de Goethe – seguindo uma tendência geral do Ocidente iniciada desde a Reforma Protestante. Assim, Meinecke vinculou o historicismo à *revolta romântica* contra o movimento das Luzes e descobriu no italiano Giambattista Vico (1668-1744) o seu genuíno precursor.²⁴

Para Meinecke, o cerne do historicismo consiste na substituição de uma consideração generalizante sobre as forças humanas históricas por uma abordagem individualizante. Essa consideração não implica a exclusão, por parte do historicismo, da busca de regularidades e tipos universais da vida humana, mas que tais características necessitam ser empregadas e fundidas com o seu sentido individual. Em síntese, o historicismo, sob o ponto de vista desenvolvido por Meinecke, não seria somente um método das ciências do espírito, mas uma parte integrante do pensamento moderno.²⁵

Por seu turno, G. H. Nadel conceituou o historicismo a partir do reconhecimento de que todos os acontecimentos históricos devem ser estudados, não como se procedia anteriormente, como ilustrações da moral e da política, mas enquanto fenômenos históricos. Assim, na prática, o historicismo se manifestou pelo aparecimento da história como disciplina universitária independente. Na teoria, exprimiu-se mediante duas proposições: o que acontece deve ser explicado em função do momento no qual ocorre; e, para proceder a referida explicação, existe uma ciência específica, que se utiliza de processos lógicos, a história. Segundo Nadel, nenhum dos princípios acima citados era recente. Porém, a insistência colocada sobre os mesmos conduziu a alguns exageros doutrinários. No que diz respeito à primeira tese, deduziu-se a idéia de que fazer história de algo é dar uma explicação suficiente a um determinado processo. Conseqüentemente, aqueles historiadores que enxergavam uma determinada lógica na ordem cronológica dos acontecimentos consideraram a ciência histórica capaz de prever o futuro.²⁶

²⁴ MEINECKE. *Op. cit.*, p. 11-2.

²⁵ *Idem*, p. 11-3.

²⁶ NADEL, G.H. *Philosophy of History before historicism*, 1964. Apud LE GOFF. *Op. cit.*, p. 88.

As deduções supracitadas resultaram numa estreita associação entre o historicismo e a previsibilidade histórica, mormente no interior do debate que se travou em torno das conclusões expostas na obra *The Poverty of Historicism* (1957), de Karl Popper. Esse pensador austríaco procedeu uma vigorosa crítica ao historicismo, concebido como uma teoria ligada a todas as ciências sociais, a qual faz da predição histórica seu fim principal e ensina que o mesmo pode ser alcançado mediante a descoberta dos ritmos ou padrões, das leis ou tendências gerais que guiam o desenvolvimento histórico.²⁷

Na perspectiva de demonstrar que sua crítica visava tão-somente a atingir um determinado conjunto de teorias ou doutrinas que privilegiaram a sucessão temporal dos fenômenos culturais (entendendo-os como um processo determinista e teleologicamente guiado) e não o conjunto das questões relacionadas aos procedimentos metodológicos e teóricos da história, Popper estabeleceu a diferença entre *historismo* e *historicismo*. O primeiro elementa relacionava-se com os problemas do conhecimento histórico em geral (relativismo, anti-racionalismo, ceticismo etc.), vistos em suas diversas acepções (ontológica, epistemológica, metodológica). No que diz respeito ao segundo termo, aí estavam incluídas as teses sobre a previsibilidade histórica, anteriormente resenhadas. Assim, no intuito de evitar equívocos analíticos, conceituais e terminológicos, alguns historiadores aceitaram a distinção supracitada e passaram a utilizar o termo *historismo* para discutir os problemas relacionados ao conhecimento histórico ou, ainda, às atitudes, aos pressupostos e à mentalidade da escola histórica alemã do século XIX.²⁸

O conceito de historicismo ocupa um lugar central na teoria da história de Croce, a ponto de a *Filosofia dello spirito* ter sido nomeada também *storicismo assoluto*. Assim, em 1902, no interior da sua *Estetica*, Croce valeu-se da expressão *istorismo* para estabelecer uma contraposição entre uma abordagem histórica e um enfoque racionalista ou formal da arte. Anos mais tarde, identificou o vocábulo *istorismo* com o *historismus* da tradição historiográfica alemã e cunhou uma variação do termo (*storicismo*) para descrever sua própria posição filosófica.²⁹

²⁷ Ver a respeito RODRIGUES. *Op. cit.*, p. 78-9. WEHLING. *Op. cit.*, 19-21.

²⁸ Consultar HOLANDA, Sérgio Buarque de. "O atual e o inatual em Leopold von Ranke" In: HOLANDA, S.B. (org.) *Ranke*. São Paulo: Ática, 1979, p. 8-9. WEHLING, *Op. cit.*, p. 19.

²⁹ IGGERS. *Op. cit.*, p. 457.

Entretanto, foi no corpo de *La storia come pensiero e come azione* que Croce precisou seu conceito de historicismo, segundo o qual esse princípio, no uso científico da palavra, é a afirmação de que a vida e a realidade são história e nada mais que história. Correlata a essa afirmativa, aparecia a negação da teoria que considerava a realidade dividida em super-história e história, em outras palavras, num mundo de idéias e de valores e numa dimensão inferior que os refletia de maneira fugaz e imperfeita, ou – dito de forma idêntica – entre uma história racional e perfeita, que sucederá necessariamente a forma inferior anteriormente mencionada. Em síntese, contra o modelo teórico supracitado, usualmente denominado “racionalismo abstrato” ou “iluminismo”, o historicismo se desdobrava em oposição e polêmica, elevando-se acima dele. Para Croce, a polêmica entre o historicismo e o modelo iluminista apresentava seu ponto nevrálgico na demonstração de que as idéias ou valores, tomados sob a condição de modelos e medida da história, não eram universais, mas fatos particulares e históricos, indevidamente elevados à primeira condição.³⁰

Na perspectiva de traçar mais nitidamente a oposição entre o termo em discussão e o iluminismo, Croce procedeu a aproximação dos conceitos de humanismo e historicismo, identificando-os na fórmula: *o historicismo é o verdadeiro humanismo*. Conforme asseverou, o princípio universal do humanismo, tanto daquele que floresceu na Antigüidade quanto nas suas variantes modernas, consistiu na referência a um passado do qual se poderia retirar a luz na perspectiva de iluminar a obra e a ação próprias. Entretanto, esse problema foi somente entrevisto – mas não bem colocado e resolvido – conforme procedeu o historicismo, que esclareceu tanto a dependência quanto a autonomia do presente em relação ao passado, isto é, da nova obra em relação aos trabalhos já existentes que compunham a história da humanidade. Portanto, por maiores que fossem as concessões do humanismo, o mesmo jamais chegou à conclusão enunciada posteriormente pelo historicismo: ou seja, que o passado (através do qual se aclara nossa determinação e ação) é a história de toda a humanidade que, vez por outra, torna a se fazer presente. Em suma, o historicismo compreendia como história toda história, tanto aquela da ação quanto

³⁰ *La storia come pensiero e come azione*, p. 51.

a do pensamento, não menos do que a da literatura e a da arte. Assim procedendo, o historicismo representou a realização do programa humanista.³¹

Na conotação moderna assumida pela expressão, a palavra *Historiografia* foi cunhada por Tommaso Campanella (1569-1639), para indicar *a arte de escrever corretamente a história* e empregada na obra *Philosophiae Rationalis partes quinque, videlicet Grammatica, Dialetica, Rethorica, Historiographia, iuxta propria principia*, datada de 1638. O vocábulo permaneceu com esse significado em inglês e francês (em alemão, utiliza-se *Historik*), ao passo que, em italiano, passou a expressar, na esteira das reflexões de Croce, a idéia do conhecimento histórico em geral ou o complexo das ciências históricas. Portanto, face à reconhecida ambigüidade do vocábulo *história*, o termo *historiografia* parece oportuno para indicar especificamente o conhecimento histórico, em sua distinção da realidade histórica.³²

As interpretações que foram dadas a esse conhecimento aparecem segmentadas em dois grupos, que são denominados de 1) *historiografia universal* e 2) *historiografia pluralista*. No primeiro caso, a explanação sobre o conhecimento histórico corresponde à explicação da realidade histórica como mundo. Já a historiografia pluralista corresponde à abordagem da realidade histórica como objeto definível ou verificável somente através dos instrumentos de pesquisa ao alcance do historiador.³³

A chamada história universal (do alemão *Weltgeschichte*) é o conhecimento do plano providencial do mundo – conforme assinalou Hegel na obra *Vorslesungen uber die Philosophie der Geschichte* (1830-1831) – e apresenta duas características fundamentais. Em primeiro lugar, trata-se de um trabalho de filósofo e não de historiador, em que as obras propriamente históricas podem lhe servir somente como auxílio não indispensável. O pensador alemão Johann Gottlieb Fichte (1762-1814) definiu esse gênero como história *a priori*. Por outro lado, a história universal é independente das limitações do material historiográfico e dos instrumentos de pesquisa, podendo prescindir de qualquer obra

³¹ *Idem*, p. 311-7.

³² Cf. ABBAGNANO. *Op. cit.*, p. 484.

³³ *Idem*, *Ibidem*.

histórica que tenha sido ou possa vir a ser escrita. Segundo o mesmo Fichte, esse gênero apriorístico é completamente independente da história *a posteriori*, a qual pertence ao historiador.³⁴

A historiografia pluralista caracteriza-se pelo abandono de conceitos como *mundo histórico* ou *história universal*, além de reconhecer a pluralidade das formas do conhecimento histórico e da sua dependência face aos documentos disponíveis e aos princípios que orientam a opção historiográfica. Dessa maneira, o conhecimento histórico versa sobre objetos delimitados ou delimitáveis e não sobre a totalidade da história. Como não se trata de um juízo sobre essa totalidade, exclui, como desprovidos de sentido, os conceitos de progresso, decadência, entre outros, em seu sentido absoluto. Sob esse enfoque, o conhecimento histórico apresenta-se como *perspectivista*, *individualizante* e *seletivo*, objetivando, ainda, a *explicação condicional* e a determinação das *probabilidades retrospectivas*. Portanto, uma das condições do conhecimento histórico é o *pluralismo das escolhas*, ou seja, a possibilidade de efetuar opções historiográficas diferentes e de mudar e corrigir aquelas já processadas.³⁵

Ao longo da sua extensa obra, Croce estabeleceu a distinção capital entre *história* (*res gestae*), ou conjunto de ações e fatos, e *historiografia* (*historia rerum gestarum*), ou pensamento histórico.³⁶ Conforme asseverou o pensador italiano, a historiografia traduzia-se, essencialmente, enquanto obra do pensamento, ou seja, identidade e, ao mesmo tempo, distinção entre os conhecimentos filosófico e histórico, como história contemporânea e viva, resultado de um estímulo prático e moral e que prepara para a ação, nascendo das paixões e dos interesses humanos para esses sentimentos, ligando-se estreitamente à vida e às suas necessidades demandadas pelo presente. A historiografia, enfocada como a verdadeira história contemporânea, distinguia-se tanto das filosofias da história, quanto da crônica (a história morta) e das chamadas pseudo-histórias – aquelas de

³⁴ *Idem*, *ibidem*.

³⁵ *Idem*, p. 484-7.

³⁶ Ver “Unità e diversità di storia e storiografia”. In: *Teoria e storia della storiografia*, p. 297-9. “Noterella filologica: ‘Storia’ e ‘storiografia’”. In: *La storia come pensiero e come azione*, p. 345-6.

caráter filológico, poético e retórico. Sob esse enfoque, a filosofia não é mais que a *metodologia da história*.³⁷

A expressão *Teoria da História*, generalizada e não aplicada a um processo histórico nacional, foi utilizada pioneiramente pelo escocês Dugald Stewart (1753-1828), professor de filosofia moral em Edimburgo, para designar o gênero usualmente conhecido por outros escritores como história hipotética, ideal, conjectural, natural ou generalizadora. Esse termo, entretanto, não teve a fortuna da filosofia da história, criada por Voltaire, pois somente no século XX foi novamente utilizada para exprimir o gênero de cogitações de que tratava também a primeira. A generalização do uso dessa expressão ocorreu em paralelo à publicação das obras de Eduard Meyer (*Zur Theorie und Methodik der Geschichte*, 1902), Frederic J. Teggart (*Theory of History*, 1925) e Benedetto Croce (*Zur Theorie und Geschichte der Historiographie*, 1915, e *Teoria e storia della storiografia*, 1917).³⁸

No que se refere à definição do conceito, aos limites do seu campo de atuação em relação aos demais gêneros e à revelação dos efeitos práticos da sua adoção como disciplina histórica propriamente dita, coube ao professor holandês Jan Romein, discípulo de Johann Huizinga, contribuir decisivamente para o entendimento de tais questões. Além de buscar definir o que se entendia como teoria da história – a qual, para ele, fundamentava suas raízes no pensamento iluminista do século XVIII – Romein também a introduziu como disciplina na Universidade de Amsterdã, em 1943. Não obstante as ponderações, concordou com a dificuldade em delimitar uma linha de separação nítida entre a teoria e a filosofia da história.³⁹

Mais uma vez, coube a Romein, nos anos de 1930, estabelecer a distinção entre os domínios do conhecimento histórico anteriormente aludidos, nos seguintes termos: a filosofia da história distinguia-se claramente da teoria, posto que a primeira pairava além da história e a segunda se inseria no âmbito do processo histórico. Assim, a teoria da história se diferenciava da metodologia histórica em um aspecto fundamental: a primeira ensinava a

³⁷ Ver *Teoria e storia della storiografia*, p. 3-40. *La storia come pensiero e come azione*, p. 321-3. *El Carácter de la Filosofía Moderna*. Buenos Aires: Imán, 1959, p. 227-31.

³⁸ Cf. RODRIGUES, José Honório. *Teoria da História do Brasil*, p. 441.

³⁹ *Idem, ibidem*.

natureza da verdade histórica e a segunda trabalhava com os meios que possibilitam descobri-la. Segundo Romein, a teoria se distinguia também da chamada história prática, já que a última se vinculava aos assuntos que têm seqüência e unidade geográfica, enquanto a primeira abarcava a matéria cuja unidade é conceptual, e não temporal ou espacial.⁴⁰

Portanto, o historiador holandês definiu os domínios da teoria da história a partir da seguinte consideração: os problemas relacionados à objetividade, à causalidade, aos padrões e ritmos, à periodização e aos fenômenos históricos e suas definições (Renascimento, Barroco, Romantismo, Feudalismo, Capitalismo, Imperialismo, Revolução, Ditadura, Estado) e aos agentes históricos constituíam o terreno da teoria da história, conforme foi exemplificado no *Homo ludens*, de Huizinga.⁴¹

No que diz respeito à interpretação concedida por Croce à teoria da história, uma primeira aproximação pode ser vislumbrada no ensaio “Les études relatives à la théorie de l’histoire en Italie durant les quinze dernières années” (1902). Nesse texto, embora repudiasse a tentativa de construir qualquer *filosofia da história*, Croce não se opunha ao que denominava *teoria da historiografia*. No trabalho em discussão, o pensador italiano argumentou que a *teoria da historiografia* (ou *metodologia histórica*) se preocupava em estabelecer os critérios através dos quais os historiadores davam às suas narrativas forma, unidade e conteúdo apropriados. Por seu lado, a *filosofia da história* buscava descobrir supostas leis pelas quais as ações humanas assumiam necessariamente determinadas formas em tempos e lugares distintos.⁴²

No corpo de *Teoria e storia della storiografia* – cerca de quinze depois – Croce, além de acrescentar outros elementos ao problema acima aludido, consolidou a utilização do conceito aqui discutido. Em primeiro lugar, sublinhou que tanto a *historiografia* quanto a *teoria da história* expressavam obras do pensamento, tão intrinsecamente vinculadas entre si que formavam uma unidade. Por outro lado, assinalou que não havia um só historiador que não possuísse (de modo mais ou menos reflexivo) uma *teoria da história* própria, até porque polemizava, expressamente ou de forma subentendida, com os seus

⁴⁰ Idem, p. 442

⁴¹ Idem, *ibidem*.

⁴² In: *Primi saggi*. Bari: Laterza, 1951. P. 177-91. Ver também WHITE, Hayden. “O que está vivo e o que está morto na crítica de Croce a Vico”. In: *Trópicos do Discurso*. São Paulo: Edusp, 1994, p. 224.

pares.⁴³ Por fim, toda a primeira parte do volume aqui resenhado foi dedicado ao domínio do conhecimento histórico que viria a ser dominado, na esteira do pensamento croceano, *teoria da historiografia* ou *metodologia da história* – encarregada das questões de natureza epistemológica e dos demais problemas relativos ao fazer historiográfico. Sob esse enfoque, as filosofias da história, a crônica, as *pseudo-histórias*, a pretensa história universal e as concepções deterministas e naturalizantes da história eram dissolvidas, superadas e subsumidas pela *teoria da historiografia*.⁴⁴

Assim, objetivando combater a ingerência das filosofias da história e das metodologias derivadas das ciências naturais nos territórios do conhecimento histórico, na perspectiva de reafirmar a idéia de *autonomia da história*, Croce buscou resolver as dúvidas e as perplexidades que atormentavam os historiadores contemporâneos e seus predecessores no interior de uma teoria da historiografia. No âmago desse *Novum Organum*, história e filosofia identificavam-se e, ao mesmo tempo, distinguiam-se. A filosofia representava o papel de *metodologia da história*. E, finalmente, a teoria croceana da historiografia apresentava como tese central a idéia de que toda verdadeira história é história contemporânea.

Alguém asseverou, com muita sagacidade, que o *discurso* no qual se fundamenta a pesquisa em história institui a *inversão escriturária*, prescrevendo como início aquilo que, na realidade, é um ponto de chegada, ou mesmo um ponto de fuga da pesquisa. Enquanto a pesquisa dá os seus primeiros passos na atualidade do *lugar social* e do aparelho conceitual ou institucional, a exposição segue uma ordem cronológica. Os dados mais anteriores são tomados como ponto de partida. Entretanto, ao se tornar um *texto*, a história obedece a uma segunda imposição. A prioridade concedida pela *prática* à tática de desvio, com relação à base fornecida pelos modelos, parece contradita pelo *encerramento* do livro ou artigo. A pesquisa é *interminável*, entretanto, o texto deve ter um *fim*. Essa estrutura de parada chega até a *introdução*, organizada pelo dever de terminar.⁴⁵ Eis aqui um dos inúmeros paradoxos da *operação historiográfica*!

⁴³ *Teoria e storia della storiografia*, p. 152-64.

⁴⁴ *Idem*, p. 3-148.

⁴⁵ CERTEAU. *Op. cit.*, p. 94.

Portanto, escrevamos as últimas palavras. A pesquisa que aqui (forçosamente) se encerra pretendeu contribuir, minimamente, para a discussão de algumas idéias de Benedetto Croce no contexto da produção universitária brasileira contemporânea. Torna-se até indispensável, irritante e repetitivo assinalar que o debate para o qual pretendemos oferecer alguns subsídios inexistente – pelo menos atualmente. Acreditamos ter essa especificidade da historiografia brasileira contribuído, decisivamente, tanto para as inúmeras fragilidades teóricas que grassam o texto, quanto para os méritos potenciais, porventura existentes na presente dissertação.

CAPÍTULO I

BENEDETTO CROCE (1866-1952): CONTEXTO HISTÓRICO, VIDA E OBRA

Neste primeiro capítulo, buscaremos inserir o conjunto da obra croceana – principalmente a porção de cunho histórico e historiográfico – no espaço de tempo localizado entre a segunda metade do século XIX e a primeira do século XX, enfatizando as relações estabelecidas pelo autor com os movimentos e as correntes intelectuais mais significativos da sua época. Portanto, essa abordagem desemboca na elaboração de uma biografia intelectual do autor, evidenciando, conseqüentemente, todas as vicissitudes e as ambigüidades do gênero biográfico.¹ Ou seja, o esforço aqui realizado busca estabelecer uma “biografia filosófica” croceana, mediante o exame da sua própria autobiografia que, na verdade, perpassa toda a sua extensa obra. Tal procedimento está em consonância com o pensamento expresso pelo próprio Croce, segundo o qual *toda verdadeira história é sempre autobiografia*.²

Assim, buscamos priorizar as informações contidas no mais importante dos escritos autobiográficos de Croce, *Contributo alla critica di me stesso*, redigido em 1915, em meio à Primeira Guerra Mundial, e que abarca meio século da sua existência.³ As lacunas e as informações não identificadas no *Contributo* foram preenchidas através da consulta a outras obras do próprio Croce e alguns dos seus mais expressivos comentaristas – em geral, italianos, como se verá a seguir. Entretanto, antes de qualquer tentativa de discutir as etapas

¹ Entre as discussões recentes acerca dos limites e vícios da biografia, veja-se a ácida crítica de BOURDIEU, Pierre. “A ilusão biográfica”. In: FERREIRA, Marieta de Moraes e AMADO, Janaína (orgs.). *Usos e Abusos de História Oral*. Rio de Janeiro: F.G.V., 1996, p. 183-91. Noutra perspectiva, buscando estabelecer uma tipologia do gênero biográfico, é significativa a contribuição de LEVI, Giovanni. “Usos da biografia”. In: FERREIRA e AMADO, *Op. cit.*, p. 167-82.

² Em italiano, no original: *ogni vera storia è sempre autobiografia*. Esse juízo foi emitido na obra *Il carattere della filosofia moderna* (1941). *Vex El Carácter de la Filosofía Moderna*, p. 139-41.

³ *Contributo alla critica di me stesso* foi impresso pela primeira vez, em edição privada, em 1918. Em 1931, passou a integrar o volume *Ética e política*, sob a condição de apêndice. Em 1950, ganhou algumas notas complementares que cobrem determinados aspectos das atividades intelectuais do seu autor posteriores a 1915.

do desenvolvimento intelectual de Benedetto Croce, cabe-nos recuperar, mesmo que de maneira panorâmica e sumária, certos elementos da vida cultural e política da Itália durante a primeira metade do século XIX, no período anterior à formação do Estado Nacional.

País de unificação territorial tardia, a Itália somente completou a formação do Estado Nacional em 1871, mediante a hegemonia liberal-conservadora e monarquista do Reino de Piemonte, dirigido pelo Rei Vítor Emanuel II e o pelo primeiro-ministro Camilo Benso de Cavour. O processo histórico que culminou na unificação territorial italiana recebeu, na tradição historiográfica peninsular, o nome de *Il Risorgimento*.⁴ Esse processo abrange um período que compreende o final do século XVIII até 1870, resultando de uma combinação original de revoltas populares, negociações diplomáticas e aplicação dos princípios da chamada *Política das Nacionalidades*.⁵

Ao longo do século XIX, um dos elementos culturais que contribuíram para a formação de certo espírito nacionalista, em parcelas da intelectualidade italiana, foi a difusão do sistema filosófico de Georg Wilhelm Friedrich Hegel (1770-1831). O hegelianismo chegou aos intelectuais italianos emigrados durante o período da Restauração (1815-1830) não diretamente da Alemanha, mas da França, mediado por Victor Cousin, que buscou discutir os novos desenvolvimentos do pensamento alemão nos *Fragments Philosophiques*, os quais, nos anos subseqüentes, realmente iniciaram a *intelligentzia* peninsular em Hegel.⁶ Portanto, foi um hegelianismo adaptado às particularidades políticas e culturais da Península Itálica que penetrou nessas latitudes, através do esforço teórico de intelectuais do *Mezzogiorno*⁷, como Augusto Vera (1813-1885), filósofo e tradutor do mestre alemão.

⁴ Substantivo masculino derivado do verbo *risorgere*, que significa ressurgimento, reaparecimento, renascimento. No sentido especificamente histórico, *Il Risorgimento* expressa o processo que resultou na unificação territorial da Itália, que se desenrolou da segunda metade do século XVIII até 1870. Ver a respeito GRAMSCI, Antonio. "O Ressurgimento". In: *Obras Escolhidas*. São Paulo: Martins Fontes, 1978, p. 275-309.

⁵ Para uma visão sintética sobre a unificação italiana, além da indicação de farta bibliografia, ver SAITTA, Armando. *Guia Crítica de la Historia Contemporánea*. México: Fondo de Cultura Económico, 1989, p. 34-108.

⁶ Cf. CAVALCANTI, Pedro Celso Uchôa e PICCONE, Paolo (orgs.). *Convite à Leitura de Gramsci*. Rio de Janeiro: Achiamé, s/d, p. 37-8.

⁷ Denominação cultural e geográfica dada pelos italianos à porção meridional do seu país.

Essa característica condicionou a evolução do pensamento de Hegel na Itália, sendo interpretado como uma filosofia da liberdade, entendido como a afirmação de um Estado independente, anti-elesiástico, identificando-se com a busca da unidade nacional. Nas palavras de Bertrando Spaventa (1813-1883), *a filosofia italiana do Risorgimento foi alemã. Hegel e outros filósofos alemães anteriores eram conhecidos em Nápoles antes de 1848*. Entretanto, as razões sociais e históricas do sucesso tardio de Hegel, na Itália, vinculavam-se indissolvelmente ao atraso daquela sociedade dos primórdios do século XIX e ao fato de o pensador alemão ser vislumbrado como o filósofo da Revolução Francesa – portanto, como catalisador na modernização e na renovação da sociedade italiana que veio a ser denominada *Risorgimento*.⁸

O principal centro de estudo e difusão do hegelianismo italiano foi a Universidade de Nápoles, onde exerciam o magistério dois dos mais significativos expoentes do neo-hegelianismo peninsular: Augusto Vera e Bertrando Spaventa. No caso específico de Spaventa, a importância da sua obra decorria, primordialmente, da tentativa de desprovincializar a filosofia italiana, até então confinada num espiritualismo tradicionalista. Em síntese, esse filósofo buscava vincular, mais uma vez, o pensamento peninsular ao contexto mais amplo da cultura europeia, fazendo de seu conceito de nacionalidade da filosofia italiana um espaço de expressão da universalidade, no qual deveriam ser reunidos todos os opostos, na perspectiva de uma unidade harmônica na qual marcassem presença todas as tendências do pensamento europeu. Assim, o referido autor acreditava que a filosofia italiana deveria colocar-se ao nível de sua congênere alemã, posto o pensamento filosófico ter alcançado maiores avanços nos países de cultura germânica do que nas nações latinas.⁹

No período que antecedeu à unificação nacional, a difusão do pensamento de Hegel, nos limites da Itália setentrional, foi obra dos intelectuais napolitanos emigrados após o malogro dos movimentos populares de 1848 no *Mezzogiorno*. A partir de 1860, com a

⁸ Apud JACOBITTI, Edmund E. “Del sentido común de Vico a la hegemonía de Gramsci”. In: TAGLIACOZZO. *Op. cit.*, p. 341. Ver também CAVALCANTI e PICCONE. *Op. cit.*, p. 37-8.

⁹ Sobre a importância do pensamento de Spaventa para a filosofia italiana do século XIX, ver ABBAGNANO, Nicola. *História da Filosofia*. v. XII Lisboa: Presença, 1984, p. 63-6. JACOBITTI, *Op. cit.*, p. 341-2.

incorporação dos antigos domínios dos Bourbon ao Reino da Itália pelas tropas de Giuseppe Garibaldi (1807-1882), alguns desses antigos militantes da unificação passaram a ocupar funções estratégicas na nova estrutura administrativa e na vida cultural da jovem nação – a exemplo de Francesco De Sanctis (1817-1883), Reitor da Universidade de Nápoles, e Silvio Spaventa (1822-1893), encarregado da Polícia. Essa intelectualidade napolitana contribuiu decisivamente para tornar o neo-hegelianismo um elemento fundamental da formação cultural italiana do final do século XIX e início do atual. Assim, o hegelianismo de matiz napolitana é o fio condutor que possibilita estabelecer uma continuidade intelectual direta entre homens com histórias de vida e posições políticas tão distintas quanto Bertrando Spaventa, Antonio Labriola, Benedetto Croce e Antonio Gramsci.¹⁰

Nesse contexto de formação do Estado italiano e de fermentação de uma cultura nacional naquele país, nasceu Benedetto Croce, em 25 de fevereiro de 1866, na cidade de Pescasseroli, localizada na região de *Abruzzo*. Oriundo de uma família de proprietários rurais e funcionários públicos do *Mezzogiorno*, comprometida com a tradição dos Bourbon napolitanos e rigidamente católica, era sobrinho, pelo lado paterno, de Bertrando e Silvio Spaventa, embora as relações com tais parentes fossem frias e distantes. Conforme assinalou o próprio Croce no *Contributo alla critica di me stesso*, seu pai seguia a linha tradicional das pessoas honradas de Nápoles, segundo a qual os homens de bem deveriam ocupar-se somente dos assuntos familiares e dos negócios, mantendo-se equidistantes dos meandros da política. Eis porque, como fazia questão de frisar, sobre a sua família não ressoasse nenhum eco da vida pública ou política.¹¹

O ambiente apolítico familiar repetiu-se na escola católica freqüentada por Croce, em Nápoles, a partir dos nove anos. Essa instituição possuía uma clientela aristocrática, ligada à tradição dos Bourbon, e sua maior contribuição à italianidade consistia em relembrar os ideais do *neoguelphismo*, praticado por alguns dos seus sacerdotes. No corpo do *Contributo*, Croce assinalou que, durante a época em que esteve matriculado na referida escola, possuía somente uma idéia muito vaga a respeito dos eventos capitais do *Risorgimento*, a exemplo das revoluções, conspirações e sucessos de 1848-49 e 1860.

¹⁰ Cf. CAVALCANTI e PICCONE. *Op. cit.*, p. 38-9.

¹¹ “Contributo alla critica di me stesso”. In: *Etica e politica*. Bari: Laterza, 1945, p. 368-9.

Da mesma forma, apenas ouviu os nomes de Cavour, Mazzini e Garibaldi, sendo que sua realidade histórica e o significado ideal das suas existências foi uma descoberta realizada no final da juventude.¹²

Em 1883, Croce perdeu os pais e a única irmã quando um terremoto varreu a estação de verão de Casamicciola, na ilha de Ischia, ficando ele mesmo soterrado, por várias horas, sob os escombros, além de sofrer diversas fraturas. Pouco depois do falecimento dos pais, mudou-se para Roma, permanecendo, então, sob a tutela do tio Silvio Spaventa. Na capital, ingressou na Universidade não chegando a concluir o curso de Direito no qual se matriculou. Todavia, o ambiente universitário lhe possibilitou estabelecer relações intelectuais e pessoais com o professor Antonio Labriola (1843-1904), catedrático de Filosofia, que, em fins da década de 1880, tornou-se o “pai do marxismo italiano” e o “primeiro marxista acadêmico” da Europa.¹³

Croce retornou a Nápoles em 1886. Com a sobrevivência garantida pela fortuna herdada dos pais, passou a se dedicar aos estudos históricos, filosóficos e filológicos, além de contribuir para a organização dos Arquivos Municipais e colaborar assiduamente com periódicos provinciais, a exemplo de *Napoli nobilissima*. No espaço de tempo entre 1886 a 1892, concentrou suas pesquisas em três frentes principais: a crítica literária, muito influenciada pelo idealismo de Francesco De Sanctis; o resgate e a revalorização das histórias e anedotas locais dos séculos XVII e XVIII, o que resultou no livro *Storie e leggende napoletane* (editado integralmente em 1919); e, finalmente, o projeto relacionado à preparação de uma “historia moral” da Itália, dos seus sentimentos e da sua “vida espiritual” a partir do Renascimento, com ênfase nas relações e nos influxos recíprocos entre a civilização italiana e os povos estrangeiros. Algumas das obras, posteriormente publicadas, que possuíram a influência dessa etapa do pensamento croceano são *Rivoluzione napoletana nel 1799* (1897) e *La Spagna nella vita italiana durante la rinascenza* (1917).¹⁴

¹² Idem, p. 369.

¹³ Sobre a trajetória intelectual e política de Labriola, ver GERRATANA, Valentino, “Antonio Labriola e a introdução do marxismo na Itália”. In: HOBSBAWM, Eric J. *História do Marxismo IV: o marxismo na época da II Internacional*. Terceira Parte. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984, p. 11-49.

¹⁴ *Contributo*, p. 376-9.

Em 1893, aos vinte e sete anos, Croce produziu o primeiro trabalho teórico significativo acerca da natureza do conhecimento histórico: o ensaio *La storia ridotta sotto il concetto generale dell'arte*. Nesse texto, debruçou-se sobre a querela relativa ao caráter da história enquanto forma de conhecimento artístico ou científico – problema intensamente debatido na Alemanha do final do século passado por Wilhelm Dilthey (1833-1911), Heinrich Rickert (1863-1936), Georg Simmel (1858-1918) e Wilhelm Windelband (1848-1915), entre outros pensadores. Esta direção dominante da filosofia alemã, nos últimos decênios do século XIX, responsável pela discussão do problema crítico da história, associou-se à chamada *crise do historicismo*. A ascensão das disciplinas históricas à condição científica, ao longo do século XIX, fizera nascer, a propósito delas, um problema semelhante àquele que Kant propusera a respeito das ciências naturais: a questão da possibilidade da história enquanto ciência, isto é, da sua validade.

Portanto, o debate alemão girava em torno do estatuto epistemológico do conhecimento histórico, opondo os neo-hegelianos, encabeçados por Dilthey, aos neokantianos, liderados por Windelband. Para este último, o conhecimento histórico distinguia-se das ciências naturais não pelos objetos que tomava para investigação, mas por suas finalidades. O conhecimento histórico era “idiográfico”, ou ainda “produtor de imagens”, ao passo que a abordagem científica era “nomotética”, idealizadora de leis. Dilthey, por seu turno, sustentava que a história pertencia ao ramo das *Geisteswissenschaften* (“ciências do espírito”), enquanto disciplinas como a Biologia e a Física ocupavam o terreno das *Naturwissenschaften* (“ciências da natureza”).¹⁵

Na perspectiva de contribuir para o debate supracitado, Croce sustentou que o conhecimento histórico não se reduzia ao terreno meramente artístico, ou seja, que fosse, *stricto sensu*, arte, mas que a história estava incluída sob o conceito geral da arte. Conforme avaliou posteriormente, os intentos desse ensaio eram basicamente três: em primeiro lugar, combater a intromissão dos esquemas derivados das ciências naturais no âmbito da historiografia; em seguida, afirmar o caráter teórico e a seriedade da arte, encarada pelo positivismo dominante enquanto objeto de diversão; e, por último, negar a perspectiva

¹⁵ A respeito da *crise do historicismo*, ver ABBAGNANO. *Op. cit.*, p. 483-4, e IGGERS. *Op. cit.*, p. 461. Sobre o debate alemão e o posicionamento de Croce, ver COLLINGWOOD. R.G. *A Idéia de História*. Lisboa: Presença, 1995, p. 214-26 e 244-7. Para uma crítica ao ensaio juvenil croceano e à interpretação de Collingwood, ver WHITE, Hayden. “Croce: a defesa filosófica da história de modo irônico”. In: *Meta-História*, p. 388-91.

segundo a qual a historicidade fosse uma terceira modalidade do espírito teórico, distinta tanto da forma estética quanto da teórica.¹⁶

O encontro de Benedetto Croce com as concepções derivadas do materialismo histórico, no crepúsculo do século XIX, foi mediado, em larga proporção, por Antonio Labriola, na época, a maior expressão teórica do marxismo na Itália e militante do Partido Socialista. Segundo precisou o próprio Croce, em abril de 1895, Labriola lhe remeteu para leitura e publicação o ensaio *In memoria del Manifesto dei Comunisti* – editado às suas expensas no mesmo ano. A leitura do texto impressionou vivamente o jovem napolitano, a ponto de fazê-lo esquecer os projetos intelectuais anteriores e mergulhar nos estudos de economia e na literatura clássica do marxismo, até então campos de conhecimento desconhecidos. O interesse croceano pelo materialismo histórico, aliado à prática adquirida com a literatura marxista e à atenção a qual dispensou, durante algum tempo, aos periódicos socialistas alemães e italianos, o comoveram profundamente e, pela primeira vez, suscitaram algo parecido com paixão política em um intelectual até então apolítico.¹⁷

Entretanto, o engajamento político croceano não apresentou longevidade. Segundo avaliou posteriormente, mesmo sob a influência de Labriola, nunca fora exatamente “marxista ortodoxo” nem mesmo sequer “convertido” ao “novo credo”, embora seu interesse filosófico pela doutrina e a forma como se inseriu nos debates sobre o socialismo italiano pudessem criar tal ilusão.¹⁸ Assim, entre 1895 a 1900, Croce publicou um conjunto de ensaios nos quais dialogava criticamente com a herança teórica de Marx e – indiretamente – com o seu amigo e mestre Labriola.

Em 1900, sete desses ensaios foram incluídos no volume *Materialismo storico ed economia marxistica*, sinalizando para o rompimento definitivo de Croce para com Labriola e o socialismo. Essencialmente, na publicação supracitada, Croce esgrimiou quatro argumentos básicos contrários ao marxismo. No primeiro, destacou que as concepções do materialismo histórico somente poderiam ser entendidas e utilizadas de maneira aceitável

¹⁶ Croce teceu esses comentários no prefácio da segunda edição de *Logica come scienza del concetto puro*, em 1909. Nesta dissertação, utilizamos a tradução em língua espanhola *Lógica como Ciencia del Concepto Puro*, Madrid: Poblet, 1933, p. 235-6.

¹⁷ *Contributo*, p. 381-3.

¹⁸ Consultar o prefácio à primeira edição de *Materialismo storico ed economia marxistica*, redigido em julho de 1899. Ver *Materialismo Histórico e Economia Marxista*, p. 8-10.

se reduzidas à condição de mero *cânone de interpretação historiográfica*. No segundo, assinalou que a teoria marxista do valor-trabalho não era senão o resultado de uma comparação elíptica entre dois tipos de sociedade. No terceiro argumento, criticou a lei referente à queda da taxa do lucro, que, se fosse exatamente estabelecida como acreditava Marx, importaria no final automático e iminente da sociedade capitalista. Por fim, propôs a criação de uma “ciência filosófica da Economia”, que surgiria ao lado dos estudos econômicos empírico-abstratos.¹⁹

A reação de Labriola face à exposição desses juízos foi o rompimento das relações de amizade com o antigo pupilo. Na verdade, os artigos do Croce “reviscionista” inseriam-se no contexto mais amplo da primeira crise do marxismo, emblematicamente nos trabalhos de críticos do socialismo, a exemplo de Georges Sorel (1847-1922), na França, Eduard Bernstein (1850-1932), na Alemanha, Giovanni Gentile (1875-1944), na Itália. Por sinal, Croce era amigo e editor das obras de Sorel na Itália. Já Labriola estabeleceu uma profícua correspondência com Sorel, a quem considerava um autêntico marxista, o que resultou no volume *Discorrendo di filosofia e di socialismo* (1898). No que se refere a Bernstein, numa carta dirigida a Sorel, admitiu ter se inspirado, em certa medida, nos ensaios croceanos sobre o materialismo histórico. No mesmo período, Gentile publicou *La filosofia di Marx* (1899), enquanto um outro revisionista, Charles Adler, falava abertamente na *dissolução do marxismo*. Escrevendo trinta anos após a ocorrência desse debate, um teórico marxista enxergou em Croce o *líder intelectual das tendências revisionistas da década de 1890*.²⁰

Concluída a batalha com o marxismo teórico, o qual considerou como irremediavelmente esgotado em 1900, Croce voltou as suas energias intelectuais contra as concepções dos positivistas italianos, na perspectiva de recuperação de uma abordagem espiritualista do real e se inserindo numa autêntica *rebelião antipositivista* no âmbito da cultura peninsular.²¹ Por mais paradoxal que possa parecer, Croce não precisou os termos da sua participação na “rebelião antipositivista” italiana nas páginas do *Contributo alla*

¹⁹ Cf. Prefácio à segunda edição, datado de maio de 1906. Idem, p. 11-2.

²⁰ Cf. GRAMSCI. *Concepção Dialética da História*, p. 208. Sobre os pontos de vista de Labriola acerca das posições de Croce e Sorel, consultar a tradução, em língua espanhola, *Socialismo y Filosofía*. Madrid: Alianza, 1969, p. 189-201.

critica di me stesso e muito menos aquele movimento filosófico mereceu qualquer referência significativa na autobiografia supracitada.

No que diz respeito ao positivismo italiano, este foi introduzido por Carlo Cattaneo (1801-1869), Giuseppe Ferrari (1812-1876) e Enrico Morselli (1852-1929), tendo encontrado na figura de Roberto Ardigò (1828-1920) um porta-voz tão influente, que se converteu na direção dominante da vida espiritual da Itália, no final do século XIX. A hegemonia da visão de mundo positivista aparecia não somente entre os filósofos, mas também no seio das classes cultas italianas.²²

Contudo, não obstante o prestígio do patriarca Ardigò e o fervor dos seus discípulos, o positivismo oficial sempre foi uma filosofia sem raízes na sociedade italiana, aparecendo como uma crença estrangeira. Em um país economicamente atrasado como a Itália, a doutrina em questão estava destinado a chegar tarde e, uma vez transplantado, a viver com dificuldade. Assim, a filosofia positivista foi atacado em duas frentes opostas: os marxistas, criticavam os seus aspectos relacionados ao naturalismo determinista e ao evolucionismo otimista; já os chamados “irracionistas” voltavam suas baterias contra sua postura intelectualista abstrata e seu cientificismo reformador. No caso específico da variante historiográfica positivista hegemônica em solo italiano, esta apresentou uma versão rígida e dogmática, o que dificultava suas chances de sucesso e a tornava presa fácil dos adeptos do “espiritualismo perene”. Em suma, o positivismo peninsular, aparecendo na sociedade italiana como uma forma de pensamento anacrônico, sucumbiu inexoravelmente frente aos ataques dos cruzados do espiritualismo clerical e laico, capitaneados por Croce.²³

Contra o positivismo, Croce propugnou o “renascimento do idealismo”, acreditando dever impulsionar uma obra de reforma radical, de oposição total, de inversão.²⁴ Nesse contexto da rebelião antipositivista, o pensador italiano dedicou-se à elaboração do seu próprio sistema, autodenominado *Filosofia come scienza dello spirito*. Assim, em quinze anos, foram publicados os quatro volumes que o compõem, a saber: *Estetica come scienza*

²¹ Sobre o conceito de Positivismo, ver ABBAGNANO. *Dicionário de Filosofia.*, p. 746.

²² Cf. BOCHENSKI, LM. *La Filosofia Actual*. México: Fondo de Cultura Económico, 1955, p. 96.

²³ Cf. BOBBIO, Norberto. *Perfil Ideológico del siglo XX en Italia*. México: Fondo de Cultura Económico, 1993, p. 15-32 e 120-6.

²⁴ Cf. BOBBIO. *Op. cit.*, p. 121.

dell'espressione e linguistica generale (1902), *Logica come scienza del concetto puro* (1905 e 1909), *Teoria della pratica: Economia ed etica* (1908)) e, finalmente, *Teoria e storia della storiografia* (1917). No conjunto da obra croceana foi advogada uma visão claramente idealista do real, na perspectiva de combater os postulados do positivismo e de defender a autonomia do conhecimento histórico face à ingerência das metodologias oriundas das ciências naturais. A *Filosofia dello spirito* opunha-se, igualmente, ao materialismo histórico. Assim, Croce transformou-se no *restaurador do idealismo* nos primórdios do século XX.

O combate teórico travado por Croce e seus aliados contra o positivismo apresentava uma dimensão claramente política, não se restringindo a uma simples condenação filosófica ao sistema de Comte. Assim, a crítica croceana ao determinismo anti-humanista, ao árido naturalismo, às torpes simplificações sociológicas, à ingênuo adoração aos fatos brutos e à redução do homem ao seu meio ambiente seguia de perto as idéias conservadoras contrárias às tentativas de reforma na velha ordem legada pelo *Risorgimento*. As críticas do *espiritualismo perene* ao positivismo confundiam-se com o repúdio às concepções que postulavam a ampliação das bases do poder político e à ascensão de novas classes sociais, ou seja, ao socialismo e à democracia.²⁵

A vitória de Croce na luta contra o positivismo foi arrasadora. A reação idealista italiana ensejou não somente a modificação das concepções gerais relativas à filosofia, mas, da mesma forma, aos gostos, aos estilos, às simpatias e às aversões de toda uma época cultural. Assim, se o positivismo chegou a dar explicações naturalistas até para as manifestações do espírito, o idealismo repudiou todas as formas de naturalismo para explicar os fatos da natureza por uma via espiritual; se os positivistas exaltaram a forma de conhecimento derivado das ciências da natureza, os idealistas reduziram-na à condição de saber generalizante, ao passo que a filosofia elevou-se ao *status* de saber universal e a história, à ciência do individual, não redutível aos esquemas abstratos dos naturalistas. Portanto, a batalha travada contra as idéias comteanas tornou-se peça extremamente importante na estratégia de Croce, no sentido de promover, na Itália, a restauração do idealismo.²⁶

²⁵ *Idem*, p. 21-2.

²⁶ *Idem*, p. 120-7.

Assim, os anos iniciais do século XX foram caracterizados pela *hegemonia croceana* nos domínios da cultura peninsular. Com efeito, seu pensamento foi o centro de irradiação e convergência dos mais expressivos movimentos intelectuais dessa época, desde os supostamente inovadores aos tradicionalistas – muito embora o próprio Croce tenha declarado, no *Contributo*, sua mescla de surpresa e desagrado à condição de *mestre e guia espiritual dos jovens* que lhe foi atribuída por admiradores.²⁷ Um exemplo de tal predomínio pode ser vislumbrado no ataque ao positivismo, quando Croce chamou em seu auxílio tanto os seguidores do materialismo histórico quanto os adeptos das chamadas “forças do irracional”.²⁸

As razões que explicam a ascendência de Croce sobre jovens artistas e intelectuais irracionistas, a exemplo dos escritores Giovanni Papini (1881-1956), Giuseppe Prezzolini (1882-1982) e Giuseppe Antonio Borgese (1882-1952), são ainda nebulosas, já que a maioria dos movimentos artísticos e intelectuais desse período fundiam, num confuso amálgama, elementos tão dispares quanto aspectos do decadentismo literário, fragmentos de doutrinas nacionalistas extremadas, concepções elitistas e imperialistas, além de crenças derivadas do socialismo revolucionário soreliano.²⁹ Entretanto, Croce compartilhava com os jovens intelectuais do mesmo repúdio ao positivismo e do desprezo pela democracia. Não resta dúvida de que o reforço dos seus contatos com os irracionistas ocorreu sob a influência do filósofo Giovanni Gentile que, no período posterior a 1900, ocupou o espaço como principal interlocutor de Croce, anteriormente preenchido por Labriola.³⁰

Na esteira da vinculação intelectual com Gentile, Croce lançou, em 1903, sua própria revista, intitulada *La Critica*, que circulou até 1944. Versando sobre temas relacionados à história, à literatura e à filosofia, o periódico expunha, em seu programa, a intenção de, mediante seus artigos, ilustrar a vida intelectual italiana dos últimos cinquenta anos, partindo da formação do novo Estado italiano, da nova Itália. Com as atividades

²⁷ *Contributo*, p. 388-9.

²⁸ Ver a esse respeito BOBBIO. *Op. cit.*, p. 61-80.

²⁹ Consultar PARIS, Robert. *As Origens do Fascismo*. São Paulo: Perspectiva, 1993, p. 42-51.

³⁰ Sobre os influxos recíprocos entre Croce e Gentile, ver *Contributo*, p. 383-4, 387-8 e 399.

desenvolvidas na revista, Croce acreditava dar o melhor de si, em termos teóricos e práticos, à cultura italiana, cumprindo, assim, uma obra política, no sentido mais amplo da palavra: obra de estudioso e de cidadão, que não mais se envergonhava, como ocorria anteriormente, face aos homens políticos e socialmente ativos.³¹

A criação de *La Critica* coincidiu com a emergência de uma autêntica “floresta de publicações” que expressavam uma miríade de pontos de vista marcados por ranços nacionalistas e irracionalistas na Itália. No mesmo ano do lançamento da revista de Croce, Enrico Corradini (1865-1931), outro representante das “forças do irracional”, iniciou a publicação de *Il Regno*, ao tempo em que Papini e Prezzolini inauguravam o seu *Leonardo*. No ano seguinte, G. A. Borgese lançou a revista *Hermes*. As quatro publicações estavam estreitamente relacionadas. Borgese, àquela altura protegido de Croce, era nacionalista e seguidor do poeta Gabriele D’Annunzio (1863-1938). Por seu turno, *Il Regno* – viveiro da futura *intelligentsia* fascista – dedicava-se ao mesmo credo croceano de antipositivismo e antidemocracia. Já Papini e Prezzolini uniam suas energias nos ataques às idéias convencionais dos círculos acadêmicos.³²

A aliança tática entre Croce e a intelectualidade nacionalista italiana se dissolveu frente a duas conflagrações bélicas: a conquista colonial da Líbia (1910-1911) e a Primeira Guerra Mundial (1914-1918). Croce opôs-se a ambos os conflitos. Ademais, os irracionalistas passaram a julgar seu antigo mestre como superado (*superato*), demasiadamente burguês e mentalmente incapaz de compreender as gerações mais novas. As afinidades teóricas com Gentile, contudo, foram mantidas e mesmo estreitadas. Com o seu auxílio, Croce transformou uma pequena editora do *Mezzogiorno*, a Laterza, de Bari, numa das mais importantes da Itália, chegando mesmo a ditar os rumos da política editorial do país.³³ Aliás, o rompimento entre Croce e Gentile teria que esperar até os anos vinte, quando assumiram posicionamentos diametralmente opostos face à ditadura fascista.

A produção intelectual de Croce, nos anos que antecederam à participação da Itália na Primeira Guerra, foi extraordinária, tanto se considerada sob o ângulo qualitativo quanto

³¹ Idem, p. 387-9.

³² Cf. MOMIGLIANO. *Op. cit.*, p. 290-1.

³³ Idem, *ibidem*.

sob o quantitativo. Além das três primeiras partes da *Filosofia dello Spirito* (*Estética, Lógica e Filosofia della pratica*), produziu *Saggio sullo Hegel* (1906), *Problemi di Estetica* (1910), *La filosofia di Giambattista Vico* (1911), os primeiros artigos que deram origem à *Teoria e storia della storiografia* (1911-1913), o *Breviario di Estetica* (1913), além de quatro outros volumes da série *La letteratura della nuova Italia* (1914-1915) e centenas de monografias, ensaios, notas críticas e resenhas impressas em *La Critica* ou em outros periódicos italianos e estrangeiros. O próprio autor considerou esse período como o mais fecundo da sua vida intelectual.³⁴

Contrastando com a sua prodigiosa atividade literária, Croce participou escassamente da vida política italiana do primeiro quarto deste século, não obstante a sua nomeação para o Senado do Reino, em 1910, e o fato de ter integrado o quinto gabinete do *premier* Giovanni Giolitti (1842-1928), como Ministro da Instrução Pública, entre junho de 1920 e junho de 1921. Na realidade, Croce estava convencido de que a política era uma atividade necessária, porém, inferior. Como idealista coerente, acreditava com firmeza que as idéias (e os seus portadores, os homens da cultura) eram os dirigentes da história. Suas intervenções, no campo da política militante, foram esporádicas e pouco significativas até 1915. A batalha travada contra a entrada da Itália na primeira Guerra Mundial, por exemplo, foi cultural e não política. Mais ainda, durante o conflito, colocou-se mais como defensor da cultura ofendida do que do mundo ensanguentado.³⁵

Croce jamais pertenceu explicitamente a quaisquer dos grupos liberais existentes na Itália antes do advento do fascismo. Ao contrário, combateu abertamente a idéia dos partidos políticos permanecerem organizados. Este último ponto de vista foi defendido em um artigo denominado *Il Partito come giudizio e pregiudizio*, publicado em 1912. Nesse trabalho, pronunciou-se, então, a favor dos movimentos políticos que não se propusessem a um “programa definitivo”, “dogmático”, permanente, orgânico, mas que buscassem resolver, em cada oportunidade, os problemas políticos imediatos. Suas simpatias inclinavam-se para uma das alas conservadoras do liberalismo italiano, reunida em torno do *Giornale d'Italia*.³⁶

³⁴ *Contributo*, p. 389-90.

³⁵ Cf. BOBBIO. *Op. cit.*, p. 137.

³⁶ Cf. GRAMSCI. *Concepção Dialética da História*, p. 204-5.

Na condição de restaurador do idealismo na Itália, Croce não somente apresentou ímpetos conservadores, como foi efetivamente um conservador, ao menos durante o primeiro quarto deste século. Assim, compartilhava do “grande medo” da revolução social com seu amigo Gaetano Mosca (1858-1941) – um dos pais do que veio a ser denominada *Teoria das Elites*, ao lado de Roberto Michels (1876-1935) e Vilfredo Pareto (1848-1923). Uma referência direta a esse temor ficou registrado em um dos ensaios de *Materialismo storico ed economia marxistica*, no qual Croce expressou sua compreensão para com o pânico de muitos de que a força política do proletariado pudesse culminar num desenfreamento bestial das massas populares em direção a um imprevisível abalo social, semelhante às *jacqueries* francesas do século XIV e às guerras camponesas alemãs – movimentos ocorridos em períodos nos quais era nula a cultura política das plebes. Tal previsão aterrorizante provinha da crença segundo a qual os movimentos proletários, quando instintivos e cegos, podiam fazer valer seu domínio, ao passo que a consciência esclarecida poderia experimentar derrotas temporárias.³⁷

Para exorcizar esse pesadelo, Croce depositava toda a sua confiança na preservação do sistema social que havia feito próspero e feliz o “glorioso” século XIX. O posicionamento político croceano pode ser sintetizado nesta sentença lapidar, exposta na obra *Cultura e vita morale* (1914): *Não se trata de criar um mundo novo, mas sim de seguir trabalhando sobre o velho, que é sempre novo.*³⁸ Esse velho mundo relacionava-se diretamente como o *Risorgimento* e seu legado de moderantismo político.

Paradoxalmente, Croce gostava de creditar ao marxismo parcela expressiva do realismo histórico com o qual supria suas posturas conservadoras. No prefácio à terceira edição de *Materialismo storico ed economia marxistica*, escrito em 1917, no auge da Primeira Guerra Mundial, examinando as razões objetivas que o conduziram ao estudo do marxismo, ressaltou ter encontrado naquela concepção política as melhores tradições da ciência política italiana, graças a sua firme asseveração do princípio da força, da luta e do poder, além da oposição satírica e cáustica às insípidas teorias do direito natural, anti-históricas e democráticas, contrárias, enfim, aos ideais de 1789. Em meio ao turbilhão psicológico resultante do conflito bélico, Croce agradecia ao velho revolucionário por ter

³⁷ Cf. *Materialismo Histórico*. p. 111.

³⁸ Apud BOBBIO. *Op. cit.*, p. 129.

contribuído para torná-lo insensível às seduções alcinescas da Deusa Justiça e da Deusa Humanidade.³⁹

A entrada da Itália na Primeira Guerra Mundial, em 1915, deixou Croce num marcante isolamento interno, o qual se refletiu nas dúvidas angustiantes acerca do tempo presente e do futuro da civilização europeia, manifestadas na conclusão do *Contributo alla critica di me stesso*. Todavia, esse ostracismo permitiu o estudo das obras dos grandes historiadores e a reflexão acerca dos métodos da história. Pode-se mesmo afirmar que quase toda a sua produção histórica, nesse período, relaciona-se com episódios da história de Nápoles, pouco influenciando sobre a formação dos historiadores italianos. A situação mudou com o aparecimento de *Teoria e storia della storiografia* (1915) e *Storia della storiografia italiana nel secolo decimonono* (1918). Tanto Croce passou a ser objeto de interesse dos jovens historiadores peninsulares, quanto se preparou para escrever a *storia etico-politica* das décadas seguintes.⁴⁰

Nas três décadas seguintes, Croce desempenhou um duplo papel: inicialmente, na primeira metade dos anos vinte, coerente com seu posicionamento político conservador, simpatizou com o movimento e o regime fascista; e, num segundo momento, de 1925 até 1943, na condição de opositor da ditadura, transformou-se no *filósofo da liberdade*, no virtual *ditador* da cultura italiana e no ponto de referência moral para todos aqueles que resistiram, de alguma forma, ao fascismo. Cumpre-nos, nas páginas seguintes, examinar mais detidamente esse período que é, seguramente, o mais controvertido e passível das mais variadas interpretações na biografia de Benedetto Croce.

As relações existentes entre Benedetto Croce e o movimento fascista de 1922 a 1925 podem ser enquadradas sob a lógica da colaboração tática entre a ala conservadora do liberalismo italiano e os seguidores de Benito Mussolini. Na condição de aliado de Giolitti, Croce endossou o apoio implícito do antigo *premier* à formação do primeiro gabinete fascista, em 1922. Os velhos liberais italianos, representados por Croce e Giolitti, viviam mentalmente no século XIX e fracassaram quase totalmente na tarefa de interpretarem as profundas mudanças na sociedade italiana engendradas pela Primeira Guerra Mundial. Assim, às vésperas da tomada do poder por Mussolini, Croce argumentava que o fascismo

³⁹ *Materialismo Histórico e Economia Marxista*, p. 13-4.

⁴⁰ Ver MOMIGLIANO. *Op. cit.*, p. 293.

não era perigoso, já que carecia de um programa. Por seu turno, Giolitti estava convencido de que aquele movimento expressava os anseios das classes médias patrióticas que, portanto, jamais desafiariam a lei e a ordem, voltando-se contra o Estado. O ex-premier vislumbrava no fascismo uma força saudável, embora demasiadamente radical, mas capaz de ser integrada à estrutura da política liberal.⁴¹

No caso específico de Croce, ao contrário de 1915, quando manifestou sua oposição ao ingresso da Itália nos campos de batalha da Primeira Guerra Mundial, em 1922, simpatizou com os fascistas. Assim, no Senado, continuou votando com Mussolini, mesmo após os dramáticos acontecimentos que culminaram no assassinato do deputado antifascista Giacomo Matteotti, líder do Partido Socialista Unitário, em junho de 1924. Na mesma linha de colaboração para com o novo governo, entre 1923 e 1924, apoiou as reformas educacionais introduzidas pelo Ministro da Instrução Pública, Giovanni Gentile, contra todos os ataques dos liberais e socialistas. A própria nomeação de Gentile para o primeiro gabinete fascista foi vista, na época, como um sinal da disposição de Croce em colaborar com o fascismo.⁴²

Em sua defesa, Croce argumentou, nas notas complementares ao *Contributo*, que, nos primórdios do fascismo, considerava esse movimento como um simples episódio do pós-guerra, com alguns traços de reação juvenil e patriótica, que se dissiparia sem provocar mal e, ao contrário, deixaria atrás de si algum efeito benéfico. Não imaginava que a Itália pudesse perder a liberdade, que havia custado tanto esforço e tanto sangue, qual sua geração julgava conquistada para sempre. Porém, complementou, o inverossímil aconteceu e o fascismo, longe de ser um fato transitório, criou raízes e consolidou seu domínio.⁴³

No corpo do adendo supracitado, Croce fixou sua passagem para o campo da oposição na segunda metade de 1924, após uma série de falsas promessas do regime e o esgotamento das esperanças relativas à restituição da liberdade. Estimulado pela agressão sofrida pelo líder liberal Giovanni Amendola (1886-1926), espancado pelos adeptos da

⁴¹ Cf. TANNENBAUM, Edward R. *La Esperiencia Fascista, sociedad y cultura en Italia (1922-1945)*. Madrid: Alianza, 1975.

⁴² Cf. MOMIGLIANO. *Op. cit.*, p. 294.

⁴³ Essas observações fazem parte do adendo ao *Contributo*, publicado em 1950. Ver *Filosofia, poesia, storia*. Milano; Napoli: Riccardo Ricciardi, 1955, p. 1172-4.

ditadura, escreveu o que se tornou a primeira condenação efetiva de homens do mundo da cultura ao regime fascista: *Il manifesto degli intellettuali antifascisti*, publicado em 1º de maio de 1925.⁴⁴

Com efeito, a conclusão da transição para um governo abertamente fascista e os seguidos atos de violência cometidos contra os seus principais opositores, ao longo de 1925, não mais permitiam aos italianos acalentarem ilusões quanto à verdadeira natureza do regime. Em poucos meses, antifascistas de peso, a exemplo dos liberais Giovanni Amendola e Piero Gobetti (1901-1926), foram assassinados, outros tiveram de exilar-se, como o historiador Gaetano Salvemini (1883-1957), e muitos, paradigmaticamente representados por Gramsci, foram encarcerados. Em abril do mesmo ano, Gentile e aliados lançaram o *Manifesto degli intellettuali fascisti*. Assim, Croce se converteu, quase da noite para a manhã, no líder máximo da *intelligentsia* opositora ao esboçar o documento que respondia às provocações dos intelectuais fascistas. Paradoxalmente, o mesmo êxito político alcançado pelo fascismo, ao assassinar, desterrar e deter os seus adversários mais ativos, fez de Benedetto Croce o virtual “ditador” da cultura italiana.⁴⁵

Il Manifesto degli intellettuali italiani antifascisti sustentava três pressupostos básicos: em primeiro lugar, reafirmava o princípio relacionado à autonomia da arte e da cultura face à política; em seguida, condenava os ataques contra a democracia e o liberalismo e a glorificação da força e do irracionalismo presentes no documento fascista; e, finalmente, concomitante à reafirmação dos valores das instituições políticas liberais resultantes do *Risorgimento*, protestava contra a divisão criada pelos intelectuais fascistas em torno dos cidadãos italianos em partidários e inimigos da nação.⁴⁶

O despertar desse liberalismo de tradição que adormecia em Croce foi consequência direta da tirania que se abateu sobre a Itália. Consolidada a ditadura fascista, a inspiração liberal-conservadora croceana transformou-se, gradativamente, numa teoria historiográfica e política do liberalismo, originando uma verdadeira concepção de *História como história da liberdade*. Entre 1925 e 1940, Croce tornou-se a consciência moral do antifascismo italiano, não mais no papel do *restaurador do idealismo*, mas do *filósofo da liberdade*.

⁴⁴ *Idem*, p. 1172.

⁴⁵ Sobre esse aspecto, consultar MOMIGLIANO. *Op. cit.*, p. 294-5, e BOBBIO. *Op. cit.*, p. 226-7.

⁴⁶ Ver “Il manifesto degli intellettuali italiani antifascisti”. In: *Filosofia, Poesia, Storia*. p. 1156-60.

Assim, o pensamento croceano dos quinze anos iniciais do século, marcado por um enfoque apolítico e mesmo antipolítico, totalmente preenchido pela construção de um sistema filosófico, metamorfoseou-se numa obra historiográfica politicamente comprometida.⁴⁷

A arquitetura da obra croceana, composta durante a vigência do regime fascista, pode ser segmentada em dois grandes blocos: os trabalhos históricos de caráter “ético-político” e os ensaios filosóficos e historiográficos de inspiração liberal. No primeiro, incluem-se *Storia del regno de Napoli* (1925), *Storia d'Italia dal 1871 al 1915* (1928), *Storia dell'età barocca in Italia* (1929) e *Storia d'Europa nel secolo decimonono* (1932). No segundo, destacam-se *Aspetti morali della vita politica* (1928), *Etica e Politica* (1931), *Piccoli saggi di filosofia politica* (1934), *La storia come pensiero e come azione* (1938) e *Il carattere della storia moderna* (1941). No conjunto desses volumes, Croce exaltou as conquistas do liberalismo europeu e italiano no século XIX e criticou, por uma via indireta, os principais equívocos teóricos dos pensadores fascistas (irracionalismo, ativismo cego e autoritarismo), que advogavam a tese relativa à morte do ideário liberal. Em suma, elevou o liberalismo ao patamar de *religião da liberdade e doutrina metapolítica*, concepção total do mundo e da realidade.

No decorrer da *Storia d'Europa nel secolo decimonono*, por exemplo, reafirmou o princípio hegeliano segundo o qual a marcha da história se confunde com a caminhada da liberdade. Criticando indiretamente os pressupostos fascistas, Croce assinalou que a liberdade foi o *espírito animador* das diversas épocas históricas, o princípio fundamental e o fio condutor das lutas no curso da história. Advertiu que a perda da liberdade sempre foi considerada como causa ou sinal da decadência nas artes, nas ciências, na economia e na vida moral. Aos historiadores, lembrou que o liberalismo proporcionava à historiografia um critério seguro de interpretação do processo histórico, no qual a liberdade aparecia como o próprio sujeito e a força criadora da história. Para concluir, asseverou que o liberalismo não havia perecido, como equivocadamente pressupunham os fascistas, estando destinado a renascer, mesmo quando se apresentasse incompreendido e esquecido.⁴⁸

⁴⁷ Cf. BOBBIO. *Op. cit.*, p. 225-6 e 230.

⁴⁸ Ver a respeito *Storia d'Europa nel secolo decimonono*, Bari: Laterza, 1965, p. 7-21 e 307-16. Na presente dissertação, procedemos o cotejo da obra supracitada com sua tradução em língua espanhola, intitulada *Historia de Europa en el siglo XIX*. Buenos Aires: Imán, 1950.

No ensaio *Liberalismo e liberismo* (1928), Croce precisou o seu conceito pessoal relativo à doutrina liberal. Polemizando com o economista Luigi Einaudi (1874-1961), sustentou que o *liberalismo* era um ideal ético e político, enquanto o *liberismo*, apenas um legítimo princípio econômico. O conflito entre as concepções anteriormente citadas surgia quando se atribuía ao segundo elemento o valor de regra ou lei suprema da vida social, colocando-o, dessa forma, à altura do primeiro. O resultado de tal inversão era a transformação do ideal ético do liberalismo em uma moral econômica hedonista e utilitária, voltada somente para a satisfação máxima dos prazeres individuais ou da sociedade compreendida como reunião e média dos indivíduos. Assim, o primado sobre a vida moral deveria caber ao liberalismo, que tratava dos problemas econômicos da vida social sob a ótica ética. Portanto, a liberdade da qual falava Croce era orientada para promover a vida espiritual na sua totalidade, presente nos elementos morais que compunham a existência social.⁴⁹

Embora o liberalismo, visto sob a ótica croceana, aprovasse a maioria das exigências e das providências do liberismo – não por razões utilitárias, mas movido por princípios éticos – o primeiro ideal poderia ser compatível com outros sistemas econômicos (inclusive o socialismo). Essa conclusão contribuiu para alimentar uma forma muito singular de concepção política denominada “Liberal-socialismo”, que criou raízes na política italiana, nas décadas de 1930 e 1940 – conforme discutiremos no curso do presente capítulo.

Croce manteve as suas atividades intelectuais durante a vigência do regime fascista, não obstante a ação da censura, a espionagem, as ameaças e os atos de violência dos partidários da ditadura, inclusive a invasão da sua casa em Nápoles.⁵⁰ No que diz respeito ao governo, este permitiu que o pensador mantivesse seu trabalho, embora condicionado a algumas regras não escritas. Mussolini permitiu que *La Critica* circulasse normalmente, sob a condição tácita de não publicar ataques políticos diretos ao fascismo. O próprio *Duce* lia atentamente os livros e os artigos croceanos e, ainda, julgava conveniente manter ativa uma

⁴⁹ Ver a versão desse ensaio na obra *Aspectos Moraes da Vida Política*, p. 47-53.

⁵⁰ *Contributo*. In: *Filosofia, poesia, storia*, p. 1172-3.

publicação anticomunista, anticlerical e, após 1933, antinazista. Algumas dessas regras eram bem aceitas por Croce, outras não.⁵¹

Contra todos os esforços do fascismo para desterrar intelectualmente Croce, este exerceu, durante os anos da ditadura, uma influência muito maior do que aquela representada por Gentile, expressando tal fato a suprema ironia da vida cultural nesse período. Apesar dos esforços do regime e dos seus adeptos para suscitarem uma “cultura fascista” e de buscar impô-la nas escolas, na imprensa e nos institutos, eles não lograram originar um arcabouço cultural próprio. Essa consideração não implica afirmar que, durante os anos do regime totalitário, tenha deixado de existir uma vida cultural intensa, nem que a mesma tenha sido efêmera. Entretanto, a cultura do período fascista foi *croceana*.⁵²

Uma recriminação cabível à atuação política do *Croce opositor* diz respeito ao fato de o mesmo nunca ter proposto uma saída clara para superação do fascismo, preferindo entregá-la à ação da misteriosa Providência e não às mãos dos homens. Daí o porquê da sua concepção de *História como história da liberdade* ser essencialmente fatalista. Contudo, as suas idéias relacionadas à exaltação da liberdade e da autonomia da arte foram aceitas pelo conjunto das forças políticas que deram sustentação ideológica e material à Resistência antifascista (a saber, liberais, democrata-cristãos, socialistas e comunistas). Os princípios croceanos funcionaram como uma espécie de elo de ligação entre tais matizes ideológicos. Portanto, Croce tornou-se o guia espiritual dos jovens intelectuais antifascistas, para os quais a oposição do regime nascia de um ato de impulso moral, sendo político na exata medida em que expressava uma ação de rebeldia contra a ditadura e uma negativa de obediência ao tirano.⁵³

Sob essa perspectiva é que se deve compreender a ascendência dos pontos de vista croceanos sobre movimentos antifascistas como *Rivoluzione liberale*, idealizado por Piero Gobetti, *Giustizia e libertà*, fundado por Carlo Rosselli (1899-1937), e *Liberalsocialismo*, dos professores Aldo Capitini (1889-1968) e Guido Calogero (1904-1986), grupos que

⁵¹ Cf. MOMIGLIANO. *Op. cit.*, p. 295.

⁵² Cf. BOBBIO. *Op. cit.*, p. 225.

⁵³ *Idem*, p. 236-7. MOMIGLIANO. *Op. cit.*, p. 296.

convergir para o *Partito d'Azione* (1942-1947), um dos braços políticos da Resistência, que possuiu entre os seus fundadores Norberto Bobbio.⁵⁴

Com a queda do fascismo, em julho de 1943, Croce participou do Comitê de Libertação Nacional, da formação dos primeiros governos de unidade nacional, como ministro sem pasta, e da refundação do Partido Liberal, agremiação que presidiu até 1947, exercendo os mandatos de deputado e senador. Posteriormente, retirou-se da vida pública ao completar oitenta e dois anos. Todavia, manteve a rotina de erudito, publicando algumas obras que discutiam as relações entre os conhecimentos histórico e filosófico, dentre as quais *Filosofia e storiografia* (1949) e *Storiografia e idealità morale* (1950). Dedicou-se ainda, a partir de 1945, à reestruturação da sua revista, agora denominada *Quaderni della Critica*. E, finalmente, em 1946, suas reflexões de caráter historiográfico passaram a contar com o suporte do *Istituto di studi storici*, localizado na sua bem-amada Nápoles.

Entretanto, com o final da Segunda Guerra Mundial e o conseqüente retorno à liberdade de expressão e da livre circulação das idéias, os aspectos mais arcaicos do pensamento croceano passaram ao primeiro plano. No final dos anos quarenta, a publicação póstuma dos escritos gramscianos relativos a Croce – fundamentalmente *Il materialismo storico e la filosofia di Benedetto Croce* (1948) e *Gli intellettuali e la organizzazione della cultura* (1949) – e suas agudas observações sobre determinadas atitudes do filósofo napolitano, a exemplo do *papato laico* exercido sobre a cultura italiana, circularam amplamente. Ao mesmo tempo, se observou muito pouco que a indiferença manifestada por Gramsci no tocante às ciências naturais, à Antropologia e, inclusive, à Economia era resultado direto da influência croceana. Por outro lado, a preocupação dominante dos últimos anos de Croce foi combater o comunismo, resultando na formalização da antinomia entre o seu sistema filosófico e o de Marx.⁵⁵

Finalmente, a recusa sistemática de Croce em examinar com profundidade o fenômeno do fascismo contribuiu para reforçar as suspeitas sobre o conservadorismo do seu

⁵⁴ Para uma análise sobre a ascendência croceana nos movimentos antifascistas, ver TREVES, Renato. *Benedetto Croce: Filósofo de la Libertad*. Buenos Aires: Imán, 1944, p. 99-124. Sobre as concepções de Rosseli, ver, de sua autoria, *Socialismo Liberal*. São Paulo: C.H. Cardim, 1988, especialmente as páginas 125-182. Para um enfoque contemporâneo crítico sobre o ideário “Liberal-socialista”, ver ANDERSON, Perry. “As afinidades de Norberto Bobbio”. In: ANDERSON, P. *Zona de Compromisso*. São Paulo: Unesp, 1996, p. 9-66.

⁵⁵ Cf. MOMIGLIANO. *Op. cit.*, p. 297-8.

sistema filosófico e das posições políticas que dele derivavam. Buscando nitidamente minimizar o impacto do fascismo sobre a sociedade italiana, Croce o encarava como sintoma de uma “decadência moral” temporária do liberalismo no primeiro quarto deste século, vitimado pelos efeitos da Primeira Guerra Mundial. Portanto, o fascismo não passara de uma “doença moral” da qual a Itália poderia se recuperar em pouco tempo. Respondendo a um interlocutor sobre o significado do fascismo, em 1944, Croce lhe propôs uma enigmática questão: *O que é em nossa história um parêntese de vinte anos?*⁵⁶

Croce, após a Libertação, considerou inconcebível a idéia de escrever a história do fascismo italiano. Em fevereiro de 1946, respondendo a um convite para redigir essa história, observou: *Não a escrevi e não a escreverei, porque odeio de tal maneira o fascismo que me proíbo de pensar sequer a sua história.*⁵⁷ Entretanto, em março de 1950, voltando ao assunto, no corpo do artigo sugestivamente intitulado “L’obiezione contro la ‘Storia dei propri tempi’”, protestou contra os que apresentavam o fascismo somente como um de momento negatividade e pessimismo. Segundo Croce, contra essa imagem de um “quadro completamente negro” e de vergonha e erro, dever-se-ia buscar converter o momento supracitado à positividade da história, até mesmo fazendo justiça aos que aderiram ao fascismo movidos por sentimentos nobres e generosos.⁵⁸

Ao falecer, em 1952, aos oitenta e seis anos, Benedetto Croce deixou a impressão de não haver dito tudo que queria dizer. Para os estudiosos do porvir, restou o árduo empreendimento de decifrar a sua autobiografia dispersa nos mais de sessenta volumes publicados (sem contar os escritos menores), abarcando um feixe de gêneros tão diversos que vão da história propriamente à polêmica política, passando pelas searas da historiografia, da filosofia e da crítica literária.

⁵⁶ Apud PARIS. *Op. cit.*, p. 106. Sobre a interpretação croceana do fascismo como uma doença moral européia, ver FELICE, Renzo de. *Explicar o Fascismo*. Lisboa: Edições 70, 1978, p. 35-6 e 257-8.

⁵⁷ Apud FELICE. *Op. cit.*, p. 253.

⁵⁸ In: *Filosofia e idealità morale*. Bari: Laterza, 1950, p. 115.

CAPÍTULO II

VICO, HEGEL E MARX: OS FUNDAMENTOS TEÓRICOS DA HISTORIOGRAFIA CROCEANA

No presente capítulo, objetivamos identificar os elementos teóricos fundamentais que deram substância à teoria da historiografia de Benedetto Croce e, especificamente, possibilitaram sustentar a tese relativa à contemporaneidade do conhecimento histórico. Considerando a bibliografia pesquisada, pode-se inferir que o arcabouço histórico e filosófico croceano abarca, essencialmente, um espectro de concepções presentes em três distintas abordagens sobre o conhecimento histórico, a saber: a tradição historiográfica italiana (principalmente o historicismo de Giambattista Vico), a filosofia hegeliana da história e as reflexões especificamente históricas de Marx. Portanto, o que se pode denominar de teoria croceana da história resultou da sistematização dos seus estudos sobre os três pensadores supracitados, na qual o pensador napolitano decidiu *o que estava vivo e o que estava morto* em tais concepções.

A determinação do que “está vivo e o que está morto” nos sistemas filosóficos de pensadores que o precederam foi uma operação executada com particular insistência por Croce. Na condição de árbitro automeado do gosto pelo moderno humanismo europeu, ele se sentia compelido a demonstrar, com frequência incomum, sua capacidade analítica. Croce *sabia* (ou afirmava saber) “o que está vivo e o que está morto” nas atitudes filosóficas que diferiam das suas. Entretanto, negava implicitamente que existisse alguém capaz de adivinhar “o que estava vivo e o que estava morto” no seu próprio sistema. Assim, na essência, o sistema filosófico croceano expressava um *Organum* de crítica, por excelência, que se pronunciava não somente a respeito das demais filosofias, como criticava a si mesmo – precavendo-se contra o “falso otimismo” e o “falso pessimismo” que haviam derrubado os sistemas anteriores.¹

No interior da determinação anteriormente mencionada, Croce fixou precisamente uma hierarquia dos sistemas filosóficos do pensamento ocidental, na qual sua *Filosofia*

¹ Cf. WHITE, H. “O que está vivo e o que está morto na crítica de Croce a Vico”. *Op. cit.*, p. 241-2. Do mesmo autor, ver também “Croce: a defesa filosófica da história no modo irônico”. *Op. cit.*, p. 387.

dello spirito aparecia como a culminância daquele. Assim, reconhecer a influência preponderante de Vico, Hegel e Marx sobre a obra historiográfica croceana não significa menosprezar ou negar o papel análogo representado por outros sistemas de pensamento, a exemplo do neokantismo do final do século XIX, mas sublinhar a centralidade daquelas sistematizações na construção de uma teoria da história complexa e singular.

No que se refere ao neokantismo alemão, por exemplo, sabe-se que uma parcela expressiva da obra croceana do final do século passado e início do atual foi uma resposta à chamada *crise do historicismo*, aqui identificada com as discussões sobre a natureza do conhecimento histórico, às quais Dilthey, Windelband, Rickert e Simmel ofereceram importantes contribuições. A discussão sobre o estatuto epistemológico da história (ou seja, ao fato de esse conhecimento se assemelhar à arte ou à ciência), conforme exposto no ensaio *La storia ridotta sotto il concetto generale dell'arte*, é ilustrativa da influência dos pressupostos do neo-idealismo alemão sobre as reflexões teórico-metodológicas croceanas. A esse respeito, a própria insistência em provar a utilidade e a validade do conhecimento histórico em *Teoria e storia della storiografia* é significativa da ascendência dos pressupostos do neokantismo sobre o pensador italiano. Por vezes, ainda, Croce deu impressão de admitir que a validade dos juízos históricos era verificável subjetivamente, mediante a um apelo à experiência interna ou à *intuição (Erlebnis)* do historiador.² Essa característica o remete, outra vez, para o universo do idealismo alemão do final do século passado, ancorado na crença de que o entendimento da história se processava através da *empatia*.

Não obstante o registro de tais influxos, o aspecto que desejamos ressaltar na formação da teoria da história de Benedetto Croce é a sua *especificidade italiana*. A respeito do ponto em discussão, cabe-nos pontuar que o movimento historicista não foi, evidentemente, um bloco de idéias monolíticas. Não sem razão, distinguiu-se o historicismo alemão do italiano, representado por Croce.³ Assim, sob o enfoque desenvolvido nessa dissertação, Croce formou sua teoria da história, essencialmente, a partir das discussões

² Cf. GARDINER. *Op. cit.*, p. 326. Para uma crítica ao suposto “intuicionismo” croceano, ver SCHAFF. *Op. cit.*, p. 109-10.

³ Ver a respeito BARRACLOUGH, Geoffrey. “A história num mundo em movimento: do final do século XIX à Segunda Guerra Mundial”. In: BARRACLOUGH, G. *A História*. (v. 1). Lisboa: Bertrand, 1980, p. 30.

com os sistemas de Vico, Hegel e Marx – conforme buscaremos evidenciar nas páginas seguintes.

A preponderância dos três filósofos supracitados na construção da *Filosofia dello spirito* foi reconhecida, em diversas ocasiões, pelo próprio autor. Ademais, a maioria dos críticos e comentaristas da obra croceana por nós pesquisados referendaram esse juízo. Um desses autores estabeleceu até mesmo uma hierarquia das influências dos três filósofos sobre o pensamento croceano, que seguiria a seguinte ordem: Vico, Marx e Hegel.⁴ Sabe-se, ainda, que as pesquisas sistemáticas sobre esses filósofos resultaram em três obras que ocupam lugar preponderante na teoria da história de Benedetto Croce: *Materialismo storico ed economia marxistica*, *Ciò che è vivo e ciò che è morto della filosofia de Hegel* e *La filosofia de Giambattista Vico*. Nutrindo-se das porções vitais dos sistemas construídos por esses pensadores – ao mesmo tempo em que desprezava, ignorava e suprimia os seus elementos mortos – Croce pode sustentar a tese da historiografia como pensamento vivo e contemporâneo.

I. Croce e Vico

Algumas vezes, já se destacou que uma das linhas mestras da história italiana e a chave por excelência da unidade cultural peninsular é representada pelo conjunto da sua historiografia. O conhecimento que moderna e contemporaneamente denominamos *história* nasceu na Itália, ou ainda, mais especificamente, na região da Toscana, entre os séculos XII e XVI. Desde a sua origem, essa historiografia foi sempre mais do que um conjunto de meros relatos ou uma celebração ou, ainda, uma reunião de curiosidades disparatadas, como sucedia a suas congêneres européias. Já no seu ponto de partida, a historiografia italiana estava – e assim permaneceria – intimamente ligada à consciência civil, política e moral, expressando uma tensão, dialética para alguns e insuperável para outros, entre a sociedade e as instituições, o indivíduo e a coletividade. Assim, em cada época da história italiana – do apogeu de Florença, Gênova e Veneza, no final da Idade Média, ao declínio do século XVI, passando pelo *Risorgimento* e pela unificação –

⁴ HUGHES, “Neo-idealism in history”. *Op. cit.*, p. 206.

a historiografia foi levada a exprimir as necessidades e as esperanças das novas forças sociais, e, posteriormente, a traduzir, no plano das idéias, sua inevitável decepção.⁵

A essa solicitação permanente e continuamente renovada, a historiografia italiana deve também uma indiscutível (e profícua) originalidade de organização e funcionamento. Decorrem dessa característica as trocas permanentes com a literatura, a filosofia e a política. A historiografia italiana apresentou uma mistura variável de abertura para a Europa e para o mundo e de refúgio na península. Assim, por parte dos maiores historiadores, havia a recusa da especialização num período cronológico estritamente definido. Não havia um caminho de contorno pelo *passado* que não reconduzisse o historiador ao *presente* – sua verdadeira paixão – e sem que ele tivesse necessidade de se justificar. A erudição mais exigente preparou o historiador para um engajamento político ou religioso. A história ganhou, assim, uma rara liberdade de comportamento.⁶

Benedetto Croce foi um profundo conhecedor da historiografia do seu país. Aliás, antes de aventurar-se pelas searas do conhecimento histórico, da filosofia e da estética foi um estudioso dos episódios relacionados à história de Nápoles. Essa vinculação íntima com a escrita da história peninsular não cessou de crescer ao longo da extensa obra croceana, atingindo o ápice com a elaboração da *Storia della storiografia italiana del secolo decimonono* (1921). Nesse rico manancial da historiografia italiana, Croce bebeu, abundantemente, na fonte das reflexões historiográficas do napolitano Giambattista Vico (1688-1744). Uma das interpretações possíveis acerca da influência de Vico no conjunto da obra croceana é que, no bojo da *Scienza Nuova*, delineou-se a filosofia de um historicismo absoluto, representado, essencialmente, pelo princípio da conversão do fato em verdade (*verum ipsum factum*), antecipando a identidade hegeliana, devidamente retomada por Croce, entre o real e o racional. Portanto, cumpre-nos analisar, minimamente, os vínculos entre a obra de Vico e a teoria croceana da história, principalmente no que diz respeito à contemporaneidade do conhecimento histórico.

⁵ Cf. AYMARD, Maurice e VIVANTI, Corrado. "Itália (historiadores italianos)". In: BURGUIÈRE, André (org.). *Dicionário das Ciências Históricas*. Rio de Janeiro: Imago, 1993, p. 458. Ver também SAIITA, Armando. *Guia Crítica de la Historia e de la Historiografía*. México: Fondo de Cultura Económico, 1996, p. 200-17.

⁶ AYMARD e VIVANTI. *Op. cit.*, p. 458.

Nas páginas do *Contributo alla critica di me stesso*, Croce assinalou que leu, pela primeira vez, a *Scienza Nuova* em 1892, num período que antecedeu à recepção dos influxos teóricos diretos do hegelianismo e do marxismo.⁷ Por outro lado, muito embora *La Filosofia de Giambattista Vico* (1911) seja cronologicamente posterior à publicação dos ensaios sobre o marxismo e mesmo da monografia sobre Hegel, esse fato não indica, necessariamente, uma influência teórica menor do pensador napolitano do século XVIII nos fundamentos da teoria croceana da história, conforme esclareceu, em diversas oportunidades, o próprio autor. Ao contrário, Croce não escondia sua preferência pelo *philosophus italicus*, quando confrontado com os demais pensadores que o sucederam. Para Croce, Vico foi *nada mais, nada menos, do que o século XIX em embrião*.⁸

Ao lado de Fausto Nicolini (1879-1965), Croce participou diretamente da segunda redescoberta da obra de Vico, ocorrida nos primórdios deste século – a primeira, registrada no século XIX, fora patrocinada pelo historiador francês Jules Michelet (1798-1874). A influência dos pontos de vista de Croce sobre os estudos de Vico, no século XX, é tão significativa que, alguém afirmou, com uma certa dose de exagero, poder o viquianismo moderno ser descrito, em termos gerais, como croceano, posto concentrar-se nas qualidades estritamente epistemológicas do seu herói. Sob a perspectiva em foco, o viquianismo moderno não passaria de uma nota de rodapé do *verum et factum convertuntur*, o princípio cristão adotado por seu autor como ponto cardeal do conhecimento histórico e segundo o qual o homem conhece melhor o que ele mesmo fez (a história) e não o mundo da natureza – obra de Deus.⁹

Nas análises historiográficas que se sucederam desde o século XIX, configuram-se, pelo menos, duas abordagens sobre Vico: por um lado, o pensador napolitano é visto como teórico do processo histórico em si mesmo e, por outro, como *Pai da História*, aqui pensada sob a condição de conhecimento racional, de ciência histórica. Logicamente, a segunda perspectiva é muito mais popular entre os historiadores. No bojo do aludido segundo renascimento de Vico, capitaneado por Croce e Georges Sorel, a teoria do *corso e ricorso*,

⁷ *Contributo*, p. 380.

⁸ Apud BURKE, Peter. *Vico*. São Paulo: Unesp, 1997, p. 13.

⁹ Cf. MERQUIOR, José Guilherme. “Defensa de Vico en contra de algunos de sus admiradores”. In: TAGLIACOZZO. *Op. cit.*, p. 364

ou seja, dos *ciclos históricos*, foi menosprezada, enquanto as reflexões sobre o conhecimento histórico foram aclamadas. No que diz respeito a Croce, a supressão do princípio do *corso e ricorso* decorreu do fato de que ele o considerava um *imbroglio* conceptual, uma lei da história muito vulnerável. Assim, o interesse croceano fixou-se na idéia de conhecimento histórico existente em Vico.¹⁰

Como já aludimos anteriormente, no conjunto da obra croceana, seu autor aceitou determinados elementos das reflexões viquianas, ao mesmo tempo em que recusou outros não compatíveis com a sua teoria da história. Em primeiro lugar, Croce buscou inserir a obra de Vico no contexto mais amplo do pensamento moderno, iniciado pelo Renascimento. Em seguida, percebeu, na *Scienza Nuova*, uma resposta à “filosofia mecânica” cartesiana, estabelecendo uma analogia com a “rebelião antipositivista” desencadeada pelos historicistas alemães do final do século XIX (Dilthey, Windelband, etc). Finalmente, ignorou e isolou os pontos de vista de Vico com os quais não simpatizava e que forneciam combustível aos procedimentos historiográficos derivados do positivismo, especialmente a preocupação viquiana pela comparação, pela generalização e pelo sistema, além da afirmação da existência de leis que norteavam o desenvolvimento social.¹¹

Croce gostava de comparar os pontos de vista de Vico às reflexões filosóficas desenvolvidas por Hegel. Nas páginas de *Ciò che è vivo e ciò che è morto nella filosofia di Hegel*, por exemplo, estabeleceu instigantes paralelos entre o filósofo alemão e o pensador italiano. Para Croce, Vico fora um precursor da lógica hegeliana, não somente por pensar dialeticamente a vida e a história, bem como por ser avesso à lógica formal aristotélica e à matemática e à física cartesianas. Por outro lado, Vico fundara uma *lógica da imaginação* (poética) e *da história* (baseada no princípio da *fidedignidade*). Para complementar, o filósofo italiano concedeu importância à lógica indutiva da observação e da experiência, pressentindo uma lógica mais concreta.¹²

Croce lembrou ainda que tanto Vico quanto Hegel contribuíram para a dessacralização do conhecimento histórico com suas doutrinas não religiosas. No que diz

¹⁰ Idem, *ibidem*. Ver também JACOBITTI. In: TAGLIACCOZZO. *Op. cit.*, p. 344.

¹¹ Cf. BURKE. *Op. cit.*, p. 103-4.

¹² Ver a tradução, em língua portuguesa, *O que é vivo e o que é morto na Filosofia de Hegel*. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1933, p. 37.

respeito ao pensador italiano, o mesmo estabeleceu o princípio segundo o qual o *verdadeiro* se identifica com o *feito*, e somente pode conhecer verdadeiramente algo aquele que o fez. Assim, atribuiu ao homem plena consciência do mundo humano, posto ser obra sua, ao passo que devolveu a Deus o conhecimento do universo natural restante, criado por Ele e cuja ciência somente Lhe pertencia. Croce via, nesse ponto, uma limitação, um obstáculo, ao enunciado revolucionário que seria estender o princípio aplicado ao mundo humano a todo o real.¹³

Segundo Croce, do mesmo modo que Hegel opunha-se ao anti-historicismo dos enciclopedistas e do *Aufklärung*, Vico batalhou contra os princípios idênticos do cartesianismo e possuía, não menos do que Hegel, o conceito relacionado à *astúcia da razão*, a que denominava *Providência Divina*. Por último, vale assinalar que tanto o primeiro quanto o segundo pensador conceberam a filosofia como uma *história eterna ideal*, sobre a qual se processam, no tempo, as histórias particulares. Para Croce, diante de tantas semelhanças, era de admirar que Hegel (ao menos no período em que compunha a sua *Fenomenologia do Espírito*) não houvesse conhecido a *Scienza Nuova*, escrita quase cem anos antes.¹⁴

Não obstante as coincidências anteriormente sublinhadas, Vico levava uma enorme vantagem sobre Hegel, em se considerando os critérios adotados por Croce para determinar o que estava vivo e o que estava morto na obra desses pensadores: ao contrário do filósofo de Stuttgart, Vico não fora corrompido pela filosofia da história. Sem dúvida alguma, Croce enxergava, tanto em um quanto em outro, os verdadeiros precursores do historicismo – inclusive do seu *storicismo assoluto*. No *Contributo alla critica di me stesso*, por exemplo, reconheceu, nos dois pensadores, os “grandes antepassados” da *Filosofia dello spirito*.¹⁵ Por outro lado, recusava explicitamente a idéia de que o autor da *Scienza Nuova* fosse um filósofo da história, nos moldes sobre os quais esse gênero se desenvolveu nos séculos XVIII e XIX. E, finalmente, nas páginas de *La storia come pensiero e come azione*, assinalou que no pensamento histórico viquiano permaneceu estranha a atitude de filosofar

¹³ *Idem*, 62-3.

¹⁴ *Idem*, p. 63-4, 66 e 74-5.

¹⁵ *Contributo*, p. 402-3.

e mitificar o curso cronológico da história, procurando, ao contrário, as “modificações na mente” que governam perpetuamente a história. Assim, tratava-se de um grave erro colocar a obra de Vico à frente da linha da filosofia da história germânica, já que esta se constituiu, substancialmente, uma formação mitológica.¹⁶

Portanto, segundo a perspectiva croceana, Vico não fora um filósofo da história ao feitio hegeliano. Ao ressaltar as semelhanças entre Vico e Hegel, Croce, na verdade, implementava uma interessante estratégia de *viquianização* do pensamento hegeliano – conforme discutiremos na seqüência desse texto. Ademais, um outro elemento do pensamento de Vico serviu como uma arma poderosa na guerrilha croceana contra as pretensões dos positivistas de reduzirem a historiografia aos métodos das ciências naturais. Embora seguisse de perto e com especial atenção a “rebelião antipositivista” dos pensadores alemães do final do século passado, Croce sabia (conforme declarou a Windelband) que Vico havia precedido os alemães na batalha contra o pensamento abstrato, anti-histórico e naturalista derivado do Iluminismo. Assim, impressionado com as analogias entre a resistência de Vico ao cartesianismo e a revolta dos historicistas europeus contra o positivismo, Croce procedeu a retomada do princípio viquiano relacionado ao *verum ipsum factum*.¹⁷

O interesse de Vico pela história ligava-se a uma determinada teoria do conhecimento. Segundo acreditava, para se conhecer realmente a natureza de qualquer coisa era necessário tê-la feito. Ao contrário do mundo dos objetos e dos acontecimentos naturais, criados por Deus, o *mundo das nações* – ou história humana – foi construído pelos homens. A história se constituía em algo que os homens podiam conhecer. Dentro dessa linha de raciocínio, Vico teria estabelecido uma linha divisória entre a história e as ciências da natureza, além de buscar uma caracterização dos aspectos distintivos da indagação historiográfica frente aos demais ramos do conhecimento. Assim, as reflexões de Vico sobre a natureza da historiografia apresentaram conseqüências capitais para o conhecimento histórico. A história, posto ser feita pelos homens, pode ser compreendida. Entretanto, somente através do esforço imaginativo e do discernimento crítico seria possível tornar

¹⁶ *La storia come pensiero e come azione*, p. 139.

¹⁷ Ver BURKE., *Op. cit.*, p. 103-4.

transparentes as provas e as fontes históricas, recuperando-se as formas de pensar e de sentir que elas encerram.¹⁸

Em suma, conforme asseverou o próprio Vico, um princípio indubitável da *Nova Ciência* dizia respeito ao fato de que o mundo das nações fora certamente feito pelos homens e, por esse motivo, as razões para a sua existência deviam ser encontradas no interior da própria mente humana. Assim, a história não poderia ser mais certa do que quando o homem, construtor de todos os objetos desse mundo, também os descreve. Dessa forma, estava justificado o princípio do *verum ipsum factum*, prenhe de conseqüências para a escrita da história dos séculos XIX e XX.¹⁹

No que se refere à tese da contemporaneidade da história, essa, sem dúvida, alimentou-se do princípio do *verum ipsum factum*. No corpo de *La storia come pensiero e come azione*, sob o pretexto de discutir a certeza e a verdade histórica contidas nos documentos e testemunhos, Croce sublinhou a necessidade de ultrapassar o nível do “possível” no tocante aos registros históricos através de um viés claramente viquiano. Mais ainda, compreendendo a noção de documento a partir de uma visão ampla, destacou que os registros históricos, recolhidos de vez em quando a nosso espírito, adicionados às capacidades adquiridas e aos nossos pensamentos e sentimentos, tornam possível o conhecimento do acontecido através de uma espécie de *anamnesis* platônica, ou antes, *em virtude do princípio formulado por Vico da conversão do verdadeiro no feito, pela qual o homem, que criou a história, a conhece perpetuamente, recriando-a no pensamento*. Para Croce toda a historiografia não se baseava em nada mais do que nesses “documentos vivos”.²⁰

Assim, as concepções historiográficas viquianas forneceram um poderoso argumento para Croce sustentar a autonomia do conhecimento histórico frente às investidas dos positivistas, que desejavam reduzir a historiografia aos critérios metodológicos derivados das ciências naturais. Na mesma perspectiva, não se trata de um hipótese descabida admitir a possibilidade de Croce ter vislumbrado no *verum ipsum factum* um

¹⁸ Cf. GARDINER. *Op. cit.*, p. 12-3.

¹⁹ Ver a respeito VICO, Giambattista. “A Ciência Nova”. In: GARDINER. *Op. cit.*, p. 26. Consultar também os excertos de *Princípios de (uma) Ciência Nova*. São Paulo: Abril Cultural, 1974, p. 184.

²⁰ *Idem*, p. 109 e 326.

princípio interpretativo, por excelência, do conhecimento histórico. Conforme esse cânone, a história é perpetuamente escrita no pensamento dos homens, consubstanciando, dessa maneira, a tese segundo a qual toda a verdadeira historiografia é história viva e contemporânea.

II. Croce e Hegel

Benedetto Croce foi o mais representativo teórico do neo-hegelianismo do século XX. Essa afirmativa transformou-se em um lugar comum entre os intérpretes e os críticos da obra croceana. Houve até quem afirmasse que o croceanismo era o hegelianismo do século XX e que, para os italianos, serem herdeiros da filosofia clássica alemã significava serem legatários do sistema filosófico de Croce.²¹ Afinal, a obra do pensador napolitano apresenta notáveis paralelos com a do filósofo alemão. Da mesma forma que Hegel, Croce elaborou uma visão de mundo claramente idealista, centrada na idéia de que o próprio Espírito é história. Ambos os pensadores possuíram um saber enciclopédico e produziram tratados sobre áreas tão distintas quanto a estética, a lógica e a historiografia. E as semelhanças entre os dois filósofos não se esgotam aqui – conforme buscaremos evidenciar nas páginas seguintes.

No entanto, Croce jamais admitiu claramente ter sido um adepto incondicional das teses do filósofo de Stuttgart. Em se concedendo crédito às observações tecidas no decorrer de trabalhos como *Ciò che è vivo e ciò che è morto della filosofia di Hegel* e *Contributo alla critica di me stesso*, o pensador italiano jamais foi um “hegeliano”. Ou ainda, precisando melhor a sentença negativa, era tão hegeliano quanto platônico, aristotélico, cristão, viquiano, cartesiano, kantiano, etc.²² As razões da resistência croceana em assumir plenamente a herança hegeliana necessitam ser melhor avaliadas e discutidas mais pacientemente. Uma das pistas possíveis estaria no caráter singular experimentado pelas concepções hegelianas na Itália durante o *Risorgimento*.

²¹ GRAMSCI. *Concepção Dialética da História*, p. 229.

²² *Contributo*, p. 402. *O que é vivo...*, p. 188.

Nas páginas do *Contributo*, ao examinar as influências teóricas que nortearam decisivamente a sua trajetória intelectual, Croce destacou que o hegelianismo, verdadeira tradição doméstica legada por seu tio Bertrando Spaventa, não passou de *mera conjectura ou falsa imaginação*. Mesmo quando estudou em Roma, podendo ter nas mãos os livros de autoria de Spaventa que interpretavam o pensamento de Hegel, a impressão não foi nada positiva. A leitura dessas obras, longe de iniciá-lo nos mistérios do hegelianismo, contribuíram para afastá-lo daquele sistema filosófico. Segundo Croce, duas razões colaboram decisivamente para essa tomada de posição: por um lado, seu mestre Labriola era, ao mesmo tempo, discípulo de Herbart, adversário de Hegel, e crítico das concepções de Spaventa; por outro, não encontrava satisfação nenhuma nas obras do tio que, ademais, eram rechaçadas por sua forma abstrata, árida e obscura. Para concluir, o jovem Croce, despreparado filosoficamente, tinha o seu pudor de intelectual turvado pela filosofia hegeliana da história.²³

Segundo Croce, o germe do hegelianismo chegou ao seu pensamento muito mais tarde, através do marxismo e do materialismo histórico. Assim, auxiliado por Labriola, percebeu quanto da realidade histórica se mesclava com os inúmeros conceitos arbitrários e artificiais da filosofia hegeliana. Todavia, ressaltou o pensador napolitano, mesmo o Hegel que se apresentava através da interpretação e da adaptação de Marx e Engels recebeu uma acolhida cautelosa e crítica, já que, à essa época, buscava purificar o materialismo histórico dos resíduos do apriorismo abstrato, provenientes tanto da filosofia da história quanto do evolucionismo.²⁴

A aproximação mais direta de Croce com o hegelianismo resultou da sua colaboração e amizade com Giovanni Gentile. Entretanto, este era adepto da tese hegeliana relacionada à unidade entre a filosofia e a história da filosofia, concepção que aquele rejeitava. Mesmo sem conseguir persuadir totalmente o amigo napolitano, Gentile o convenceu da justeza de alguns dos seus argumentos. Croce, por seu turno, aceitou as premissas hegelianas do companheiro ao seu modo e em conformidade com um conceito pessoal de Espírito, do qual a filosofia é um momento. Assim, em 1909, no corpo da segunda edição da *Logica*, apareceu, pela primeira vez, a fórmula relacionada à identidade

²³ *Contributo*, p. 396-8.

²⁴ *Idem*, p. 398-9.

entre a filosofia e a historiografia, reconhecidamente uma tese de importância capital para a teoria croceana da história.²⁵

Ainda no corpo no *Contributo*, retomando a crítica tecida em *Ciò che è vivo e ciò che è morto della filosofia de Hegel*, assinalou que os aspectos delineados em sua *Filosofia dello spirito* não representavam o prosseguimento, mas a total reversão do hegelianismo. Assim, o sistema filosófico croceano negava todos os aspectos de transcendência e panlogismo presentes na filosofia da história de Hegel: a distinção entre Fenomenologia e Lógica; as construções dialéticas das filosofias da natureza e da história; a tríade de Logos, Natureza e Espírito. Em contrapartida, o pensador napolitano concebia o Espírito como única realidade, na qual a Natureza não passava de um aspecto da própria dialética espiritual.²⁶

Cerca de vinte e dois anos depois, em *La storia come pensiero e come azione*, Croce fixou, com precisão, a diferença da identidade hegeliana entre filosofia e história e a fórmula semelhante por ele empregada. Hegel pretendia resolver a história na filosofia, concedendo-lhe caráter de um sistema que se desenvolve e se cumpre no tempo. Sob a perspectiva croceana, ao contrário, a filosofia era incorporada pela história enquanto momento abstrato do pensamento histórico e seus sistemas como princípios historicamente transitórios e, da mesma forma que todo ato histórico, de eterno valor.²⁷

As especificidades do “hegelianismo croceano”, anteriormente expostas, justificam, em parte, as negativas do seu autor em admitir que, em alguma oportunidade, mesmo quando estudou detidamente as obras do mestre alemão, tenha sido seu seguidor. Entretanto, existe outro elemento relevante que deve ser levado em consideração no tocante à recepção da filosofia de Hegel na teoria da história de Croce: a mediação representada pelo historicismo de Vico.

No primeiro capítulo desta dissertação, aludimos rapidamente acerca das especificidades da filosofia de Hegel na Itália da primeira metade do século XIX. Posteriormente, na primeira seção do presente capítulo, destacamos que Croce buscou aproximar e comparar o pensamento de Vico ao de Hegel. Na mesma linha de raciocínio,

²⁵ Idem, p. 399 e 405.

²⁶ Idem, p. 402-3.

²⁷ *La storia come pensiero e come azione*, p. 266-7.

já se escreveu que a recepção do hegelianismo, na Itália do século XIX, foi mediada por um poderoso *filtro cultural* representado pelo historicismo de Vico. De acordo com essa interpretação, Hegel não sobreviveu intacto às especificidades italianas, sendo prontamente “viquianizado”. Muito precocemente, mesmo os mais entusiasmados neo-hegelianos perceberam que, não obstante toda a sua contribuição para a luta pelo *Risorgimento*, a filosofia de Hegel continha em si um cavalo de Tróia: a história, segundo os hegelianos, não era obra do homem, mas de Deus. Tal concepção contrastava fortemente com a mensagem de Vico, segundo a qual o *mundo das nações* certamente foi construído pela mão humana. A visão transcendental de Hegel foi posta de lado, por estudiosos como Francesco De Sanctis, e prontamente substituída pela perspectiva eminentemente imanentista de Vico. Assim, a crítica à visão teologizante e transcendente da história já estava presente na tradição filosófica neo-hegeliana da Itália muito antes de Croce decidir analisar o que estava vivo e o que havia perecido no sistema de Hegel. Esse imanentismo e seu conseqüente repúdio a toda transcendência constitui a essência da filosofia italiana e a herança direta do viquianismo.²⁸

Para uma visão mais sistemática acerca das considerações tecidas por Croce sobre a filosofia da história de Hegel e das contribuições do hegelianismo para a sua teoria historiográfica, faz-se necessária uma rápida incursão no ensaio *Cio che è vivo e cio che è morto della filosofia di Hegel*. No trabalho em questão, Croce não pretendeu realizar uma exposição completa do sistema hegeliano ou mesmo da sua doutrina lógica, mas centrar o foco sobre o que considerava a parte mais característica da obra do filósofo alemão, bem como sobre os novos aspectos de verdade por ele revelados, da mesma forma que apontar os erros nos quais se enredou. Nos limites eminentemente historiográficos da presente dissertação, buscaremos destacar os principais elementos referentes à filosofia da história de Hegel que receberam a crítica croceana.

Na perspectiva de valorizar a porção viva do pensamento hegeliano, Croce assinalou que o princípio dialético relacionado à identidade entre o real e o racional, ou seja, a simbiose entre o fato e a idéia, presente na filosofia da história do mestre alemão, resultou numa exaltação à história. Assim, a história, a vida do gênero humano, os fatos que se processaram no tempo, deixaram de ser concebidos como algo isolado ou ainda

²⁸ Cf. JACOBITTI *Op. cit.*, p. 342.

indiferente em relação à essência das coisas, à idéia, ou, pior ainda, como uma diminuição ou deturpação da idéia.²⁹

Para Croce, nos diversos sistemas filosóficos desenvolvidos tanto pelos contemporâneos de Hegel, quanto por aqueles que o precederam e antecederam, não se admitia o valor da história. Assim, nas concepções de Herbart, não havia lugar para a história, já que carecia da idéia de desenvolvimento, nem mesmo em Schopenhauer, ou ainda em Comte e Spencer. Sob perspectiva hegeliana, ao contrário, o finito e o infinito se configuravam numa única realidade; o bem e o mal formavam um único processo; a história era a própria realidade da idéia; e o Espírito não era nada fora do desenvolvimento histórico. Assim, todo fato, precisamente por ter esse caráter, é um dado da idéia, pertencendo ao organismo concreto desta última. Portanto, em Hegel, *toda a história se torna história sagrada*, imanente e negadora da transcendência.³⁰

Entretanto, ponderou Croce, o pensamento hegeliano, aplicado tanto à história quanto à historiografia, apresentava determinados erros filosóficos cruciais. Hegel, sempre conforme o severo julgamento croceano, realmente não compreendera a *autonomia da historiografia*, posto ter-se emaranhado no *panlogismo*, ou seja, o princípio que postulava a redução de todos os demais processos do espírito à forma lógica (filosófica), devendo todos aqueles outros elementos perecerem. O resultado conseqüente da aplicação do sistema hegeliano à historiografia foi dar vida à filosofia da história.³¹

A elaboração da filosofia hegeliana da história, entendida por Croce não como uma filosofia abstrata, mas enquanto uma “historiografia de segundo grau”, resultou, nem mais nem menos, na anulação da história. Para Hegel, a consideração filosófica acerca da narração histórica (ou ainda, a *história filosófica*) era a verdadeira história, em relação à qual o gênero cultivado pelos historiadores aparecia como um equívoco, posto ser construída mediante um método que não conduzia à completa verdade. O aparecimento desta filosofia da história implicava a dissolução da historiografia, a negação da história elaborada pelos historiadores.³²

²⁹ *O que é vivo...*, p. 58-9.

³⁰ *Idem*, p. 58-60.

³¹ *Idem*, p. 167.

³² *Idem*, p. 119-20.

Segundo Croce, envolvido numa postura panlogista, Hegel terminou por antipatizar e desprezar os historiadores profissionais. Ademais, para o filósofo alemão, somente os fatos que representavam o movimento do espírito, a história do Estado, apresentavam valor. Os fatos particulares restantes não passavam – como destacou Hegel na *Enciclopédia* – de uma massa supérflua e o trabalho de recolhê-los fielmente seria embaraçar e obscurecer os objetos dignos da história, pois a característica essencial do espírito e de cada época estava contida nos grandes eventos.³³

Croce sublinhou, ainda, que Hegel remeteu para o romance, ou seja, para uma manifestação artística, os fatos que julgava serem não históricos, pois a arte – sob a perspectiva hegeliana – era para uma forma provisória a que a filosofia dissipava e substituíra. Portanto, Hegel era tão incapaz de compreender a autonomia da arte quanto a da história. Por mais estranho que possa parecer, a mesma filosofia responsável pela reivindicação do valor da história, das *res gestae*, ficava impossibilitada de reconhecer a importância das *historia rerum gestarum* e, conseqüentemente, das próprias *res gestae*. Assim – fulminou Croce – *esfaimada de história e nutrida por esse gênero, a filosofia de Hegel realizava, pois, sem perceber, a propaganda do jejum*. A referida contradição não tardou em vir à luz, pois da escola hegeliana tanto saíram os grandes historiadores quanto os mais petulantes e cômicos detratores da historiografia e dos eventos históricos de que se tem notícia.³⁴

Não obstante apontar a série de equívocos que julgava estarem presentes no âmago do hegelianismo, Croce não se furtava a prestar as devidas homenagens às contribuições legadas pelo filósofo alemão ao conhecimento histórico. Nas páginas de *Il carattere della filosofia moderna*, por exemplo, pontuou que, graças ao pensador germânico, se havia adquirido a consciência de que o homem é a sua própria história, sendo esta a única realidade. Assim, a história se realizava como liberdade e se pensava enquanto necessidade, e não mais como a sucessão caprichosa de acontecimentos contrários à coerência racional, mas como a própria atuação da razão. Enfim, a história somente podia ser considerada

³³ Idem, p. 125-6.

³⁴ Idem, p. 128-9.

irracional quando se desprezava e desconhecia o próprio lugar da razão no curso do desenvolvimento histórico.³⁵

No que se refere à tese croceana da contemporaneidade de toda a historiografia, esse princípio encontra apoio explícito em determinada obra hegeliana, isto é, nas “Conferências sobre a Filosofia da História” (*Vorlesungen über die Philosophie der Geschichte*). Discorrendo acerca do curso da história universal, Hegel afirmou que, *quando lidamos com a idéia de espírito e consideramos tudo na história universal como a sua manifestação, ao percorrermos o passado – não importando a sua extensão – somente tratamos com o presente*. A filosofia, ocupando-se do verdadeiro, só tinha a ver com o eternamente presente. Para a filosofia – acreditava Hegel – tudo que pertencia ao passado era resgatado, posto ser a idéia sempre presente e o espírito, imortal. Para a idéia, não havia passado nem futuro, apenas um *agora* essencial.³⁶

Estaria nessa passagem uma das raízes para a concepção segundo a qual toda verdadeira história é história contemporânea? A bibliografia pesquisada não nos autoriza a responder, taxativamente, de modo afirmativo. Ademais, Croce jamais mencionou claramente a paternidade teórica do cânone de interpretação historiográfica aqui discutido. Entretanto, dada à inspiração hegeliana da *Filosofia dello spirito*, a hipótese pode ser colocada no campo das probabilidades verossímeis, ou seja, *se non è vero, è bene trovato*.

Portanto, a dura crítica de Croce à construção da filosofia hegeliana da história não o impossibilitou de reconhecer a validade de determinados elementos vivos no sistema do pensador alemão, conforme evidenciamos anteriormente. Assim, a herança hegeliana, adicionada, comparada e interpretada à luz dos ensinamentos de Vico, provavelmente proporcionou a Croce novos elementos que consubstanciaram a tese relativa à contemporaneidade da história.

³⁵ *El Carácter de la Filosofía Moderna*, p. 45.

³⁶ Cf. HEGEL, Georg W. F. *Filosofia da História*. Brasília: UnB, 1995, p. 72.

III. Croce e Marx

Para encerrar este capítulo, resta-nos discutir a incorporação crítica do pensamento de Marx no interior da teoria da história de Benedetto Croce. Inicialmente, cabe-nos registrar que, se em relação ao historicismo de Vico, Croce encontrava o melhor da tradição historiográfica italiana (contido no princípio do *verum ipsum factum*) e, em Hegel (além de uma parcela do patrimônio intelectual familiar) redescobriu importantes elementos relacionados à cultura filosófica do *Risorgimento*, no tocante ao terceiro pensador que influenciou marcadamente sua obra – Karl Marx – as afinidades teóricas não eram tão fáceis de ser determinadas. Como o próprio Croce reconheceu em diversos trabalhos (a exemplo do *Contributo alla critica de me stesso*), a aproximação com os escritos marxistas foi mediada por Labriola, seu antigo professor e amigo. Como já aludimos anteriormente, dois ensaios do *pai do marxismo italiano* impressionaram profundamente o jovem Croce, no crepúsculo do século XIX: *In memoria del Manifesto dei Comunisti* (1895) e *Del materialismo storico; dilucidazioni preliminari* (1896). Portanto, o debate de Croce com o marxismo adquiriu um complicador afetivo, já que se tratava, também, de um diálogo crítico com o mestre Labriola.

O estudo de marxismo tornou-se de importância permanente para o conjunto da obra croceana: seu autor compreendeu que os sistemas legais refletiam uma ordem econômica e social e que a história política aparecia como uma luta pelo poder. Sabemos, hoje, que foi Marx – e não Francesco De Sanctis – quem conduziu Croce à redescoberta de Hegel, de Maquiavel e, talvez, de Vico. Entretanto, Croce não tinha a intenção nem o desejo de subverter a ordem social a que devia sua riqueza e, por conseguinte, sua liberdade de estudar o que desejava. Na mesma perspectiva, não lhe interessava destruir a ordem moral que, instintivamente, reconhecia como sua, em que pese haver abandonado muito precocemente a crença religiosa na qual fora educado.³⁷

³⁷ MOMIGLIANO. *Op. cit.*, p. 289-90.

No já mencionado prefácio à terceira edição de *Materialismo storico ed economia marxistica*, escrito em 1917, Croce resumiu algumas das razões objetivas que o conduziram a interessar-se por tais concepções no crepúsculo do século XIX. Em primeiro lugar, ponderou, através desse sistema, experimentava indiretamente a fascinação da grande filosofia histórica do período romântico, possibilitando a descoberta de um hegelianismo muito mais vivo e concreto do que estava habituado a encontrar nos discípulos e expositores do mestre alemão, que o tratavam como uma espécie de teólogo ou metafísico platonizante. Ademais, o marxismo exerceu uma ampla e benéfica influência sobre a intelectualidade italiana entre 1890 e 1900. Graças a esse sistema, introduzido por Labriola na universidade, ao mesmo tempo que o socialismo, os estudos históricos foram retomados da incompetência dos filólogos puros e letrados, após um longo período de decadência, proporcionando excelentes frutos de história econômica, jurídica e social –ensejando o estímulo ao pensamento filosófico para a renovação das suas atividades.³⁸

Ao longo da sua existência, Croce não se furtou a prestar homenagens aos benefícios legados pelo marxismo à cultura italiana, principalmente no que diz respeito ao seu “realismo histórico”, em obras como *Storia d'Italia dal 1871 al 1915*. Entretanto, com o passar dos anos, adquiriu uma repulsa àquela doutrina e ao seu resultado político mais evidente, o comunismo. Assim, o ensaio *Come nacque e come morì il marxismo teorico in Italia (1895-1900)*, publicado em 1938, constituiu a sua nota necrológica ao materialismo histórico, visto enquanto exercício de cientificidade.

Um exame mais detalhado das principais teses sustentadas pelo jovem Croce acerca do marxismo pode ser vislumbrado no volume *Materialismo storico ed economia marxistica*. Nesta obra, dois ensaios são extremamente significativos sob a perspectiva de tanto de avaliar algumas das influência das concepções de Marx sobre a prática historiográfica croceana quanto de perceber a forma pela qual Croce filtrou criticamente os ensinamentos do filósofo alemão: “Sulla forma scientifica del materialismo storico” (1896) e “Per la interpretazione e la crítica di alcuni concetti del marxismo” (1897).³⁹

No primeiro texto, Croce buscou interpretar o marxismo à luz dos ensaios de Labriola anteriormente mencionados: *In memoria del Manifesto dei Comunisti e Del*

³⁸ Cf. *Materialismo Histórico e Economia Marxista*, p. 13-4. Doravante, será denominado MHEM.

³⁹ Consultar MHEM, p. 17-34 e 69-116.

materialismo storico, dilucidazioni preliminari. Entretanto, ainda nas primeiras páginas do ensaio croceano, as diferenças teóricas entre o discípulo e o mestre foram explicitadas. Assim, ao contrário de Labriola, que via no materialismo histórico “a última e derradeira filosofia da história”, Croce vislumbrava exatamente o inverso: *o chamado materialismo histórico não é uma filosofia da história*. Para corroborar o ponto de vista anteriormente enunciado, lembrou que a reação filosófica do espírito à sua época havia destruído as construções levantadas pela teologia e pela arbitrariedade metafísica, que enchiam de sombras o campo da historiografia. A velha filosofia da história fora golpeada mortalmente. Assim, a expressão “fazer filosofia da história” passou a significar elaborar história fantástica e artificiosa e, por vezes, também tendenciosa.⁴⁰

Sustentando um argumento que se tornaria clássico na sua crítica às filosofias da história, Croce lembrou que mesmo a literatura recente que aparecia enquadrada sob essa rubrica, da qual a obra de Labriola era um notável exemplo, não desejava ressuscitar o antigo gênero. As obras que, na época, se apresentavam sob o título de *Filosofia da História*, objetivavam tão-somente uma atitude que se reduzia a um *filosofar sobre a história*. Nesse ponto, a diferença entre um plano geral meramente especulativo e teleológico acerca do processo histórico (filosofia da história) e uma reflexão epistemológica sobre o campo historiográfico (teoria da história ou ainda da historiografia), distinção que marcou indelevelmente a obra de croceana, encontrava-se em germe.

Nunca será demasiado sublinhar que o aspecto central da crítica croceana à antiga filosofia da história era voltado contra a presunção desse gênero em proceder uma redução conceptual do curso da história. Assim, sendo possível tal redução dos diversos elementos da realidade que aparecem na história, tornava-se viável a construção de uma filosofia da moral ou do direito, da ciência ou da arte e, ao mesmo tempo, de uma filosofia das relações dessas disciplinas entre si. Porém, não se podia elaborar, conceptualmente, o complexo individualizado desses elementos, isto é, o fato concreto, que é o curso da história. No seu conjunto, o movimento histórico se reduziria a um só conceito – o do desenvolvimento – vazio de todo conteúdo próprio da história.⁴¹

⁴⁰ Idem, p. 18. Ver também CRISTOFOLINI. *Op. cit.*, p. 311-9.

⁴¹ MHEM, p. 18-9.

Para Croce, o materialismo histórico, na forma apresentada por Labriola, liberto das concepções metafísicas e abstratas, abandonou praticamente toda a pretensão de estabelecer “a lei da história”, de encontrar o conceito a que se poderiam reduzir os complexos fatos históricos. Assim, lhe parecia que o melhor elogio que se podia tributar à concepção materialista da história não seria denominá-la “a última e definitiva filosofia da história”, mas afirmar francamente: ela “não é uma filosofia da história”.⁴²

Um outro elemento substancial da crítica do jovem Croce ao materialismo histórico dizia respeito à afirmativa de Friedrich Engels, segundo a qual essa doutrina não era senão um *novo método*. Segundo Croce, também o termo *método* não lhe parecia de todo justo quando aplicado à concepção materialista da história. Lembrou que os filósofos idealistas, ao tentarem deduzir racionalmente os fatos históricos, criaram, realmente, um novo método. Entretanto, os historiadores da escola materialista, ao utilizarem os mesmos instrumentos intelectuais, prosseguiram na mesma trilha dos demais confrades, ou ainda, dos filólogos, somente oferecendo com o seu trabalho alguns *novos dados*, algumas *novas experiências*. Portanto, os historiadores marxistas diferiam dos demais no tocante ao conteúdo das suas pesquisas, mas não quanto ao método aplicado para o conhecimento da realidade.⁴³

Para Croce, o materialismo histórico não se tratava (nem poderia ser) de uma nova filosofia da história, nem tampouco um novo método, mas era (e deveria ser) precisamente *uma soma de novos dados, de novas experiências*, que penetravam na consciência do historiador. Em auxílio a essa proposição, lembrou que o próprio Labriola, analisando as novas experiências e conceitos proporcionados pelo materialismo histórico, demonstrou ter a historiografia, no curso do seu desenvolvimento, chegado à teoria dos fatores históricos, ou seja, à concepção segundo a qual o processo histórico é o efeito de uma série de forças denominadas condições físicas, formações sociais, instituições políticas, indivíduos dirigentes. Na mesma linha de raciocínio, lembrou que o materialismo histórico procedia mediante as indagações das relações existentes entre os fatores supracitados, considerando-os todos como parte de um único processo.⁴⁴

⁴² *Idem*, p. 20-4.

⁴³ *Idem*, p. 24.

⁴⁴ *Idem*, p. 25.

No que dizia respeito à historiografia, conforme a avaliação croceana, o materialismo histórico se resolvia, pois, numa advertência a ter presentes as observações formuladas por ele como um novo auxílio para a compreensão da história. A tarefa do historiador assemelhava-se, portanto, ao problema do homem de Estado, ou seja, *compreender, em suas causas e em sua atuação, as condições de um determinado povo em dado período*. Entre os dois ofícios, porém, havia uma diferença crucial: o historiador se detinha em expor as referidas condições históricas, enquanto o estadista deveria modificá-las. Segundo Croce, face a esse problema, a maioria dos historiadores italianos, na época, conduziam-se ao acaso, agindo como os velhos eruditos que faziam filologia e procuravam as etimologias. Diante desse panorama, cabia ao materialismo histórico proporcionar aos estudos historiográficos as contribuições que resultassem numa compreensão mais íntima e profunda da realidade. Assim, a coordenação e a subordinação dos fatores – que o materialismo histórico afirma em geral e de forma aproximada, para grande parte dos fatos – deveriam ser esclarecidas e determinadas para cada caso particular pelo historiador. Nessa operação, estariam tanto a obrigação do historiador, quanto as dificuldades da sua profissão, que poderiam ser insuperáveis em alguns casos.⁴⁵

Um dos pontos mais polêmicos do ensaio em discussão (e insuficientemente explorado pelo próprio autor) diz respeito à afirmativa segundo a qual não se deveria buscar no materialismo histórico exatamente uma *teoria*, compreendido esse conceito em sua acepção rigorosa. Croce explicou o ponto de vista em foco, ponderando que o materialismo histórico surgiu da premência de se dar conta de uma determinada configuração social e não do propósito de investigar os fatores da vida histórica, além de se constituir no cérebro de políticos e revolucionários, e não no de frios e pacientes sábios.⁴⁶

Uma tese de Croce o afastava, categoricamente, da perspectiva “marxista ortodoxa”, da maneira como a mesma se apresentava no final do século passado: a asseveração de que não havia nenhuma relação *intrínseca* e *necessária* entre o materialismo histórico – visto enquanto “uma soma de novos dados, de novas experiências, que penetram na consciência do historiador” – e o movimento político representado pelo socialismo. A opinião de

⁴⁵ *Idem*, p. 30.

⁴⁶ *Idem*, p. 27-8.

Labriola era diametralmente oposta, inclinando-se a vincular os dois termos: todo o socialismo estava contido na interpretação materialista da história, que era a própria verdade do socialismo; por outro lado, aquele que, por ventura, aceitasse um dos termos e repelisse o outro, nada compreendia eles.

Na contracorrente, Croce opinou que o materialismo histórico, despojado de toda sobrevivência de finalidade ou de esquemas providenciais (ou seja, livre das filosofias da história), não poderia servir de apoio ao socialismo nem a alguma outra direção prática da vida. Somente em suas determinações históricas particulares, na observação que, por seu intermédio, seria possível realizar, poderia se encontrar, eventualmente, um ponto de junção entre o materialismo histórico e o socialismo. Assim, uma tese sustentável apresentar-se-ia desta maneira: a sociedade atualmente está configurada de tal forma que a solução mais adequada que contém em si seria o socialismo. Por outro lado, tal observação não poderia se converter em ação e fato sem uma série de complementos, que constituem as motivações de interesse econômico, não menos importantes do que os aspectos éticos e sentimentais, os juízos morais e os estímulos da fé.⁴⁷

Nesse ponto, Croce fazia eco às teses *revisionistas* da virada do século passado, as quais, entre outras afirmativas, condicionavam a passagem da sociedade burguesa para o socialismo ao campo das possibilidades históricas – e não a vislumbravam como um destino inexorável a ser cumprido, literalmente, conforme Marx teria anunciado. Assim – como se lembrou aguda e acertadamente – cerca de trinta após a publicação do ensaio aqui discutido, o pensamento croceano, ainda que se apresentasse como *superação destrutiva da filosofia da praxis*, representava uma reação ao “economicismo” e ao mecanicismo fatalista, que grassavam o marxismo na época.⁴⁸

Para encerrar o ensaio, Croce voltou-se contra a aplicação do termo “materialismo” às concepções de Marx e Engels, já que aquela palavra não tinha razão de ser na presente situação e fora responsável por tantos equívocos, servindo de arma aos adversários. Para substituir a antiga denominação, propunha designar o conjunto daquelas idéias de *concepção realista da história*, assinalando as oposições a todas as teologias e metafísicas

⁴⁷ *Idem*, p. 31.

⁴⁸ Cf. GRAMSCI. *Concepção Dialética da História*, p. 230.

no campo da historiografia. Assim, essa concepção realista da história estaria capacitada para acolher em si tanto a contribuição, que elevou o socialismo à consciência histórica, quanto, no futuro, outros suportes teóricos advindos de qualquer outra parte.⁴⁹

Se, no ensaio anteriormente resenhado, Croce dialogava respeitosa e elegantemente com a tradição marxista, no texto seguinte, denominado *Per la interpretazione e la critica de alcuni concetti del marxismo*, delineou-se o rompimento definitivo com as concepções teóricas do antigo mestre. Nesse trabalho, o jovem filósofo não polemizou com o materialismo histórico somente através das interpretações de Labriola, mas diretamente, e apontou o que lhe parecia os principais equívocos e limitações presentes no âmago de *O Capital*. Para esse empreendimento de crítica ao marxismo, buscou as armas no campo do adversário, valendo-se de interpretações diametralmente opostas ao materialismo histórico – a exemplo dos escritos de Friedrich Lange, Werner Sombart, Giovanni Gentile e Charles Adler. Mais que nunca, o *revisionismo* estava na ordem do dia. Para Sombart, por exemplo, da mesma forma que para Croce, a lei do valor exposta por Marx não se tratava de um *fato empírico*, mas um *fato do pensamento*.⁵⁰

Logo nas primeiras páginas do texto em discussão, sob o pretexto de analisar o caráter científico de *O Capital*, Croce destacou que essa obra, vista em seu aspecto *formal*, era uma *pesquisa abstrata*, na exata medida em que a sociedade capitalista estudada por Marx não se tratava da formação historicamente existente tal ou qual na França, Inglaterra, Europa ocidental e América. A sociedade capitalista, analisada na obra de Marx, era uma sociedade ideal e esquemática, deduzida de algumas hipóteses que poderiam também não ter sido apresentadas jamais como fatos reais no curso da história. Em suma, em nenhuma parte do mundo, seriam encontradas as categorias analíticas marxistas como personagens vivas e corporificadas, posto serem meras abstrações.⁵¹

Para Croce, enquanto instrumento de *compreensão*, a pesquisa de Marx não abarcava todo o território dos fatos econômicos nem, muito menos, a região na qual possuiriam origem os mencionados fatos. A análise existente em *O Capital* se restringia a uma formação econômica particular, aquela registrada na sociedade capitalista, o que

⁴⁹ Idem, p. 34.

⁵⁰ Idem, p. 50.

⁵¹ Idem, p. 70.

excluía as demais formações historicamente existentes ou teoricamente possíveis. Assim, se *O Capital*, enquanto *forma*, não passava de uma descrição histórica, como *compreensão*, não era mais do que uma *monografia econômica das leis da sociedade capitalista*.⁵²

A formulação das primeiras duas teses acerca da cientificidade da obra de Marx resultou num terceiro princípio, não menos polêmico e que dizia respeito diretamente à possível utilidade dos princípios do materialismo histórico aplicados à historiografia. Retomando a linha de argumentação desenvolvida no primeiro ensaio, Croce afirmou que, se o materialismo histórico podia exprimir algo criticamente aceitável, tal aspecto não seria nem uma construção *a priori* de filosofia da história, nem um novo método do pensamento histórico, mas, simplesmente, um *cânone de interpretação historiográfica*. O referido cânone aconselhava aos historiadores a dirigir sua atenção ao chamado substrato econômico das sociedades, na perspectiva de uma melhor compreensão das suas configurações e vicissitudes. Para Croce, o conceito de “cânone” não deveria encontrar dificuldades, sobretudo quando não se perdia de vista que o mesmo não implicava *nenhuma antecipação* dos resultados da pesquisa histórica, mas apenas se tratava de uma contribuição à análise das sociedades humanas. Assim, Croce operou a redução do materialismo histórico à condição de simples e sugestivo cânone de interpretação historiográfica.⁵³

As teses croceanas, expostas no ensaio aqui resenhado, colocavam em xeque mesmo o princípio do materialismo histórico segundo o qual a *história de todas as sociedades humanas é a história das lutas de classes*. Segundo Croce, esse postulado somente possuía validade nas sociedades em que existissem classes, quando as mesmas apresentassem interesses antagônicos e, mais ainda, quando tais camadas sociais tivessem consciência do mencionado antagonismo. Na perspectiva de despir o marxismo de todo o seu caráter providencial, Croce assinalou que, mesmo a supressão das classes sociais na sociedade do futuro, pressagiada pelos socialistas, não era mais do que uma *possibilidade*, não sendo um dado intrinsecamente necessário ao desenvolvimento histórico, até porque, ainda no porvir e sem classes, a história continuaria a sua marcha. Portanto, mesmo o enunciado particular segundo o qual a *história é luta de classes* apresentava um valor

⁵² Idem, p. 70-1.

⁵³ Idem, p. 88-9.

circunscrito de cânone e de orientação a ser reconhecida, em geral, na concepção materialista da história.⁵⁴

Croce encerrou o ensaio, tecendo, mais uma vez, elogios e rendendo homenagens à concepção realista da história legada por Marx. O mestre alemão, como sociólogo, não havia deixado, por certo, definições tenuamente elaboradas de “sociabilidade”, a exemplo de Simmel, Stammler ou Dürkheim, mas ensinou – ainda que com suas proposições aproximadas no conteúdo e paradoxais na forma – a penetrar no que é a *realidade efetiva da sociedade*. Não por outro motivo, Croce admirava-se que não havia ocorrido a ninguém, até então, denominá-lo, honrosamente, *o Maquiavel do proletariado*.⁵⁵

Portanto, nos dois principais ensaios de *Materialismo storico ed economia marxistica*, Croce promoveu uma profunda cirurgia nos princípios basilares sobre os quais repousavam as interpretações autorizadas do materialismo histórico do final do século XIX. Ao reduzi-lo à condição de inofensivo cânone de interpretação historiográfica, rechaçando sua abordagem enquanto filosofia da história e, conseqüentemente, a dimensão teleológica nela contida, além de negar a validade do elo ideológico que unia necessariamente o socialismo às aspirações políticas do proletariado, Croce buscou destruir a tese de identidade entre teoria e *praxis*, objetivando privar, enfim, o materialismo histórico do aparelho conceitual que o transformara em uma distinta teoria da história.⁵⁶ Nesse ponto – e precisamente nesse ponto – o croceanismo pode justamente ser enfocado como *superação destrutiva da filosofia da praxis*.⁵⁷

Nos anos que se seguiram, os juízos emitidos por Croce sobre o materialismo histórico tornaram-se, progressivamente, mais ácidos. Assim, no ensaio *Come nacque e come morì il marxismo teorico in Italia*, o perecimento dos elementos teóricos da doutrina em discussão foi datado em 1900 – quando Croce afirmou não mais apresentar interesse pelo debate iniciado quatro anos atrás. Ao longo do século XX, com o estreitamento dos vínculos entre o materialismo histórico e o comunismo, o fosso existente entre o

⁵⁴ *Idem*, p. 93-4.

⁵⁵ *Idem*, p. 115.

⁵⁶ Cf. HADDOCK, Bruce A. “Vico y la crisis del marxismo”. In: TAGLIACOZZO. *Op. cit.*, p. 328.

⁵⁷ Ver a esse respeito GRAMSCI. *Concepção Dialética da História*, p. 230.

pensamento croceano e os princípios marxistas alargou-se. No entanto, em diversas ocasiões, Croce – maquiavelicamente – louvou os efeitos benéficos da *concepção realista da história* sobre a sua formação intelectual.

Assim, no que diz respeito à herança do materialismo histórico no pensamento croceano, pode-se assinalar que esse legado se configurou em duas noções fundamentais: a valorização do elemento econômico, enquanto cânone de interpretação historiográfica, e a asseveração do princípio do realismo histórico. Na mesma perspectiva, o princípio croceano da relativo à atividade historiográfica como elo de ligação entre o passado e o presente pode ser encontrado também nos escritos históricos de Marx, principalmente numa passagem muito conhecida do *Dezoito Brumário de Luis Bonaparte* (1851-1852).⁵⁸

Ao iniciar a obra, Marx parte de um mote hegeliano segundo o qual todos os fatos e personagens de grande importância na história ocorrem, por assim dizer, duas vezes – ao que acrescentou o revolucionário alemão, na primeira, como tragédia, na segunda, como farsa. Marx lembrou ainda que os homens fazem sua própria história, mas não como querem, sob as circunstâncias da sua escolha, e, sim, a partir daquelas com que se defrontam diretamente, legadas e transmitidas pelo passado. Numa referência que se remete à observação feita por Hegel sobre o *fardo da história*, assinalou que a tradição de todas as gerações mortas oprime, como um pesadelo, o cérebro dos vivos. Assim, precisamente nos períodos de crise revolucionária, quando os homens do presente parecem empenhados em transformar a si mesmos e as coisas, em criar algo até então inexistente, eles conjuram ansiosamente os espíritos do passado, tomando-lhes emprestado os nomes, os gritos de guerra e as roupagens, a fim de apresentarem a nova cena da história do mundo nesse disfarce tradicional e nessa linguagem emprestada. Dessa passagem em diante, Marx desenvolveu a brilhante e por demais conhecida análise sobre o processo que conduziu ao poder, na França, o sobrinho de Napoleão Bonaparte.⁵⁹

Portanto, pode-se inferir que, no corpo do *Dezoito Brumário*, encontra-se implícita uma relação de identidade e de solidariedade entre o passado e o presente – um elemento, aliás, fundamental e recorrente na teoria da história de Benedetto Croce. Não sabemos se existe, necessariamente, uma relação direta entre o ponto de vista marxista supracitado e a

⁵⁸ Consultar a tradução, em língua portuguesa, *O 18 Brumário de Luis Bonaparte*. São Paulo: escrita, 1968.

⁵⁹ *Idem*, p. 15.

tese croceana da contemporaneidade da historiografia. Também, sobre esse aspecto, a esfinge napolitana apenas sorriu, e silenciou... O dado concreto disponível é que *O Dezoito Brumário* figurou entre os escritos marxistas lidos pelo jovem Croce, no crepúsculo do século XIX.⁶⁰

No que diz respeito à interpretação propriamente “historiográfica” existente na obra marxiana, determinados aspectos expressam semelhanças com a o princípio croceano analisado nesta dissertação. No bojo de obras como *As Lutas de Classes na França*, *A Revolução Espanhola* e *O Dezoito Brumário*, a análise historiográfica parte, claramente, de problemas demandados pela contemporaneidade na qual estava imerso seu autor. Ou ainda, dito em outras palavras, nesses trabalhos, *Marx converteu o presente em história*. Como sugeriu um estudioso do século XX, esse procedimento pouco se refere à primazia do agora essencial sobre a história, conforme advogou Hegel. Por exemplo, o enfoque concedido ao tempo presente no *Dezoito Brumário* – determinado e, ao mesmo tempo, aberto – estaria bem mais próximo da tese anunciada, posteriormente, por Croce, segundo a qual a história *sempre é escrita do ponto de vista (subjetivo) do presente*.⁶¹ A esse respeito, deve-se acrescentar que não se deve meramente à sua *contemporaneidade* o atributo que confere ao presente o direito de controlar a história, mas ao caráter operatório dos conceitos utilizados pelo historiador para a reconstrução do passado – como as “lutas de classe” para compreender a ascensão de Luís Bonaparte, e o “modo de produção capitalista” para refazer a “gênese histórica” do capital.⁶²

Assim, teria o revolucionário alemão antecipado a tese croceana da contemporaneidade da história? Os dados empíricos disponíveis somente nos permitem colocar essa hipótese no terreno das possibilidades. Ademais, nunca se deve perder de vista as antinomias entre os sistemas filosóficos construídos por Croce e por Marx, além do enorme fosso ideológico que separa as concepções supracitadas. No que concerne especificamente à historiografia, o pensador italiano criticou abertamente as dimensões metafísicas e teleológicas presentes no marxismo e que – acreditava – o aproximavam das

⁶⁰ Ver MHEM, p. 41.

⁶¹ Cf. PARIS, Robert. “Marx, Karl. O historiador”. In: BURGUIÈRE. *Op. cit.*, p. 520.

⁶² *Idem*, p. 521.

filosofias da história de feição hegeliana. Definitivamente, para Croce, o conhecimento da história não oferecia – nem ao historiador, nem tampouco ao militante – um passaporte seguro para agir sobre o tempo presente. Esse elemento aparentemente paradoxal do pensamento croceano será discutido, oportunamente, ao longo desta dissertação.

Um balanço provisório e precário sobre as influências de Vico, Hegel e Marx na teoria croceana da história pode ser colocado nos termos expostos a seguir. Em primeiro lugar, a característica repelida por Croce nos sistemas dos três pensadores era a pretensão de construir uma filosofia da história – aqui entendida como uma especulação sobre o curso dos acontecimentos históricos e um gênero tecido a partir de princípios metafísicos e teleológicos. Assim, as filosofias da história, vistas sob a ótica croceana, apresentavam dois traços fundamentais: *a descrição de uma história universal e o apriorismo*. Assim, o pensamento hegeliano comportava, explicitamente, ambas as características. No que diz respeito a Marx, Croce, inicialmente, influenciado por Labriola, afirmou resolutamente não ser o materialismo histórico uma filosofia da história. Posteriormente, o segundo dado foi associado ao pensamento de Marx. O equivalente marxista para o *panlogismo* hegeliano foi a asseveração da atividade econômica como principal motor da história.⁶³ No que toca à posição de Vico, em que pesem as ambigüidades existentes nos diversos trabalhos croceanos, o pensador setecentista foi considerado imune às influências nocivas do gênero histórico aqui enfocado.⁶⁴

Como resposta às pretensões *apriorísticas e reducionistas* das filosofias da história, acima aludidas, Croce fundamentou, em contrapartida, uma teoria da historiografia – conforme discutiremos, de forma mais sistemática, no próximo capítulo. Parece-nos, em suma, que Croce formulou os princípios essenciais da sua teoria da historiografia mediante os pontos de vistas dispostos nas obras de Vico, Hegel e Marx. No que se refere ao *philosophus italicus*, Croce recolheu a tese do *verum ipsum factum* e sua pretensa abordagem historicista. Do legado hegeliano, permaneceram as idéias da história como um processo racional e como uma caminhada progressiva para a liberdade. Na mesma linha de

⁶³ A esse respeito, ver as considerações tecidas no ensaio “Contra as sobrevivências do materialismo histórico”. In: *Orientações...*, p. 34-6.

⁶⁴ Cf. CRISTOFOLINI. *Op. cit.*, p. 311.

abordagem, o pensamento croceano nutriu-se dos princípios do marxismo relacionados com a visão realista do processo histórico e a abordagem dos fundamentos econômicos da sociedade como um cânone de interpretação historiográfica. Os sistemas filosóficos dos pensadores em questão apresentam elementos que nos permitem deduzir a possibilidade de Benedetto Croce ter formulado a tese da contemporaneidade da história a partir de qualquer um dessas abordagens, ou – o que não se trata de uma hipótese desprezível – mediante a fusão de todas elas.

Portanto, no segundo capítulo da presente dissertação, sugerimos que Croce formou sua teoria da historiografia através dos elementos compatíveis com sua visão de mundo, presentes em Vico, Hegel e Marx. Examinando e referendando o que estava vivo e o que estava morto nessas concepções, pôde, também, encontrar elementos teóricos para sustentar a tese relativa à contemporaneidade da história. No capítulo seguinte, buscaremos discutir os principais argumentos mobilizados por Croce para sustentar que *toda verdadeira história é história contemporânea*.

CAPÍTULO III

OGNI VERA STORIA È STORIA CONTEMPORANEA

Neste capítulo, buscaremos realizar um estudo sistemático sobre as duas principais obras nas quais Benedetto Croce desenvolveu, mais detalhadamente, a tese relativa à contemporaneidade de todo o pensamento histórico, a saber: *Teoria e storia della storiografia* e *La storia come pensiero e come azione*. Nas duas primeiras subdivisões que formam este capítulo, colocaremos em relevo os principais argumentos utilizados por Croce em cada uma das obras supracitadas e que deram substância ao princípio relativo à contemporaneidade da autêntica operação historiográfica. Na terceira, buscaremos verificar a aplicabilidade prática do cânone historiográfico em discussão a um trabalho croceano especificamente histórico: *Storia d'Europa nel secolo XIX*.

A construção de uma teoria da historiografia na obra de Croce comportou determinadas etapas, as quais se refletiram em alguns trabalhos paradigmáticos. No ensaio *La storia ridotta sotto il concetto generale dell'arte*, na perspectiva de contribuir no debate alemão acerca do estatuto epistemológico da história, foi estabelecida a aproximação entre os conhecimentos artístico e histórico. Após subsumir a historiografia ao conceito de arte, Croce procedeu a identificação entre a filosofia e a história, ou seja, entre os juízos universal e particular, no bojo da *Logica*. Nesse trabalho, concluiu que a verdadeira metodologia da história era representada pelo conhecimento filosófico e a historiografia expressava a síntese entre os juízos particular e universal. O passo seguinte foi a afirmação da tese segundo a qual verdadeira história é história contemporânea. Esse princípio havia aparecido – de modo implícito e enviesado – no corpo da *Logica*.¹ Assim, em *Teoria e storia della storiografia*, sistematizaram-se uma série de preocupações croceanas acerca da natureza do conhecimento histórico. No volume em questão, Croce afirmou resolutamente a tese da contemporaneidade da história como elemento fundamental no trabalho historiográfico, que sempre partia de uma preocupação atual e se vinculava com a vida presente. Finalmente, em *La storia come pensiero e come azione*, o caráter contemporâneo

¹ Ver *Lógica como Ciência del Concepto Puro*, p. 335.

de toda a verdadeira história foi reafirmado e acrescida de novos dados, conforme discutiremos em seguida.

I.

O volume intitulado *Teoria e storia della storiografia* resultou da compilação de uma série de ensaios publicados em diversas revistas e de conferências proferidas entre 1912-1913. Paradoxalmente, a primeira edição da obra foi publicada em alemão, sob o título *Zur Theorie und Geschichte der Historiographie* (Tunbingen: Mohr, 1915). O editor germânico havia solicitado um livro sobre “filosofia da história”. Entretanto, recebeu, em contrapartida, um trabalho que proclamou a “morte” daquele gênero histórico e a sua “dissolução” no âmago da historiografia.

O próprio lugar ocupado por *Teoria e storia della storiografia*, no conjunto da obra de Croce, não é ponto pacífico. Conforme a avaliação de críticos, intérpretes e biógrafos do autor em discussão, essa obra aparece classificada como o quarto volume da *Filosofia dello spirito*. Entretanto, na Advertência à primeira edição italiana daquela obra, datada de 1917, o próprio pensador questionou esse enquadramento. Segundo Croce, não se devia considerar o tratado historiográfico aqui focado como um novo elemento sistemático da sua *Filosofia dello spirito*, mas um aprofundamento e uma ampliação da teoria da historiografia já delineada em alguns capítulos da segunda parte da *Logica*. Sobre esse último aspecto, em 1941, por ocasião da quarta edição italiana de *Teoria e storia della storiografia*, Croce remeteu seu público à leitura de duas obras que complementariam os raciocínios historiográficos anteriormente desenvolvidos, ou seja, *La storia come pensiero e come azione* e *Il carattere della filosofia moderna*.²

Portanto, uma análise sobre o lugar de *Teoria e storia della storiografia*, no conjunto da obra croceana, deve considerar dois aspectos complementares: o filosófico e o teórico-metodológico. Se, por um lado, a obra aqui enfocada é uma das partes do *corpus* de escritos que integram a *Filosofia dello spirito*, abarcando, portanto, preocupações mais gerais, por outro, trata-se de uma coletânea de ensaios em que seu autor se preocupou em

² *Teoria e storia della storiografia*, VII-VIII. Doravante, a obra aqui discutida será denominada TSS.

fundamentar um conjunto de procedimentos específicos sobre a operação historiográfica, conforme veremos na seqüência do trabalho.

A questão concernente à contemporaneidade do conhecimento histórico, em *Teoria e storia della storiografia*, apareceu como um dos argumentos que diziam respeito às distinções capitais entre dois gêneros históricos: a história e a crônica (*storia e cronaca*). Na perspectiva de desenvolver a tese supracitada, Croce partiu da afirmativa segundo a qual costumeiramente se denomina “história contemporânea” aquela referente a um passado muito recente: os últimos cinquenta anos, a década passada, o mês ou o dia anterior, ou mesmo a última hora ou minuto. Entretanto, ponderava, se o historiador considerasse a questão com estreito rigor, deveria aplicar o adjetivo *contemporâneo* somente à história nascida imediatamente, após o ato que se realizou, enquanto consciência desse mesmo ato. Exemplificando, seria a história que o autor vai compondo de si mesmo, escrevendo essas páginas que configuram o seu pensamento, necessariamente vinculado ao trabalho de composição. Nesse caso, o conceito *contemporâneo* estaria bem aplicado, posto que tal história, de maneira idêntica a todos os atos espirituais, estaria fora do tempo (do antes e do agora), formando-se simultaneamente ao ato a que está ligada. Em contrapartida, diz-se “história não contemporânea” ou “passada” aquela que se encontra na presença de uma história já formada e que nasce como crítica dessa, não importando se da antigüidade milenar ou se de apenas uma hora.³

Todavia, mesmo a história já formada, que se convencionou denominar “história não contemporânea”, se realmente é história e não um discurso vazio, também é *contemporânea*, em nada diferindo da outra. Segundo Croce, da mesma forma que no primeiro caso, a condição para a existência da suposta “história não contemporânea” está ligada à necessidade de que o fato acerca do qual se tece a história vibre na alma do historiador ou, ainda, que este tenha diante de si, inteligíveis, os documentos. Assim, se a *história contemporânea* surge diretamente da vida, o mesmo ocorre com a “história não contemporânea”, porque é evidente que somente um interesse pela vida do presente pode nos levar à investigação de um fato passado, que, por conseguinte, enquanto se unifica

³ TSS, p. 3.

com uma demanda do presente, não responde a um interesse do passado, mas do tempo presente.⁴

Desenvolvendo essa argumentação, Croce pretendia eliminar o aspecto paradoxal contido na proposição *ogni vera storia è storia contemporanea*. Segundo a abordagem croceana, a exatidão do princípio anteriormente enunciado obtinha fácil confirmação e rica exemplificação na realidade da obra historiográfica, desde que nunca incorramos no erro de considerar todas as obras dos historiadores em seu conjunto, ou de certos grupos desordenadamente, e de, referindo-as a um homem abstrato, ou a nós mesmos vistos abstratamente, perguntar qual o interesse presente que conduz à escrita e à leitura de tais histórias. O próprio autor admitia não possuir nenhum interesse presente (ao menos no momento em que compunha esse texto) por histórias relacionadas com as guerras peloponésicas ou mitridáticas e aos eventos relacionados com a arte mexicana ou com a filosofia árabe. Portanto, tais fatos não eram histórias, mas, quando muito, simples títulos de obras históricas. Sob esse enfoque, os acontecimentos acima referidos foram ou serão histórias para aqueles que as pensaram ou pensarão segundo as suas necessidades espirituais.⁵

Conforme a abordagem acima desenvolvida, a contemporaneidade do conhecimento histórico não seria característica de uma classe de histórias (como se considerava na classificação empírica), mas traço intrínseco de toda a historiografia. A partir desse prisma, Croce pontuou que se tornava necessário pensar a relação entre a história e a vida sob um vínculo de *unidade* – aqui aplicada no sentido croceano de *unità sintetica*, implicando tanto a sua unidade quanto a sua distinção.⁶

Prosseguindo essa linha de raciocínio, Croce destacou que, uma vez estabelecido o nexu indissolúvel entre a vida e o pensamento na história, desapareceriam totalmente todas as dúvidas levantadas quanto à *certeza* e à *validade* da história. Como poderia ser incerto

⁴ Em italiano, no original: *E se la storia contemporanea balza direttamente dalla vita, anche direttamente dalla vita sorge quella che si suol chiamare non contemporanea, perché è evidente che solo un interesse della vita presente ci può muovere a indagare un fatto passato; in quale, dunque, in quanto si unifica com un interesse della vita presente, non risponde a un interesse passato, ma presente.* (Idem, p. 4)

⁵ Idem, p. 4-5.

⁶ Idem, p. 5-6.

aquilo que é um produzir presente do nosso espírito ? Como poderia ser inútil um conhecimento que resolve um problema emergente do seio da vida?⁷

Muito embora acreditasse tanto na utilidade da história quanto na sua ligação com o presente, Croce sublinhou que o nexos responsável pela *unità sintetica* entre, por um lado, o documento e a narrativa e, por outro, a vida e a história poderia ser rompido. Tal fenômeno ocorreria nas histórias cujos testemunhos se perderam e, essencialmente, naquelas em que os documentos não mais vivam nos espíritos. Nesse caso, rompido o elo de ligação entre o conhecimento histórico e a vida, o que restava não era mais história (porque esta consistia precisamente naquele vínculo). Assim, somente se poderia chamar tal narração de “história” no sentido idêntico a que se denomina “homem” aos restos mortais dos humanos. Para Croce, todas as histórias separadas (*distaccate*) dos seus *documentos vivos* eram narrações vazias e, como tais, privadas de verdade. Consequentemente, a vida é um presente e aquela história, transformada em narração vazia, é um passado irrevogável, se não absolutamente por si mesmo, certamente no momento atual.⁸

Na verdade, ao discutir tais elementos relacionados à síntese histórica, Croce objetivava estabelecer uma nítida distinção entre a *historiografia* e a *crônica*. Sob o olhar croceano, a diferenciação entre os dois gêneros supracitados não residia na qualidade dos fatos que cada um tomou como objeto de estudo. A história, por exemplo, não tratava dos fatos gerais e dos acontecimentos públicos, enquanto à crônica caberiam os eventos individuais e privados. Segundo Croce, a crônica e a historiografia não se distinguem enquanto duas formas do gênero histórico, mutuamente complementares ou em que uma estaria subordinada à outra, mas como duas atitudes espirituais diversas. A historiografia é história viva, a crônica é a história morta; a história é história contemporânea, a crônica é história passada; a história é, sobretudo, um ato de pensamento, a crônica, um ato de vontade. Em suma, toda história tornar-se-ia crônica quando não mais fosse pensada, mas

⁷ Em italiano, no original: *D'altro canto, fermato l'indissolubile nesso di vita e pensiero nella storia, spariscono a un tratto e totalmente, e quasi non riesce più neppure a concepirli, i dubbî che si sono mossi intorno alla certezza e all'utilità della storia. Come mai potrebbe essere incerto ciò che è un presente produrre del nostro spirito? Come potrebbe essere inutile una conoscenza, che risolve un problema sorto dal seno della vita?* (Idem, p. 6)

⁸ Idem, p. 7-9.

somente recordada mediante palavras abstratas, anteriormente concretas e que a expressavam.⁹

De acordo com o ponto de vista croceano, o descobrimento da “verdadeira distinção” entre os gêneros anteriormente mencionados, acreditava, possibilitava rechaçar um velho preconceito arraigado no seio do conhecimento histórico relacionado à anterioridade da crônica sobre a história. Croce propunha o oposto: primeiro a história, em seguida a crônica; ou ainda, primeiro o ser vivo, depois o cadáver. Assim, de acordo com sua perspectiva idealista, fazer nascer a história da crônica seria o mesmo que fazer nascer o ser vivo do cadáver, que é o resíduo da vida, da mesma maneira que a crônica é o resíduo da história.¹⁰

Para Croce, a história, separada do *documento vivo* e transformada em crônica, não mais consistia num ato espiritual, mas noutra coisa, um complexo de sons e sinais. Entretanto, da mesma forma, o documento, separado da vida, seria idêntico à crônica, o mesmo complexo de sons e outros sinais. Croce fundamentou tais assertivas a partir de um outro ponto de vista que complementava a tese relacionada com a contemporaneidade da história: o princípio segundo o qual as coisas externas, fora do espírito, não existem – conforme discutiremos nos parágrafos que se seguem.

Sob o prisma da teoria historiográfica desenvolvida por Croce, as verdadeiras fontes da síntese histórica são o *documento* e a *crítica*, a *vida* e o *pensamento*. Os elementos em questão, isoladamente, por si mesmos, não davam forma à história, não conferiam substância à síntese histórica. Daí porque o pensador italiano acreditasse estarem as fontes da história no seu próprio âmago, e não no seu exterior. Ele combateu a idéia de uma história que possuísse suas fontes fora de si – à moda positivista. Contra essa concepção “empírica” do conhecimento histórico, o autor se valeu de um argumento pouco convencional para os fundamentos da historiografia à sua época: a tese que advogava primeiro ter surgido a história e, depois, as fontes históricas.¹¹

Em consonância com uma visão de mundo claramente idealista, Croce acreditava que o espírito humano era o verdadeiro responsável pela construção da história. Portanto,

⁹ Idem, p. 10-1.

¹⁰ Idem, p. 11.

¹¹ Idem, p. 14-5.

cabia ao espírito a preservação dos despojos mortais da história, a exemplo das narrações vazias, dos documentos mortos e das crônicas. Em síntese, o espírito encarregava-se de conservar intactos os vestígios da vida passada, restaurando-os à medida em que os mesmos si alteravam.

A obra de conservação dos despojos mortais da história pelo espírito humano expressava, na verdade, atos morais nos quais era afirmada, simbolicamente, a imortalidade das obras realizadas por indivíduos do passado, que vivem na memória atual e viverão nas recordações futuras. Portanto, essa atitude de transcrever histórias vazias e de recolher documentos mortos constituía um ato de vida, que servia à existência humana. Chegaria o momento, acreditava Croce, no qual aqueles despojos se apressarão em se reproduzir no nosso espírito e a tornar presente – e enriquecida – a história passada.¹²

Com efeito, segundo a perspectiva croceana, a história morta reviveria e a história passada se tornaria presente, à medida que assim demandasse o desenvolvimento da vida. Exemplificando, citava que os gregos e os romanos permaneceram em seus sepulcros até que a nova maturidade do espírito europeu, no Renascimento, possibilitou um novo despertar. No mesmo sentido, as formas primitivas da civilização, grosseiras e bárbaras (de acordo com a perspectiva de Vico), durante muito tempo permaneceram esquecidas, ou pouco estudadas, ou mal interpretadas, sendo revalorizadas por uma nova fase do espírito europeu, conhecida como Romantismo ou Restauração. Portanto, grande parte da história, que, nas diversas épocas, aparecia sob o aspecto de crônica, assim como os documentos supostamente mudos, mediante as necessidades da vida presente, voltariam a falar.¹³

Segundo Croce, seria impossível entender alguma coisa do processo efetivo do pensamento histórico a não ser que se parta do princípio de que o próprio espírito é história, em cada momento construtor da historiografia e, ao mesmo tempo, resultado de toda a história anterior, de modo que o espírito carrega consigo toda a sua história, a qual coincide com ele próprio. Portanto, o espírito reviveria a sua história, mesmo sem aqueles elementos externos chamados *narrações* ou *documentos*, que são instrumentos forjados

¹² *Idem*, p. 15.

¹³ *Idem*, *ibidem*.

por ele e atos preparatórios em cujo processo se resolvem. Para esse fim, o espírito assevera e preserva zelosamente as “memórias do passado”.¹⁴

No primeiro capítulo de *Teoria e storia della storiografia*, Benedetto Croce discutiu, basicamente, seis teses cruciais, que estão intimamente vinculadas com a problemática central evidenciada no presente trabalho. Em primeiro lugar, sustentou que *toda verdadeira história é história contemporânea*, posto ser a contemporaneidade não somente característica de uma classe de histórias, mas traço intrínseco de todo o autêntico conhecimento histórico. Em seguida, estabeleceu um vínculo de *unidade sintética* entre a historiografia e a vida, na perspectiva de conferir validade e utilidade à história. Em terceiro lugar, buscou diferenciar a história da crônica mediante as distintas atitudes espirituais desses gêneros: a história é história contemporânea, viva, e a crônica é história morta. Em consonância com o postulado, destacou que todas as histórias separadas dos seus *documentos vivos* e transformadas em narrações vazias eram privadas de verdade. Na quinta tese, assinalou serem as verdadeiras fontes da síntese histórica o documento e a crítica, a vida e o pensamento, daí porque acreditasse estarem os elementos da história mergulhados em seu próprio seio, e não localizados no seu exterior. E, finalmente, lembrou que o próprio espírito é história, sendo aquele, ao mesmo tempo, construtor e resultado desta.

Ao afirmar o princípio segundo o qual toda verdadeira história é história contemporânea com quem Benedetto Croce estava dialogando? Uma primeira aproximação sugere que essa linha de argumentação foi concebida na perspectiva de combater os seus adversários teóricos, representados por um arco-íris de matizes historiográficos que abarcavam tanto o que ele denominava “pseudo-histórias” (os gêneros “filológico”, “poético” e “retórico”), passando pela “história universal” (ao feito iluminista ou hegeliano), pela “filosofia da história”, além da “história determinista” (positivista e marxista). Contra essa plêiade de gêneros históricos, Croce erigia sua história contemporânea como o único empreendimento verdadeiramente historiográfico.

Contra a sua velha adversária, a filosofia da história, por exemplo, argumentou que esse gênero representava a concepção transcendente da história (teleológica e utópica), ao tempo em que preconizou a sua dissolução no âmbito da historiografia e decretou a sua

¹⁴ *Idem*, p. 16.

“morte”. Sustentando a identidade entre filosofia e história e o caráter simplesmente metodológico representado pela primeira face à segunda – conforme asseverou no corpo da *Logica* – Croce destacou que a filosofia da história não era senão um momento negativo e abstrato, que jazia em sua positividade, de maneira idêntica a todas as demais doutrinas transcendentais. Contudo, nada impossibilitava que se continuasse a falar de uma “filosofia da história” e de um “filosofar sobre a história”, expressando a exigência de melhor elaboração desse ou daquele problema histórico. Nem sequer estava vedado se denominar “filosofia da história” as investigações de “gnoseologia histórica”, se bem que, nesse caso, elaborava-se a filosofia não propriamente da história, mas da *historiografia*. Porém, mesmo abrindo espaço para essas concessões, Croce não ocultava um juízo taxativo: a filosofia da história já não mais era um nome passível de utilizações diversas, senão uma concepção muito determinada de gênero histórico – a sua forma transcendente.¹⁵

Ao longo da sua existência, Croce manteve as linhas gerais que nortearam os raciocínios acima expostos, ao mesmo tempo em que aprofundou, ou mesmo modificou, outros pontos de vista. No conjunto de ensaios e resenhas intitulado *Marginalia* (incorporado à *Teoria e storia della storiografia* a partir da sua terceira edição, datada de 1927), Croce, sempre na perspectiva de consubstanciar a tese relativa à natureza contemporânea do trabalho historiográfico, definiu claramente a sua concepção de história como *monográfica* e discutiu o conceito de tempo histórico na historiografia.

Em primeiro lugar, Croce entendia como *concepção monográfica da história* a investigação ou o problema que surgia de uma necessidade da vida presente e que, por si mesma, versava sobre algo particular, possuindo um objeto determinado e bem definido. Assim, a concepção monográfica opunha-se a toda a abordagem enciclopedista e universalista da história. Todavia, a concepção monográfica seria desvirtuada, caso fosse encarada sob o aspecto fragmentado e particularista, privada da luz do universal. Encarando tal concepção como sendo, ao mesmo tempo, particular e universal, Croce a contrapunha ao gênero denominado “história compiladora”, que não continha problema algum, tratando-se, em resumo, de um quadro panorâmico.¹⁶

¹⁵ A esse respeito, ver o Capítulo IV de *TSS*, intitulado “Genesi e dissoluzione ideale della ‘filosofia della storia’”, especialmente as páginas 68-9.

¹⁶ Ver “La peridizzazione”. *TSS*, p. 321-2.

No que tange ao segundo aspecto anteriormente evidenciado, destacou que para a historiografia não era indispensável o conceito de tempo, mas aquele relacionado às idéias de *desenvolvimento* e de *processo*. Na medida em que os processos eram infinitos, podendo cada um constituir-se somente pelo pensamento, a partir do interesse por esse ou aquele fazer, ou seja, das situações com as quais nos defrontamos, afirmava-se a tese da contemporaneidade de toda história e a impossibilidade de um gênero histórico universal ou enciclopédico, que abraçaria e esgotaria, a partir de um ponto de vista abstrato, a totalidade material da história.

Para Croce, ao se liquidar a idéia de uma história universal assim entendida, eliminava-se, da mesma forma, o conceito de tempo como quadro sucessório da história. Mais ainda, a construção de infinitos processos, segundo inúmeros pontos de vista aos quais nos conduzem o desenvolvimento da vida, significava, com efeito, que a história não possui início ou fim no tempo. Nessa definição de história como processo, encontrava-se a razão pela qual não seria possível fazer a história dos fatos em curso, de um processo não cumprido, que, desse modo, não podia ser julgado nem pensado. Assim, *os fatos em ocorrência podiam ser tratados não pela história, mas através da crônica*.¹⁷

Benedetto Croce concluiu *Teoria e storia della storiografia* destacando que a “nova filosofia” (ou seja, sua própria *Filosofia dello spirito*) delineada no volume aqui discutido – resultado tanto do seu próprio trabalho quanto dos estudos de teóricos alemães, a exemplo de Friedrich Meinecke – deu fundamento e justificação a uma “nova historiografia”, responsável pela resolução, no seu interior, as antinomias presentes no romantismo fantasioso e no positivismo materialista. Assim, a nova filosofia sustentava que a *Realidade* se afirmava como *Espírito*, que não mais se colocava acima do *Mundo*, mas coincidia com ele. No âmago da nova filosofia, a *natureza* se apresentava como momento e produto do próprio espírito. Portanto, o dualismo – pelo menos aquele que atormentou o pensamento ocidental, desde Tales até Spencer – fora superado, ao lado da ultrapassagem da transcendência materialista ou teológica.

Entretanto, Croce expressou claramente um surpreendente paradoxo da sua teoria da história: dessa nova filosofia e da nova historiografia, que é *sujeito* e não *objeto*, não se podia fazer história, ou seja, não podiam emitir juízos históricos acerca de si mesmas e do

¹⁷ Consultar o ensaio “Il concetto di tempo nella storiografia”, p. 296-7.

tempo presente. Para Croce, a historiografia em construção ocupava-se com uma história de “épocas” ou de “grandes períodos”, enquanto a nova época na qual se constituía o enfoque historiográfico em foco não havia se encerrado. Essa nova historiografia não podia ser configurada cronológica e geograficamente, já que o autor ignorava a duração temporal que abarcaria e em quais países, além da Itália e Alemanha, vicejaria. Porém, o argumento mais incisivo sustentava não poder o novo período histórico ser delimitado logicamente, pois, para esse fim, seria necessário que se houvesse desenvolvido suas antíteses, isto é, os novos problemas nascidos infalivelmente de suas soluções – e tais condições, simplesmente, não existiam.¹⁸

Ou seja, *Teoria e storia della storiografia* se encerrou revelando um aspecto paradoxal da tese relacionada à contemporaneidade da historiografia. Se, por um lado, Croce sustentou o caráter necessariamente contemporâneo da “nova historiografia” (resultado das questões colocadas pelo tempo presente), por outro, esse empreendimento (que se ocupava de “épocas” ou “grandes períodos”) não podia dizer algo de muita relevância sobre o tempo em que se desenvolvia. Mais ainda, conforme ficou explícito nas notas da *Marginalia*, no que diz respeito aos fatos em processo, cabia à crônica (e não à história) lidar com eles. Ao longo do presente capítulo, buscaremos discutir mais detidamente esse elemento paradoxal acerca da natureza do conhecimento histórico sob o ponto de vista croceano.

II.

O conceito relativo à contemporaneidade da história foi sistematicamente retomado por Croce no interior do volume *La storia come pensiero e come azione*, em que a matéria referente às reflexões desenvolvidas em *Teoria e storia della storiografia* e *Storia della storiografia italiana nel secolo decimonono*, além de outros trabalhos menores, foi acrescida de novas considerações. Uma das principais obras de caráter ético-político e publicada em pleno curso do regime fascista italiano, *La storia come pensiero e come azione* caracterizou-se por dois princípios filosóficos básicos: por um lado, a afirmação

¹⁸ Ver “La nuova storiografia. Conclusione”, p. 283-8.

segundo a qual a marcha do processo histórico se identifica com a epopéia da liberdade e, por outro, a sua particular insistência na relação entre historiografia e ação prática. No que se refere ao segundo aspecto, conforme ajuizou o próprio autor, o volume em questão caracterizou-se pelo complexo e delicado processo dialético através do qual o pensamento histórico nasce da paixão prática, no qual esse sentimento se converte em ação decisiva.¹⁹

Na perspectiva de discutir a natureza da verdade em um livro de história, Croce assinalou que a necessidade prática, que está no fundo de todo juízo histórico, confere a toda a história o caráter de “história contemporânea”, porque, por muito e muito distantes que pareçam cronologicamente os fatos por ela referidos, a história se relaciona sempre com a necessidade e a situação presentes, nas quais tais fatos propagam suas vibrações.²⁰

Assim, acrescentou Croce, a condição presente da alma humana é a matéria que contém em si o *documento vivo* do juízo histórico. Portanto, o que se denomina, no campo da historiografia, documentos escritos, esculpidos, figurados ou aprisionados nos fonógrafos, ou ainda aqueles existentes nos objetos naturais, tais como esqueletos ou fósseis, não agem sob a condição de testemunhos se não forem capazes de estimular, no historiador, estados de ânimo que se encontram presentes no estudioso. Exemplificando, Croce destacou que, se não existe no historiador o sentimento da caridade cristã, da salvação pela fé, da honra cavalheiresca, ou, ainda, do radicalismo jacobino e da reverência pela tradição, inutilmente passarão pelos seus olhos as páginas dos Evangelhos e das epístolas paulinas, da epopéia carolíngia, dos discursos que se faziam na Convenção Nacional, das líricas, dos dramas e romances que exprimiram a nostalgia oitocentista da Idade Média.

Para Croce, o homem é encarado como um *microcosmo*, no sentido histórico da palavra: trata-se de um compêndio de história universal. Ao lado da pequena quantidade de documentos propriamente ditos, aparecem, em quantidade infinitamente maior, um complexo de outros testemunhos sobre os quais continuamente se apoiavam os historiadores no seu ofício – a língua falada, os costumes familiares, as intuições e os

¹⁹ Ver *La storia come pensiero e come azione*, p. 1-2. Doravante, esta obra será denominada SPA.

²⁰ Em italiano, no original: *Il bisogno pratico, che è nel fondo di ogni giudizio storico, conferisce a ogni storia il carattere di 'storia contemporanea', perché, per remoti e remotissimi che sembrano cronologicamente i fatti che vi entrano, essa è, in realtà, storia sempre riferita al bisogno e alla situazione presente, nella quale quei fatti propagano le loro vibrazioni.* (SPA, p. 5)

raciocínios realizados quase instintivamente e as experiências presentes no organismo. Portanto, a verdade da história, em última instância, não é dada pelo exterior, através do que se denominou classicamente *documentos*, mas vive no âmago do historiador. Em consonância com essa linha de raciocínio, pode-se destacar que o labor historiográfico resulta tanto da presença dos testemunhos materiais quanto dos elementos espirituais os quais o historiador comporta em seu âmago, com uma clara preponderância dos *documentos vivos* sobre os demais.

Assim, a verdadeira história (viva e contemporânea) nascia da necessidade de ver claro os problemas práticos e morais e tem como fonte a consciência humana historicamente formada. Nessa história, os testemunhos dos fatos acontecidos ou valem como ponto de apoio e como estímulo para excitar a referida consciência – a única que possui autoridade para afirmar o juízo histórico – ou ficam sendo meros “diz-se” ou “está escrito”, terreno sobre o qual pode trabalhar a fantasia, mas que é estranha ao pensamento.²¹

Entretanto, Croce advertiu que a insinuação segundo a qual a verdade da história não é dada pelo exterior, mas vive nos historiadores, era um dos motivos que desviaram os filósofos da época romântica (entre eles Fichte) para a teoria da história baseada na construção *a priori*, derivada de uma lógica pura e abstrata e fora de qualquer documentação. Na evolução dessa postura equivocada, Hegel e outros, caindo em contradição e tornando extrínseca a síntese histórica, apelaram para a colaboração entre o pretense *a priori*, de um lado, e suposto *a posteriori* – ou seja, o documento – do outro.

Assim, era necessário não superestimar a necessidade prática e o estado de ânimo presentes no historiador, que conformavam somente a matéria necessária, a porção bruta da historiografia. Portanto, o conhecimento histórico, como qualquer outro campo de saber sistematizado, não podia consistir numa suposta reprodução ou cópia do estado de ânimo anteriormente mencionado, pela razão óbvia de que isso seria totalmente inútil e estranho à atividade espiritual – que não possui, entre suas produções, a do inútil. Daí porque Croce criticasse a vaidade existente nos programas dos historiógrafos que se propunham a representar a vida em seu caráter imediato. Face à constatação, cabia à historiografia superar a vida vivida para representá-la em forma de conhecimento. Em síntese,

²¹ *Idem*, p. 152.

prossequindo a linha de raciocínio iniciada na *Logica*, Croce destacou que a historiografia não era *fantasia*, mas *pensamento*, e, enquanto tal, não somente dá o cunho universal à imagem, mas vincula intelectivamente a imagem ao universal, distinguindo e unificando, ao mesmo tempo, no juízo histórico.²²

A historiografia, vista sob o olhar croceano, enquanto história viva e contemporânea, expressava outra notável potencialidade: servir como *fator de libertação do conhecimento histórico*. Assim, no ensaio “La storiografia come liberazione dalla storia”, Croce, retomando a discussão sobre o *fardo da história*, ao feitio hegeliano, ponderou que somos produto do passado e vivemos imersos nele, que nos oprime por todos os lados. Frente a essa situação angustiante, surgem dois questionamentos: Como podemos nos lançar à nova vida, criar nova ação, sem fugirmos do passado, sem nos pospormos a ele? E como nos pospormos ao passado se estamos no seu interior e ele somos nós?²³

Para tais questões, uma resposta inequívoca: não há senão uma via de escape, ou seja, aquela do pensamento, que não rompe a relação com o passado, mas se eleva idealmente sobre ele e o converte em conhecimento. Assim, tornava-se imperioso olhar de frente o passado, ou ainda, reduzi-lo à condição de problema mental, resolvendo-o numa proposição de verdade, que será a premissa ideal para nossa nova ação e a nossa nova vida. Citando Goethe, Croce destacou que escrever histórias é uma forma de tirar dos ombros o passado. O pensamento histórico o reduz a matéria sua, transfigura-o em seu objeto, e a historiografia nos liberta da história.²⁴

No que diz respeito ao aspecto acima evidenciado, será proveitoso abrir um parênteses acerca da sua inserção na prática historiográfica contemporânea, pois essa concepção fecunda e insuficientemente explorada parece ter deixado algumas pegadas nos seus domínios. Em 1974, por exemplo, o historiador italiano Girolamo Arnaldi, no bojo de um artigo denominado “La storiografia come mezzo di liberazione dal passato”, expôs sua

²² Idem, p. 6-7.

²³ Em italiano, no original: *Noi siamo prodotto del passato, e viviamo immersi nel passato, che tutt'intorno ci preme. Come muovere a nuova vita, come creare la nostra nuova azione senza uscire dal passato, senza metterci disopra di esso? E come metterci disopra del passato, se vi siamo dentro, ed esso è noi?* (Idem, p. 31)

²⁴ Em italiano, no original: *Non v'ha che una sola via d'uscita, quella del pensiero, che non rompe il rapporto col passato ma sovr'esso s'innalza idealmente e lo converte in conscenza. (...) Scrivere storie – notò una volta il Goethe – è un modo di togliersi di sulle spalle il passato. Il pensiero storico lo abbassa a sua materia, lo transfigura in suo oggetto, e la storiografia ci libera dalla storia.* (Idem, ibidem)

confiança na possibilidade de a *historia rerum gestarum* abrir caminho para transformar a *res gestae* de fardo em instrumento de verdadeira libertação do conhecimento histórico.²⁵ Porém, uma rápido vislumbre no contexto do conhecimento histórico nos dias atuais permite concluir que o desejo manifestado por Arnaldi continua fazendo parte do campo das possibilidades e das potencialidades ainda não desenvolvidas pela historiografia contemporânea.

Na condição de conhecimento vivo e contemporâneo e de fator de libertação do *fardo da história*, a historiografia era composta a partir dos *documentos vivos*. Em *La storia come pensiero e come azione*, na perspectiva de sustentar a tese relativa à natureza contemporânea da historiografia, Croce discutiu os problemas relativos à certeza e à verdade presentes nos documentos e testemunhos históricos. Face a tais dúvidas e perplexidades, propôs uma saída: ter bem claro e firme o que são propriamente documentos e qual o seu papel no trabalho historiográfico.

Para Croce, entendia-se por documentos, conceituados com todo rigor, o conjunto das obras do passado que podiam ser evocadas nos sinais das escritas, nas notações musicais, nas pinturas, esculturas e arquiteturas, nas descobertas técnicas, nas transformações sofridas pela superfície terrestre, nas mudanças ocorridas nas profundezas da alma, ou seja, nas instituições políticas, morais, religiosas, nas virtudes e nos sentimentos formados, passo a passo, ao longo dos séculos e ainda vivos e atuantes em nós. São esses os documentos que, recolhidos pelo espírito do historiador, aliados às suas capacidades adquiridas e aos seus pensamentos e sentimentos, tornam possível o conhecimento do acontecido em virtude da princípio formulado por Vico da conversão do verdadeiro no fato, através do qual o homem, criador da história, perpetuamente a conhece recriando-a no pensamento. Conforme assegurou Croce, toda a historiografia não se baseava em nada mais do que nesses *documentos vivos*.²⁶

A respeito do enfoque dos documentos como matéria viva do conhecimento histórico, um outro vestígio das idéias crocenas na historiografia contemporânea apareceu claramente num artigo do historiador polonês Witold Pomian, publicado na revista *Annales*, em 1960. No corpo do mencionado texto, Pomian lembrou que, se todo produto

²⁵ Cf. LE GOFF. *Op. cit.*, p. 145.

²⁶ SPA, p. 109.

do passado constitui uma fonte história, o mais importante desses documentos ainda é o nosso presente, visto sob a condição de produto do passado. Assim, o presente seria a mais rica e a menos utilizadas das fontes históricas. Nesse sentido, o presente pode servir para explicar o passado, como Marc Bloch e Lucien Febvre sempre insistiram.²⁷

As considerações desenvolvidas em *La storia come pensiero e come azione*, principalmente aquelas relativas à historiografia (encarada como história viva e contemporânea) e aos documentos (enfocados sob a condição de matéria viva e pulsante do conhecimento histórico) abriram espaço para interpretações que vislumbraram a obra croceana sob o estigma do *relativismo* e da *subjetividade* exacerbada. Mas, afinal, Benedetto Croce, o idealizador do *storicismo assoluto*, compartilhava com posturas relativistas e subjetivistas no tocante ao labor historiográfico ?

O próprio Croce pareceu querer se resguardar de tal suspeita. Um exemplo paradigmático de tal zelo pode ser encontrado no conjunto de ensaios denominado *Piccoli saggi di filosofia politica* (1934).²⁸ Discutindo o significado da subjetividade e da falsificação na produção do conhecimento histórico, Croce reafirmou a proposição segundo a qual são os nossos interesses espirituais (morais, políticos e outros) os responsáveis por nos moverem à procura e à reconstrução histórica. Portanto, o nosso pensamento, ou seja, o grau mental por nós alcançado, é o que nos proporciona, para tal reconstrução, a ossatura mental. Para Croce, precisamente nesse ponto, teríamos a necessária “subjetividade” da história e, ao mesmo tempo, a única verdadeira “objetividade”, sempre que não se pretenda inutilmente colocar o objeto fora do espírito que o concebe.

Portanto, a objetividade histórica residia inteiramente no seguinte princípio: na reconstrução histórica, os historiadores são totalmente responsáveis em relação à lógica e ao documento; a primeira não deve ser contraditória e o segundo não deve ser alterado. Em contrapartida, se, em nome dos seus interesses particulares de qualquer espécie, os estudiosos alterarem os documentos relativos a um fato, não se afirma a subjetividade, mesmo que de uma forma inferior e ilógica, mas se incide, pura e simplesmente, numa falsificação.²⁹

²⁷ KULA, Witold. “História e Economia: A Longa Duração”. *Estudos Históricos*, número 7, Marília, 1968.

²⁸ Consultar a tradução, em língua portuguesa, *Orientações: pequenos ensaios de philosophia politica*.

²⁹ Na mesma obra, ver o ensaio “Subjectividade historica e falsificação historica”, p. 95-6.

Em *La storia come pensiero e come azione*, Croce manteve a sua concepção muito particular de “história-problema”, conforme havia evidenciado, anteriormente, em *Teoria e storia della storiografia*. Seguindo as reflexões desenvolvidas pelo historiador prussiano Johann Gustav Droysen (1808-1884), salientou que a historiografia consistia na *Frage*, ou seja, na formulação do problema historiográfico, e seu fim é “compreender indagando”. A partir de tal conceito, acreditava Croce, o historiador poderia se livrar da crença enganosa segundo a qual a historiografia era, ou devesse ser, cópia da realidade, além de fazê-la voltar para a única e verdadeira forma de conhecimento, aquela que se debruça em responder às indagações e resolver os problemas teóricos continuamente suscitados pela realidade da vida.³⁰

Não por outro motivo, Croce opunha sua concepção de história como história contemporânea à “historiografia pura” ou “sem problema histórico” do grande mestre Leopold von Ranke (1795-1885). O historiador alemão havia transitado da posição que sustentava ser necessário à narrativa histórica sobrepujar as paixões e se afastar dos juízos preconcebidos para uma postura extremada, na qual a história deveria ser composta fora de qualquer participação nas lutas da vida, além de deixar de lado qualquer compromisso filosófico. Croce conceituava a *historiografia pura* rankeana como aquela que se processava sem a participação operosa e o trabalho conjunto do pensamento. Tratava-se, pois, de qualquer outro empreendimento – crônica, poema, eloquência – mas não da verdadeira historiografia, posto lhe faltar, nem mais nem menos, do que sua própria alma: o problema histórico. Assim, os livros de Ranke eram histórias sem problema histórico, ou com mera aparência deste.³¹

A firme asseveração da tese relativa à contemporaneidade da história e a condenação à historiografia passadista ou sem problema histórico não significou que Benedetto Croce tenha modificado radicalmente a sua desconfiança na capacidade do conhecimento histórico para julgar os fatos recentes. Ao contrário, Croce sabia (ou pretendia saber) exatamente qual a historiografia que se devia e a que não se devia fazer. A crítica tecida aos historiógrafos que desejavam representar a vida em seu aspecto mais imediato é representativa de uma postura moderadamente cética sobre as potencialidades

³⁰ SPA, p. 128-9.

³¹ Idem, p. 75-92.

do conhecimento histórico em compreender as questões do presente. Afinal, como frisou o próprio Croce, a historiografia é do *passado-presente*, a ação é do presente e a imaginação é do futuro.³² Esse ponto será melhor discutido no decorrer do presente capítulo.

Na Conclusão de *La storia come pensiero e come azione*, Croce elaborou um brevíssimo balanço sobre as conquistas alcançadas pela teoria da historiografia nos últimos cinquenta anos, as quais, coincidentemente, apresentavam semelhanças com a direções seguidas pela sua própria obra. No alto da condição de quem julgava ter colaborado para com os progressos alcançados pela teoria historiográfica e de ser conhecedor da totalidade ou de quase toda a literatura respectiva, propôs-se a indicar os conceitos a que se havia chegado no âmbito dos estudos históricos à sua época, além de apontar correções e aprofundamentos que se faziam necessários às investigações. Como as idéias que serão apresentadas se remetem diretamente ao objetivo central desta dissertação, além de apresentarem, sucintamente, os principais pilares da teoria croceana da história, será proveitoso delinear os aspectos mais significativos das teses croceanas.

Em primeiro lugar, Croce realçou a defesa da autonomia metodológica do conhecimento histórico face ao positivismo e às demais “metafísicas naturalistas”. A reivindicação aludida derivava do caráter essencialmente individual que comportava o método histórico, distinto da abordagem naturalista e generalizante das ciências da natureza. Referenciado nos pressupostos dos pensadores italianos e alemães do final do século XIX, os quais deram substância à “revolta antipositivista”, Croce concluiu que os métodos relativos ao conhecimento e à verdade encontravam-se unicamente presentes na metodologia histórica. No que se refere ao método positivista, este não dizia respeito ao conhecimento, mas às atitudes de esquematização e de classificação. Uma diferença capital separava o método histórico do seu similar positivista: o primeiro era concreto, ao passo que o segundo, meramente abstrato.

Um outra característica da nova teoria historiográfica estava relacionada com unidade entre filosofia e história. Conforme havia proposto na *Logica*, Croce assinalou que a fusão entre tais conhecimentos expressava o ponto de encontro entre o individual e o universal. No *Novum Organum* croceano, a filosofia não se encontrava acima das ciências

³² Na mesma obra, ver “Storiografia da fare e storiografia da non fare”, p. 277-83.

da natureza e do espírito, na condição de terceira forma, mediadora impotente, mas enquanto “metodologia da história”.

No coração da nova teoria, palpitava a tese segundo a qual a história é afirmada como história contemporânea, nascendo das paixões e para as paixões humanas, dos seus interesses e para eles, ligando-se estreitamente à vida presente e às suas necessidades. Entretanto, a historiografia não se reduzia à condição de trabalho prático, mas teórico, que melhor servia à prática quando se realiza como saber puro.

Segundo Croce, não havia distinção entre os “fatos da natureza” e os “fatos do espírito”, mas entre os dois métodos anteriormente citados – o *classificatório* e o *dialético*. Assim, mesmo os chamados “fatos da natureza” eram históricos. A ciência da natureza era substancialmente uma história. Portanto, se a história não se desenvolvia senão no espírito da dialética e das suas formas e nunca na matéria – que aparecia como uma abstração – a conclusão elementar era que os chamados fatos da natureza não passavam de atos espirituais, e a única concepção coerente da realidade é o *espiritualismo absoluto*.

E, finalmente, tem-se a afirmação do princípio segundo o qual o critério de veracidade da historiografia residia no interior do próprio homem. Para Croce, a verdade da história não se baseava (como pensavam os filólogos) no critério do provável ou nos testemunhos do crível, mas noutra bem diverso, no gerar íntimo do homem, que é, de fato, uma formação histórica. Segundo Croce, o horror causado pela filosofia da história e por seu abstrato *a priori* levou não somente os historiadores, mas também os filósofos a se restringirem medrosamente aos testemunhos e documentos, vistos sob seu aspecto extrínseco. Induzidos a tal posição, aqueles estudiosos não perceberam que a realidade do processo historiográfico, se já não era uma abstrata dedução *a priori*, como na filosofia da história, certamente se tratava de uma *eduazione* do profundo, um deslindar, clarificar e qualificar a lembrança do que fazemos no momento em que fazemos, do que fez a humanidade que existe em nós e da qual nos constituímos. Caso esse processo não ocorra, não existe a historiografia. Precisamente essa história, por obra indagadora da mente, tornava-se historiografia.³³

³³ Ver “Considerazioni Finali”, p. 319-27.

III.

Entre 1893, ano da publicação do ensaio juvenil *La storia ridotta sotto il concetto generale dell'arte*, e 1938, com o lançamento de *La storia come pensiero e come azione*, Benedetto Croce construiu uma teoria da história, ou ainda, uma teoria da historiografia, muito especial. Esse enfoque teórico-metodológico insere-se no contexto mais amplo do sistema filosófico croceano, a *Filosofia dello spirito*, composta entre 1902 e 1915. A teoria sobre o conhecimento histórico aqui discutida apresenta dois trabalhos como momentos culminantes: *Logica come scienza del concetto puro* e *Teoria e storia della storiografia*. No primeiro, Croce procedeu a identificação entre os conhecimentos histórico e filosófico e pleiteou uma abordagem historiográfica em que o momento metodológico fosse representado pela filosofia. No segundo, reafirmou a tese segundo a qual toda verdadeira história é história contemporânea, escrita a partir das paixões e das necessidades que emanam do presente.

Conseqüentemente, a tese relativa à contemporaneidade da história está no coração da teoria historiográfica croceana. Segundo o princípio em questão, o presente aclara o passado e vice-versa, convertendo-se de maneira recíproca e estando identificados simultaneamente, elevando ao nível do pensamento os contrastes e as necessidades da vida atual. Portanto, esse procedimento teórico resgata não um passado morto, mas vivo, um *passado-presente*. Através do seu momento teórico, a historiografia, encarada como história contemporânea, prepara e abre caminho para a ação, para a criação prática, da qual é distinta, ao mesmo tempo em que é estreitamente afim. No curso do processo historiográfico, o estudioso parte do problema prático ainda vago e obscuro e, ao mesmo tempo, retorna de maneira esclarecida, ultrapassando a forma concreta da ação. Portanto, sob a perspectiva de Croce, a *historia rerum gestarum* (“pensamento histórico”) e a *res gestae* (“conjunto de feitos e ações”) não se identificavam imediatamente e de maneira estática, mas dinamicamente, de modo dialético, ou melhor, confluíam.³⁴

Os postulados croceanos acima enunciados retomavam, essencialmente, importantes aspectos do grande debate travado nas searas do conhecimento histórico, entre o final do

³⁴ Consultar a este respeito *Orientações*, p. 55-6.

século passado e princípios deste, sobre a *crise do historicismo* otimista de feição rankeana. Na verdade, tratava-se de uma gigantesca discussão sobre o estatuto epistemológico da história face aos progressos alcançados pelas ciências da natureza. Seria a história um conhecimento semelhante à arte ou uma autêntica ciência? Quais os seus critérios de validação? Quais as possibilidades de trilhar uma via metodológica alternativa àquela praticada pelos epígonos de Ranke? Sob essa perspectiva, os princípios teóricos afirmados por Croce apontavam para uma severa revisão dos procedimentos até então hegemônicos da historiografia dita positivista: negação do caráter da história enquanto ciência do passado; supressão da dicotomia entre o sujeito e o objeto e entre a vida e o pensamento na operação historiográfica; demolição do princípio que sustentava a anterioridade da crônica sobre a história; e, finalmente, rejeição do *status* privilegiado concedido aos documentos escritos no trabalho de composição da história. Ao que parece, uma profunda reviravolta se configurou na historiografia européia e, especialmente, na escrita da história italiana por volta de 1912-1913....

Um outro aspecto, ao enfatizar a importância crucial dos *documentos vivos* para a história contemporânea e o lugar central ocupado pelas paixões e necessidades emanadas do presente no trabalho historiográfico, Croce desenvolveu uma *hermenêutica*, ou ainda, um cânone de interpretação, para uma leitura heterodoxa dos testemunhos – afinal, matéria-prima do conhecimento histórico. No que diz respeito a esse elemento, não seria exagerado supor que estaríamos diante de uma *ampliação da noção de documento*, com conseqüências potencialmente tão profundas para a historiografia quanto aquelas desencadeadas pelo trabalho semelhante iniciado por parte dos fundadores dos *Annales* na mesma época.

Neste ponto do trabalho, cumpre-nos questionar acerca das possibilidades de aplicação prática dos princípios historiográficos teorizados por Croce em seus estudos propriamente “históricos”. Assim, buscaremos discutir a natureza paradoxal da tese relativa à contemporaneidade da história, conforme foi explicitada em *Teoria e storia della storiografia* e *La storia come pensiero e come azione*, nos seguintes termos: a nova historiografia podia lidar seguramente com o *passado-presente*, mas não com a atualidade, com os acontecimentos recentes e com os períodos históricos ainda não concluídos. Um esforço analítico sobre essa atitude croceana, moderadamente cética, sobre a

capacidade de o conhecimento histórico dar conta das questões candentes do presente, além de apontar algumas das suas implicações historiográficas e políticas, certamente nos auxiliaria a compreender melhor o autor e sua inserção no contexto intelectual no qual produziu seus trabalhos.

O aspecto paradoxal da tese relativa à contemporaneidade da história anteriormente destacado pode ser encontrado em boa parte dos estudos eminentemente “históricos” de Croce, com especial destaque para suas obras de viés “ético-político” das décadas de 1920/1930. Um exemplo por demais ilustrativo encontra-se no volume *Storia d'Europa nel secolo decimonono*, do qual nos valemos para praticar este exercício interpretativo.

A certa altura de *La storia come pensiero e come azione*, a propósito de discutir sobre o historicismo e a sua história, Croce destacou que o caráter prescrito a uma determinada época decorre em função do interesse mental do historiador, que coloca em relevo tudo que se liga a sua pesquisa e a seus problemas. Assim, o historiador aplica a determinadas épocas conceitos classificatórios e, com a sua ajuda, distingue e determina o domínio maior ou menor, ou ainda o predomínio que têm, nesses períodos, certas qualidades em relação a outras.³⁵ O procedimento historiográfico adotado em *Storia d'Europa nel secolo decimonono* apresenta, precisamente, essa característica. Croce buscou, obstinadamente, realçar a epopéia do liberalismo de 1815 a 1914; enfatizou as vitórias da doutrina liberal sobre as formas de pensamento adversárias, a exemplo do absolutismo, do catolicismo e das “religiões de Estado”; escreveu, enfim, *a história do século XIX como a história da liberdade*.

O autor de *Storia d'Europa nel secolo decimonono* se manteve fiel ao princípio da contemporaneidade de todo o verdadeiro trabalho historiográfico, discutindo o que julgava serem os principais eventos políticos e culturais europeus ocorridos durante o período, a partir dos interesses e das necessidades do tempo presente. Escrevendo uma história politicamente engajada, mirava, na verdade, os temas contemporâneos da Europa do final dos anos vinte e início da década de trinta. Assim, batendo-se contra a tese fascista que sustentava a “morte” da doutrina liberal, Croce elevou tal concepção à condição de *religião da liberdade*, doutrina metapolítica, fio condutor, conceito, princípio explicador do passado e do presente, além de guia do futuro. Por outro lado, buscando distinguir os

³⁵ SPA, p. 56.

processos que desembocaram nas unificações da Itália (onde o *Risorgimento* aparecia enquanto obra mestra do espírito liberal europeu) e da Alemanha (fruto da arte política e da virtude militar), condenou a tradição imperialista e autoritária germânica. E, principalmente, sob o pretexto da crítica aos movimentos românticos degenerados, ativistas e irracionaisistas que mergulharam o continente na Primeira Guerra Mundial, elaborou uma crítica indireta e sutil, além de uma poderosa condenação moral e histórica ao regime fascista italiano.

Portanto, na maior parte da *Storia d'Europa nel secolo decimonono*, Croce argumentou que o liberalismo não havia morrido, mas que, a exemplo do passado, a *religião da liberdade* ressurgiria. Entretanto, no epílogo da obra, reconheceu o desaparecimento da fé liberal tanto nas instituições quanto nos espíritos da sua época. No lugar das antigas crenças liberais, em toda a Europa, proliferava o irracionalismo, o misticismo, o pessimismo e o ativismo. Essa situação era um fato, e, assim sendo, não valeria a pena negá-lo nem sequer reduzi-lo a poucas pessoas ou a esse ou aquele país ou povo, pois pertencia a toda o continente europeu e ao mundo. Nesse ponto, o intelectual liberal reconhecia a força irresistível do fenômeno político e social que representou a ascensão dos regimes e dos movimentos totalitários (fascistas e comunistas) em boa parte do globo. Croce lembrou ainda que o fato negativo, anteriormente referido, deveria cumprir seu papel no desenvolvimento do espírito, no progresso social e humano, se não como criador direto de novos valores, pelo menos, como matéria e estímulo ao fortalecimento, ao aprofundamento e à ampliação dos antigos valores.³⁶

Entretanto, paradoxalmente, mais uma vez, Croce explicitou de forma clara a tese segundo a qual somente o historiador futuro poderia conhecer e descrever mesmo o papel representado pelo fato negativo relacionado ao declínio dos sentimentos liberais. O especialista do porvir teria diante de si – uma vez terminado o período em questão – o movimento com o qual os homens da época estavam envolvidos, podendo se dedicar ao seu estudo. Esse movimento não podia ser descrito pelos homens localizados na sua contemporaneidade exatamente porque eles se encontravam imersos no processo. Em resumo, estando no processo e nele se movendo, os homens do tempo presente podiam

³⁶ *Storia d'Europa nel secolo decimonono*, p. 307-9.

observar e compreender muitas coisas, mas não lhes era facultado entender o que ainda não havia acontecido e em cuja história não era possível pensar.³⁷

Portanto, Croce não atribuía importância prática ao fato de que a história desse movimento não podia ser pensada. O que importava aos homens da época, em síntese, era a necessidade de não contemplar passivamente o processo, mas de participar do mesmo através da ação, segundo o que correspondia a cada um, de acordo com o que a consciência assinalava e o dever impunha. Nesse ponto, o pensador liberal incitava os homens da sua época à resistência moral aos regimes totalitários, tanto na Itália fascista, quanto no restante da Europa.³⁸

Finalmente, pontuou, não se deveria fazer a “história do futuro” (como aquela de caráter profético, construída pelos antigos tratadistas), mas a do *passado*, que se recapitulava no *presente* e se tornava necessária para a ação moral, que não seria verdadeiramente a tal se estivesse desprovida das luzes da verdade. Dessa necessidade, assegurou Croce, nasceu a reflexão do autor sobre o século XIX e o próprio livro aqui analisado.³⁹

Assim, a tentativa de aplicação do cânone relacionado com a tese da contemporaneidade da história a um dos trabalhos históricos de Benedetto Croce resultou em um paradoxo: por um lado, em termos gerais, a aplicação da tese supracitada se torna possível na exata medida em que os problemas práticos, os interesses, as paixões e as necessidades emanadas do tempo presente são em muito responsáveis pelo ato da escolha de um determinado tema, dos conceitos correlatos e pelos próprios resultados alcançados na pesquisa historiográfica; por outro, todavia, a historiografia pouco ou quase nada podia informar sobre as questões, os acontecimentos e os processos ainda não concluídos no tempo presente.

Ao assinalar, com extrema modéstia e moderado ceticismo, a impossibilidade da tese relacionada à contemporaneidade da operação historiográfica contribuir para o entendimento da história do tempo presente, Croce revelou um dos elementos paradoxais da natureza do conhecimento histórico em sua obra. Essa antinomia aparece como uma

³⁷ *Idem*, p. 309.

³⁸ *Idem*, p. 309-10.

³⁹ *Idem*, p. 310.

questão aberta para todos os pesquisadores do presente que vêem na história o conhecimento, por excelência, do contemporâneo.

Se a história não pode nos informar – com uma razoável margem de segurança – acerca dos acontecimentos e das personagens do tempo presente, qual, então, o significado da tese da contemporaneidade da historiografia na obra de Benedetto Croce? Face às limitações deste estudo, somente podemos esboçar, em linhas gerais, algumas frágeis hipóteses a respeito do problema. Em primeiro lugar, deve-se assinalar que a máxima *toda verdadeira história é história contemporânea* guarda, no seu âmago, códigos implícitos ainda não resolvidos ou insuficientemente explorados por parte dos críticos e dos intérpretes do croceanismo. Para além dos significados atribuídos pelo autor nas obras até então resenhadas, existe um imenso e enigmático espaço vazio, que ensejou uma série de interpretações. As três abordagens que serão resumidas a seguir, ilustram as dificuldades no trato com o problema aqui discutido.

Um teórico marxista procedeu a identificação entre as dimensões da historiografia e da política na obra de Croce, objetivando demonstrar sua natureza intrinsecamente ideológica. Segundo essa perspectiva, se o político é um historiador (não apenas no sentido de que faz a história, mas também no de que, atuando no presente, interpreta o passado), da mesma forma o historiador é um político. E nesse sentido (que também aparecia em Croce), a história é sempre contemporânea, ou seja, política.⁴⁰ Por seu turno, um historiador polonês vislumbrou na tese da contemporaneidade da história a manifestação mais evidente do relativismo subjetivista croceano. Assim, na prática, esse princípio conduzia ao *presentismo*, isto é, à consideração da história como uma projeção dos interesses do presente sobre o passado.⁴¹ Finalmente, um estudioso norte-americano viu nas obras croceanas uma estratégia de *domesticação da história*. Na exata medida em que Croce negava a possibilidade do conhecimento histórico conhecer seguramente os processos da atualidade, esse gênero não podia ministrar orientação para o agir no presente, já que não se tratava de um conhecimento nem do *universal*, nem do *geral*, mas apenas do *particular*. Ainda que pudessem tomar as preocupações atuais como ponto de partida para as investigações do passado, os historiadores não estavam autorizados a deduzirem dos

⁴⁰ GRAMSCI. *Concepção Dialética da História.*, p. 248-9.

⁴¹ SCHAFF. *Op. cit.*, p. 101.

fatos acontecidos quaisquer conclusões gerais ou a extraírem ilações do passado para o presente. Portanto, Croce objetivou despojar a história da autoridade que lhe era reconhecida por todos os setores do espectro ideológico, recambiando-a para o seu verdadeiro lugar: o de simples forma de cognição. Esse objetivo servia bem aos interesses das classes e dos grupos sociais estabelecidos, interessados na *domesticação* da historiografia, desembaraçando-a dos conflitos ideológicos correntes.⁴²

Não obstante tais pontos de vista instigantes, outras observações podem ser acrescidas. Assim, a partir de determinados sinais, sugeridos pelo próprio autor, novas peças podem ser encontradas e colocadas nos seus devidos lugares. Uma primeira pista. Ao afirmar que toda verdadeira história é história contemporânea, Croce, possivelmente, desejou assinalar que a totalidade do passado humano não mais seria resgatada através do mito, do providencialismo religioso, da filosofia, da filosofia da história, das pseudo-histórias ou da história determinista, mas, apenas, pela via da *teoria da historiografia*. Ou ainda, apropriando-se de todo o passado, a *teoria da historiografia* expressava o *Novum Organum*, a ciência capaz de tornar inteligíveis – ao nível da escrita da história – todos os elementos relacionados às experiências humanas ao longo do tempo. A referência ao *Novum Organum* foi sugerida em *Teoria e storia della storiografia* e explicitada em *La storia come pensiero e come azione*. O posicionamento aqui discutido não permite confundir a teoria da historiografia com a filosofia da história, conforme sublinhamos ao longo do presente trabalho.

A hipótese relativa à emergência da teoria da historiografia como um domínio autônomo pode ser evidenciada por uma rápida pesquisa bibliográfica. Os artigos que deram corpo a *Teoria e storia della storiografia* foram contemporâneos de obras como *Zur Theorie und Methodik der Geschichte* (1902), de Eduard Meyer, *Geschichte der neuren Historiographie* (1911), de Eduard Fueter, e *History and Historians in the nineteenth Century* (1913), de G.P. Gooch. As evidências em questão apontam para um profundo despertar epistemológico no âmbito da escrita da história durante os anos que antecederam à Primeira Guerra Mundial. Não será exagerado supor que os fundamentos críticos da teoria e da história da historiografia contemporâneas foram também lançados nesse período. Por outro lado, um excelente campo para futuras pesquisas seria proceder um exercício

⁴² WHITE. *Meta-História*, p. 406-9.

analítico nessas obras, na perspectiva de cotejar as suas estratégias no que diz respeito à formulação de programas para a construção de uma teoria da historiografia em meio a um cenário desfavorável, caracterizado pelas investidas do cientificismo positivista sobre o conhecimento histórico, conforme se registrou durante as últimas décadas do século passado e as primeiras do atual.

Assim, todos esforços teóricos croceanos no intuito de construir uma teoria ou uma metodologia da história objetivavam tanto absorver a filosofia no interior do conhecimento histórico quanto eliminar os resíduos metafísicos e teológicos do seio da historiografia. A fundação da teoria da historiografia – uma disciplina praticamente inexistente no início do século XX – representou uma resposta do autor aqui enfocado às tentativas dos historiadores “positivistas” de reduzirem o conhecimento histórico ao nível das ciências naturais.⁴³ Portanto, as evidências até aqui encontradas sugerem que a busca de uma teoria da historiografia, por parte de Croce e outros historiadores, vinculou-se à chamada *crise do historicismo*, anteriormente mencionada.

Na perspectiva de combater a ingerência das filosofias da história e dos métodos advindos das ciências naturais nos domínios do conhecimento histórico, Benedetto Croce buscou afirmar a idéia de autonomia da história, fundamentando os princípios epistemológicos de uma teoria da historiografia. Para Croce, tratava-se de resolver todas as dúvidas e perplexidades que atormentaram os historiadores contemporâneos e os seus predecessores no interior de um *Novum Organum*, de uma teoria da historiografia. Em suma, a partir daquele momento, totalidade do passado humano seria resgatado pela forma teórica da historiografia, o conhecimento que versava sobre todas as experiências humanas ao longo do tempo. À luz dos procedimentos historiográficos e impulsionados pelos problemas que emergiam da vida presente, os historiadores resgatavam não mais um *passado morto*, mas uma história viva e contemporânea, um *passado-presente*. Parece-nos ser essa uma das múltiplas leituras possíveis para o princípio segundo o qual toda verdadeira história é história contemporânea.

⁴³ ANTONI, Carlo. “Studi sulla teoria e la storia della storiografia”. In: ANTONI, C. e MATTIOLI, Raffaele. *Cinquant’anni di Vita Intellettuale Italiana (1896-1946)*. Napoli: ESI, 1950, p. 63-4.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo deste trabalho, sugerimos que Benedetto Croce construiu fundamentalmente sua teoria da historiografia (e, no caso específico, a tese relativa à contemporaneidade do pensamento histórico) mediante uma amálgama de referências teóricas que incluía elementos da tradição historiográfica italiana (principalmente o historicismo de Vico), da filosofia da história de Hegel e mesmo do marxismo. A formulação desse *Novum Organum* visava tanto afirmar a idéia de autonomia do conhecimento histórico, quanto combater as intromissões indevidas das metodologias derivadas das ciências naturais no seio da historiografia. Neste ponto do estudo, à guisa de conclusão, pretendemos esboçar algumas razões que tornam significativa e atraente uma reavaliação da obra croceana, vista sob uma ótica do tempo presente. O argumento fundamental a ser utilizado diz respeito à necessidade da atualização do pensamento croceano, ou seja, o resgate dos seus elementos vivos, presentes no contexto da historiografia contemporânea. Esse problema pode ser resumido à seguinte indagação: O que está vivo e o que está morto na teoria da história de Benedetto Croce ?

Conforme buscamos frisar no decorrer desta dissertação, ao sustentar que toda verdadeira história é história contemporânea, Croce não apenas buscou enfrentar o culto ao passado, defendido a ferro e fogo por seus contemporâneos “positivistas” (ou “rankeanos”), mas também se preocupou em responder a uma questão crucial para o conhecimento histórico no final do século passado: Para que serve, afinal, a história ? Reafirmando, continuamente, a indissolúvel unidade entre a vida presente e o problema historiográfico colocado pelo historiador, Croce acreditou ter contribuído para dissipar, de uma vez por todas, essa e outras dúvidas relacionadas à utilidade e à validade da história.

Com base nessas preocupações, desenvolveu uma abordagem historiográfica singular, marcada pela admissão de que passado e presente iluminavam-se reciprocamente, num jogo de claro-escuro, em que a operação historiográfica pode ser vista como a expressão do movimento de mão dupla entre as duas dimensões. A vida presente e os seus problemas iluminavam os eventos e as personagens do passado, ao mesmo tempo em que este se encontrava vivo no mundo contemporâneo. Muito antes das experiências de Marc

Bloch (1886-1944), de Lucien Febvre (1878-1956) e dos demais historiadores franceses ligados movimento dos *Annales*, Croce buscou compreender o “passado pelo presente” e vice-versa.

Em suma, para Croce, a história não se constituía no saber do antiquário ou do especialista desinteressado e imparcial, mas, essencialmente, na representação dos atos e dos pensamentos, na expressão das angústias e dos interesses que emanavam da vida presente. No entanto, a historiografia não deveria ser uma simples representação da vida em seu caráter imediato, mas uma atividade eminentemente teórica – que respondia às indagações e aos problemas continuamente colocadas pela realidade da vida. Assim, o problema historiográfico surgia de uma demanda da vida presente e a transformava em conhecimento, em teoria. Essa foi, em linhas gerais, a resposta croceana para a “crise do historicismo” do final do século passado e da primeira metade do atual.

Passados mais de setenta anos desde a publicação dos primeiros ensaios que deram corpo à *Teoria e storia della storiografia* e cinquenta, desde a publicação de *La storia come pensiero e come azione*, o panorama da historiografia mundial (inclusive o da escrita da história na Itália) transformou-se radicalmente. O *historicismo*, nos termos defendidos por Croce e Meinecke, foi sepultado sob os escombros da Segunda Guerra Mundial. A chamada *historiografia positivista* tornou-se uma mera recordação do século XIX e objeto de unânime condenação, ou, o que é muito pior, exemplo da ingenuidade e da pretensão dos velhos historiadores *metódicos*. As diversas experiências do “socialismo real” e o fortalecimento dos movimentos de trabalhadores deram fôlego alentado aos diversos marxismos, que inspiraram inúmeros trabalhos históricos entre o final da Segunda Guerra e a década de 1980. A abordagem marxista, com especial destaque para a *história social inglesa*, conseguiu penetrar e conquistar respeito nas universidades e nos centros de produção do conhecimento histórico, alargando infinitamente o campo de estudos historiográficos sobre os movimentos operários e sobre a história das classes subalternas. Na França, com Bloch, Febvre e , posteriormente, Fernand Braudel (1902-1985), nasceu a denominada *Escola dos Annales*, com o objetivo explícito de gestar uma “história total” e um enfoque metodológico que clamava pela *interdisciplinaridade*.

Nos anos setenta e oitenta, os herdeiros da tradição dos *Annales* segmentaram seus estudos numa infinidade de direções e ao mesmo tempo em que buscaram novos parceiros:

a antropologia, a biografia, a crítica literária, a política. Sob a nova rubrica *Nouvelle histoire*, os franceses alargaram imensamente os campos do interesse historiográfico, abarcando praticamente tudo que dizia respeito ao humano e ao mundo natural. A história ampliou-se, anexando novos territórios e incorporando *novos problemas, novos objetos e novas abordagens*. Ao mesmo tempo, processos como a emergência dos povos do Terceiro Mundo, o feminismo, a questão da juventude, o movimento negro, entre outros, tornaram-se objetos dignos de reflexão historiográfica. Por esse viés, emergiram e se consolidaram as histórias das *mentalidades*, do *cotidiano*, das *mulheres*, dos *marginais*, da *loucura*, da *narrativa*, do *corpo* e da *sexualidade*, além da *microstoria* italiana, da *nova história cultural* americana e francesa e de uma miríade de novíssimas abordagens historiográficas. Assim, com a ampliação dos domínios do conhecimento histórico, até mesmo os chamados *povos sem história* conquistaram o direito à historicidade.

Finalmente, durante as décadas de 1980/90, registrou-se a decantada *crise de paradigmas das ciências humanas*, a proclamação da completa falência dos grandes modelos explicativos, a crise dos marxismos, dos estruturalismos e a própria implosão do movimento dos *Annales*. Um profundo mal-estar grassa as searas da historiografia mundial. O historiador não se sente bem. E, conseqüentemente, abundam as discussões de caráter epistemológico e metodológico sobre a natureza do conhecimento histórico; valoriza-se a história da historiografia e os grandes historiadores; e, finalmente, registram-se inúmeros “retornos” aos grandes (e esquecidos) heróis da historiografia mundial. As “voltas” às fontes originais em Ranke, em Burckhardt e, lógico, em Croce, mais do que uma das incontáveis ironias da história, expressam sintomaticamente a crise do conhecimento histórico no limiar do terceiro milênio.

Nesse contexto, é interessante questionar sobre as possibilidades de aplicar as concepções croceanas – principalmente a tese segundo a qual toda verdadeira história é história contemporânea – aos parâmetros da historiografia atual. Para esse exercício de ajuizamento, convém adotarmos um critério semelhante àquele utilizado pelo próprio Croce ao examinar a obra de outros pensadores, ou seja, identificar o que está vivo e o que está morto do seu pensamento no presente.

Consideramos que os elementos mortos da teoria croceana da história dizem respeito à concepção idealista da historiografia, que aparece como um produto do espírito;

ao historicismo imperialista que relegou a filosofia ao simples papel de “metodologia da historiografia”; e à insistente recusa de uma visão da historiografia sob o ângulo da interdisciplinaridade, resultando no distanciamento da história em relação às ciências sociais. Todos esses princípios situam-se na contracorrente dos avanços e conquistas da escrita da história no século XX e não subsistem a nenhum enfoque crítico minimamente fundamentado. Tais concepções pertencem, ao menos no momento atual, ao passado, e não à historiografia vista como pensamento vivo e atual.

Em contrapartida, permanecem vivos e atuais determinados ensinamentos croceanos, que reputamos fundamentais para a prática historiográfica contemporânea: a crítica às filosofias da história e à sua pretensão de apontar e especular sobre a marcha do processo histórico; a concepção monográfica da história, vista enquanto investigação ou problema que surge de uma necessidade do presente, versando sobre algo particular e apresentando um objeto bem definido; o enfoque da historiografia como resultado da formulação do problema (*frage*), cujo fim reside em compreender indagando; e, principalmente, a tese relacionada ao pensamento histórico como história contemporânea.

A respeito do último item, convém assumir, perante o pensamento de Croce, a mesma postura adotada por ele frente ao materialismo histórico, ou seja, vislumbrar na concepção segundo a qual toda história é história contemporânea um *fecundo cânone de interpretação historiográfica*. Ou ainda – dito de outra forma – acreditamos que os historiadores do nosso tempo deviam levar em consideração o princípio da contemporaneidade dos livros de história, explicitando o caráter presente e vivo das suas fabricações acerca do passado.

Ao destacar esse aspecto extremamente atual do pensamento croceano, não pretendemos sugerir a dissolução da irredutível *alteridade* do passado na dimensão do tempo presente. Muito menos estamos sugerindo que a história deva ser escrita e interpretada ao sabor dos acontecimentos e interesses do presente – o que seria a manifestação inequívoca de um pragmatismo inconseqüente e irresponsável. A observação que pretendemos tecer diz respeito à premente necessidade da *humanização* do trabalho historiográfico, partindo da admissão sobre o importante papel desempenhado pelas condições do presente em nossas produções sobre o passado. Assim, a referida postura decorre, necessariamente, do reconhecimento de que os interesses e as paixões

demandadas pelo presente constituem, por excelência, a matéria do conhecimento histórico. Afinal, a escrita da história não se reduz a um ofício desinteressado ou a uma intervenção cirúrgica, mas expressa uma fabricação imaginativa, na qual reagem, simultaneamente, as condições históricas do presente e o intelecto do historiador, na perspectiva de fazer com que as fontes falem sobre o passado – na verdade, um outro país.

A atualidade do pensamento croceano também se manifesta, com imenso vigor, em outro domínio do conhecimento histórico: a história da historiografia. Como assinalou Jacques Le Goff, a história da historiografia tomou como divisa as palavras de Croce: toda história é história contemporânea e o historiador, da condição de sábio que julgava possuir, tornou-se um forjador de mitos, um político inconseqüente. Assim, hoje sabemos que nossa apreensão do passado depende, em muito, do presente. Toda verdadeira história é bem contemporânea, na medida em que o passado é apreendido no presente e responde aos seus interesses, o que não somente é inevitável, como é legítimo. Com esses juízos (e com os resultados advindos da sua aplicação) parece ter concordado um outro historiador, François Dosse, na elaboração do ácido balanço sobre a trajetória dos *Annales à Nouvelle histoire*, intitulado *A História em Migalhas*. Ao iniciar a história da historiografia dos *Annales*, Dosse não teve nenhuma dificuldade em partir da máxima croceana segundo a qual toda história é história contemporânea. Para concluir, os organizadores franceses da coletânea *Passados Recompuestos* (recentemente traduzida no Brasil) incluíram o nome de Croce entre os grandes historiadores do século XX que se debruçaram sobre a necessidade permanente de interrogar o passado à luz dos novos problemas e dos novos métodos advindos do tempo presente.

No que diz respeito ao tratamento concedido à história e à teoria da historiografia nas searas do conhecimento histórico no Brasil, as perspectivas de uma maior preocupação para com os aspectos epistemológicos desses domínios parecem alvissareiras. A comunidade dos historiadores brasileiros, gradativamente, ao longo da década de 90, parece ter despertado para a necessidade de uma reflexão teórica sobre a natureza dos produtos da historiografia. Lentamente, registrou-se um deslocamento de uma produção historiográfica essencialmente temática e centrada na abordagem marxista para um conjunto de obras que apresentam um leque variado de orientações teóricas e se debruçam sobre as questões relativas ao fazer historiográfico. Um exemplo emblemático da mudança de

comportamento anteriormente mencionada, aparece em duas das últimas coletâneas lançadas no mercado editorial brasileiro: *Domínios da História* e *Historiografia Brasileira em Perspectiva*. Assim, o contexto atual da historiografia brasileira enseja, inclusive, uma reavaliação da obra croceana e das suas contribuições teórico-metodológicas para a operação historiográfica. Nesse sentido, a propalada *crise de paradigmas das ciências humanas* foi benéfica para a renovação dos enfoques teórico-metodológicos e para o redespertar de uma preocupação epistemológica entre os historiadores brasileiros. Mais uma vez, torna-se oportuna a pergunta lançada por Michel de Certeau: *O que fabrica o historiador quando “faz história”?*

Portanto, o legado croceano para o conhecimento histórico, na atualidade, compreende uma gama de questões, impossíveis de serem satisfatoriamente discutidas neste espaço. Não obstante, desejamos frisar o papel singular representado pelo pensamento de Benedetto Croce para a teoria e a história da historiografia no século XX. Não se trata de nenhum exagero afirmar que uma análise crítica sobre esses domínios do conhecimento histórico passa, necessariamente, por um exame das concepções croceanas – especialmente da tese que se constituiu no objeto central desta pesquisa.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. FONTES PRIMÁRIAS

01. CROCE, Benedetto . *Aspectos Moraes da Vida Política*. Tradução de Miguel Ruas. Rio de Janeiro: Athena, s/d.
02. _____. “Contributo alla critica di me stesso”. In: CROCE, B. *Ética e Política*; aggiuntovi il Contributo alla critica di me stesso. Laterza: Bari, 1945, p. 363-411. (Versão em língua espanhola “Contribución a la Crítica de mí mismo”. In: *Ética e Política*. Tradução de Enrique Pezzoni. Buenos Aires: Imán, 1952, p. 307-48).
03. _____. “Contributo alla critica di me stesso”. In: CROCE, B. *Filosofia, Poesia, Storia*. Milano; Napoli: Riccardo Ricciardi, 1952, p. 1137-74.
04. _____. *El Carácter de la Filosofía Moderna*. Tradução de Luis F. Russo. Buenos Aires: Imán, 1959.
05. _____. “Il manifesto degli intellettuali italiani antifascisti”. In: CROCE, B. *Filosofia, Poesia, Storia*. Milano; Napoli: Riccardo Ricciardi, 1952, p. 1056-60.
06. _____. *La storia come pensiero e come azione*. Bari: Laterza, 1943. (Versão em língua portuguesa *A História, Pensamento e Ação*. Tradução de Darcy Damasceno. Rio de Janeiro: Zahar, 1962.)
07. _____. “Les études relatives à la théorie de l’histoire en Italie durant les quinze derniers années”. In: CROCE, B. *Primi saggi*. Bari: Laterza, 1951, p. 179-91.
08. _____. “L’obiezione contro le ‘storie dei propri tempi’”. In: CROCE, B. *Storiografia e idealità morale*; conferenze agli alunni dell’Istituto per gli studi storici di Napoli, e altri saggi. Bari: Laterza, 1950, p. 107-16.
09. _____. *Lógica como Ciencia del Concepto Puro*. Tradução de Alejandro Gil Fagoaga. Madrid; Buenos Aires: Poblet, 1933.
10. _____. *Materialismo Histórico e Economía Marxista*. Tradução de Luis Washington. São Paulo: IPÊ, 1948.
11. _____. *O que é vivo e o que é morto na Filosofia de Hegel*. Tradução de Vitorino Nemésio. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1933.

12. _____ . *Orientações; pequenos ensaios de philosophia politica*. Tradução de Miguel Ruas. Rio de Janeiro: Athena, s/d.
13. _____ . *Storia d'Europa nel secolo decimonono*. Bari: Laterza, 1965. (Versão em língua espanhola *Historia de Europa en el siglo XIX*. Tradução Luis Eduardo de Negri. Buenos Aires: Imán, 1950.)
14. _____ . *Teoria e storia della storiografia*. Bari: Laterza, 1941. (Versão em língua espanhola *Teoría e Historia de la Historiografía*. Tradução de Eduardo J. Prieto. Buenos Aires: Escuela, 1955.)

2. FONTES SECUNDÁRIAS

01. AYMARD, Maurice e VIVANTI, Corrado. "Itália (historiadores italianos)". In: BURGUIÈRE, André (org.). *Dicionário das Ciências Históricas*. Tradução de Henrique de Araújo Mesquita. Rio de Janeiro: Imago, 1993, p. 458-68.
02. BOBBIO, Norberto. *Perfil Ideológico del siglo XX en Italia*. Tradução de Stella Mastrangelo. México: Fondo de Cultura Económico, 1993.
03. BURKE, Peter. *Vico*. Tradução de Roberto L. Ferreira. São Paulo: Unesp, 1997.
04. CANTIMORI, Delio. "Historia e historiografia en Benedetto Croce" In: CANTIMORI, D. *Los Historiadores y la Historia*. Tradução de Antonio-Prometeo Moya. Madrid: Peninsula, 1985, p. 239-49.
05. CAVALCANTI, Pedro Celso Uchôa e PICCONE, Paolo (orgs.). *Convite à Leitura de Gramsci*. Rio de Janeiro: Achiamé, s/d.
06. COLLINGWOOD, Robin George. *A Idéia de História*. Tradução de Alberto Freire. Lisboa: Presença, 1993.
07. GRAMSCI, Antonio. *Concepção Dialética da História*. Tradução de Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1995.
08. HEGEL, Georg W.F. *Filosofia da História*. Tradução de Maria Rodrigues e Hans Harden. Brasília: UnB, 1995.
09. HUGHES, H. Stuart. "Croce, Benedetto". In: SILLS, David L. (Editor). *International Encyclopedia of the Social Sciences*. New York: The Macmillan Company & The Free Press, 1972, v. 3, p. 518-9.

10. _____, "Neo-Idealism in History". In: HUGHES, H.S. *Cousciouness and Society*; the reorientation of european social thought (1890-1930). New York: Vintage Books, 1958, p. 183-248.
11. LE GOFF, Jacques. *História e Memória*. Tradução de Bernardo Leitão e outros. Campinas: Unicamp, 1993.
12. MARX, Karl. *O 18 Brumário de Luis Bonaparte*. São Paulo: Escriba, 1968.
13. MOMIGLIANO, Arnaldo. "Reconsideración de B. Croce (1866-1952). In: MOMIGLIANO, A. *Ensayos de Historiografía Antigua y Moderna*. Tradução de Stella Mastrangelo. México: Fondo de Cultura Económico, 1993, p. 287-302.
14. SCHAFF, Adam. *História e Verdade*. Tradução de Maria Paula Duarte. São Paulo: Martins Fontes, 1983.
15. TANNENBAUM, Edward R. *La Experiencia Fascista; sociedad y cultura en Italia (1922-1945)*. Tradução de Joaquín B. Muro. Madrid: Alianza, 1975.
16. TREVES, Renato. *Benedetto Croce, Filósofo de la Libertad*. Buenos Aires: Imán, 1944.
17. VICO, Giambattista. *Princípios de (uma) Ciência Nova*. Tradução de Antônio Lázaro de A. Prado. São Paulo: Abril Cultural, 1974. (Col. *Os Pensadores*, vol. XX.).
18. WHITE, Hayden. "Croce: a defesa filosófica da história no modo irônico". In: WHITE, H. *Meta-História: a imaginação histórica no século XIX*. Tradução de José Laurênio de Melo. São Paulo: Edusp, 1995, p. 383-431
19. _____. "O que está vivo e o que está morto na crítica de Croce a Vico". In: WHITE, H. *Trópicos do Discurso; ensaios sobre a crítica da cultura*. Tradução de Alípio Correia de Franca. São Paulo: Edusp, 1994.

3. BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

01. ABBAGNANO, Nicola. *Dicionário de Filosofia*. Trad. Alfredo Bosi. São Paulo: Mestre Jou, 1970.
02. _____. "O idealismo italiano" In: ABBAGNANO, N. *História da Filosofia*. Tradução de Antônio Ramos Rosa e outros. Lisboa: Presença, 1985, p. 63-103. (v. XII).

03. ANTONI, Carlo. "Studi sulla teoria e la storia della storiografia". In: ANTONI, C. e MATTIOLI, Rafaele. *Cinquant'anni di Vita Intellettuale Italiana (1896-1946)*; scritti in onore di Benedetto Croce per il suo ottantesimo anniversario. Napoli: ESI, 1950, p. 63-81.
04. ANDERSON, Perry. "As afinidades de Norberto Bobbio". In: ANDERSON, P. *Zona de Compromisso*. Tradução de Raul Fiker. São Paulo: Unesp, 1996, p. 9-66.
05. BARRACLOUGH, Geoffrey. *Introdução à História Contemporânea*. Tradução de Álvaro Cabral. Rio de Janeiro: Zahar, 1983.
06. _____, *A História*. Tradução de Maria Luísa Maia. Lisboa: Bertrand, 1980. (v. 1).
07. BOCHENSKI, I.M. *La Filosofía Actual*. México: Fondo de Cultura Económico, 1955.
08. BOURDIEU, Pierre. "A ilusão biográfica". In: FERREIRA, Marieta de Moraes e AMADO, Janaina (orgs.). *Usos e Abusos de História Oral*. Rio de Janeiro: F.G.V., 1996, p. 183-91.
09. BOUTIER, Jean e JULIA, Dominique (orgs.). *Passados Recompuestos: campos e canteiros da história*. Tradução de Marcella Mortara e Anamaria Skinner. Rio de Janeiro: UFRJ/FGV, 1998.
10. CARDOSO, Ciro Flamarion e VAINFAS, Ronaldo (orgs.). *Domínios da História; ensaios de teoria e metodologia*. Rio de Janeiro: Campus, 1997.
11. CERTEAU, Michel de. "A operação historiográfica". In: CERTEAU, M. *A Escrita da História*. Tradução de Maria de Lourdes Menezes. Rio de Janeiro: Forense, 1982, p. 65-119.
12. CRISTOFOLINI, Paolo. "Las ciencias humanas y la filosofía de la historia entre Vico e Marx (Croce, Labriola, Sorel y la 'filosofía de la historia')". In: TAGLIACOZZO, Giorgio (compilador). *Vico y Marx: afinidades y contrastes*. Tradução de Sadie Ordiales de la Garza. México: Fondo de Cultura Económico, 1990, p. 311-9.
13. DE FELICE, Renzo. *Explicar o Fascismo*. Tradução de Carlos Veiga Ferreira. Lisboa: Edições 70, 1978.
14. DOSSE, François. *A História em Migalhas: dos annales à nova história*. Tradução de Dulce A. Silva Ramos. São Paulo; Campinas: Ensaio/Unicamp, 1992.
15. FICO, Carlos e POLITO, Ronald. *A História no Brasil (1980-1989)*. Ouro Preto: UFOP, 1994. (v. 2)
16. FREITAS, Marcos Cezar. *Historiografia Brasileira em Perspectiva*. São Paulo: Contexto, 1998.

17. GARDINER, Patrick. *Teorias da História*. Tradução de Vítor Matos e Sá. Lisboa: Calouste Gulbekian, 1995.
18. GERRATANA, Valentino. "Antonio Labriola e a introdução do marxismo na Itália". In: HOBSBAWM, Eric J. *História do Marxismo IV; o marxismo na época da II Internacional*. Terceira Parte. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984, p. 11-49.
19. GRAMSCI, Antonio. "O Ressurgimento". In: GRAMSCI, A. *Obras Escolhidas*. Tradução de Manuel Cruz. São Paulo: Martins Fontes, 1978, p. 275-309.
20. HADDOCK, Bruce A. "Vico y la crisis del marxismo". In: TAGLIACOZZO, Giorgio (compilador). *Vico y Marx: afinidades y contrastes*. Tradução de Sadie Ordiales de la Garza. México: Fondo de Cultura Económico, 1990, p. 320-32.
21. HOLANDA, Sérgio Buarque de. "O atual e o inatual em Leopold von Ranke". In: HOLANDA, Sérgio Buarque de (org.). *Ranke: História*. São Paulo: Ática, 1979, p. 7-62.
22. IGGERS, Georg G., "Historicism". In: WIENER, P. *Dictionary of the History of Ideas*. New York: Scribner's Sons, 1973, p. 456-64. (v. II).
23. JACOBITTI, Edmund E. "Del sentido común de Vico a la hegemonía de Gramsci". In: TAGLIACOZZO, Giorgio (compilador). *Vico y Marx: afinidades y contrastes*. Tradução de Sadie Ordiales de la Garza. México: Fondo de Cultura Económico, 1990, p. 335-50.
24. LABRIOLA, Antonio. *Socialismo y Filosofía*. Tradução de Manuel Sacristán. Madrid: Alianza, 1969.
25. LACOUTURE, Jean. "A história imediata". In: LE GOFF, Jacques (org.). *A História Nova*. Tradução de Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 1993, p. 215-40.
26. LEVI, Giovanni. "Usos da biografia". In: FERREIRA, Marieta de Moraes e FERREIRA, Janaina (orgs.). *Usos e Abusos de História Oral*. Rio de Janeiro: F.G.V., 1996, p. 167-82.
27. MEINECKE, Friedrich. *El Historicismismo y su Génesis*. Tradução de José Mingarro y San Martín y Tomás Muñoz Molina. México: Fondo de Cultura Económico, 1982.
28. MERQUIOR, José Guilherme. "Defensa de Vico en contra de algunos de sus admiradores". In: TAGLIACOZZO, Giorgio (compilador). *Vico y Marx: afinidades y contrastes*. Tradução de Sadie Ordiales de la Garza. México: Fondo de Cultura Económico, 1990, p. 362-84.
29. MOMIGLIANO, Arnaldo. "El historicismo revisitado". In: MOMIGLIANO, A. *Ensayos de Historiografía Antigua e Moderna*. Tradução de Stella Mastrangelo. México: Fondo de Cultura Económico, 1993, p. 303-10.

30. PARIS, Robert. *As Origens do Fascismo*. Tradução de Elizabete Perez. São Paulo: Perspectiva, 1993.
31. _____. “Marx, Karl (o historiador)”. In: BURGUIÈRE, André (org.). *Dicionário das Ciências Históricas*. Tradução de Henrique de Araújo Mesquita. Rio de Janeiro: Imago, 1993, p. 520-1
32. RAMA, Carlos M. *Teoria da História*; introdução aos estudos históricos. Tradução de Albina de Azevedo Maia. Coimbra: Almedina, 1980.
33. REVISTA DE HISTÓRIA (Índice dos números 1 a 40) 1950-1960. São Paulo, Universidade Estadual de São Paulo, janeiro de 1966.
34. _____. (Índice dos números 41 a 60) 1960-1969. São Paulo, Universidade Estadual de São Paulo, 1970.
35. _____. (Índice dos números 81 a 112). São Paulo, 1990.
36. RICCI, Angelo e outros. *Benedetto Croce*. Porto Alegre: Faculdade de Filosofia da UFRGS, 1966.
37. RODRIGUES, José Honório. *Filosofia e História*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1981.
38. _____. *Teoria da História do Brasil* (Introdução Metodológica). Rio de Janeiro: Nacional, 1978.
39. _____. *Vida e História*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966.
40. ROSSELI, Carlo. *Socialismo Liberal*. Tradução Sérgio Bath. São Paulo: C.H. Cardim, 1988.
41. SAIITA, Armando. *Guía Crítica de la Historia Contemporánea*. Tradução de Stella Mastrangelo. México: Fondo de Cultura Económico, 1989.
42. _____. *Guía Crítica de la Historia y de la Historiografía*. Tradução de Esther Cohen. México: Fondo de Cultura Económico, 1996.
43. VEYNE, Paul. *Como se Escreve a História*; Foucault revoluciona a história. Tradução de Alda Baltar e Maria Auxiliadora Kneipp. Brasília: UnB, 1995.
44. WEHLING, Arno. “A temática do historicismo”. In: WEHLING, A. *A Invenção da História: estudos sobre o historicismo*. Rio de Janeiro; Ed. Universidade Gama Filho; Niterói; Ed. UFF, 1994, p. 13-39.